

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ELIETE LUCIA TIBURSKI

EUCLIDES DA CUNHA E *OS SERTÕES*
ATRAVESSANDO TEMPORALIDADES

Porto Alegre

2020

ELIETE LUCIA TIBURSKI

**EUCLIDES DA CUNHA E *OS SERTÕES*
ATRAVESSANDO TEMPORALIDADES**

Tese de doutorado apresentada como requisito para obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mara Cristina de Matos Rodrigues

Porto Alegre

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Tiburski, Eliete Lucia
Euclides da Cunha e os Sertões. Atravessando
temporalidades. / Eliete Lucia Tiburski. -- 2020.
153 f.
Orientadora: Mara Cristina de Matos Rodrigues.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Historiografia. 2. Literatura. 3. Temporalidade.
4. Euclides da Cunha. I. Matos Rodrigues, Mara
Cristina de, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELIETE LUCIA TIBURSKI

**EUCLIDES DA CUNHA E OS SERTÕES
ATRAVESSANDO TEMPORALIDADES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História.

Porto Alegre, 22 de maio de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mara Cristina de Matos Rodrigues (Orientadora)
Programa de Pós-graduação em História/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Rebeca Gontijo Teixeira
Programa de Pós-graduação em História /UFRRJ

Prof. Dr. Alessandro Mário Kerber
Programa de Pós-graduação em História/UFRGS

Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila
Programa de Pós-graduação em História/UFRGS

Prof. Dr. Juliano Francesco Antonioli

AGRADECIMENTOS

Uma das partes mais difíceis durante o percurso de escrita de um trabalho acadêmico é estabelecer o ponto final. Com ele se presume assumir que a trajetória que está acabando foi a possível de realizar, aceitando as limitações e frustrações que cercam todos os trabalhos. Somado a essa sensação de fim, surgem as lembranças da trajetória e com elas a recordação de momentos bons e nem tão bons (embora, estes últimos já pareçam distantes demais e [quase] inofensivos).

É com um sentimento de profunda gratidão que gostaria de escrever a última parte desta trajetória. Tenho e tive a felicidade de me deparar com pessoas fantásticas ao longo do caminho e poder contar com elas para além do encerramento do doutorado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, pela compreensão, atenção e apoio que me foram dados ao longo desses anos. Especialmente ao Benito Schmidt, Igor Teixeira, Eduardo Neumann, Carla Brandalise e Fábio Kuhn. Ao Gabriel Focking, sempre disponível, atencioso, um amigo com que posso contar, para além das relações profissionais.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de Doutorado Sanduíche que me foi concedida de outubro de 2017 a fevereiro de 2018, com a qual pude desenvolver uma parte importante da pesquisa na *Bibliothèque Nationale François Mitterrand* – BNF, em Paris, sob a supervisão da Prof^a Dr^a Armelle Enders (Université Paris Diderot/ Paris 7).

À professora Armelle agradeço a generosidade, o acolhimento, preocupação e apoio que demonstrou durante todo o estágio e, posteriormente também.

À minha banca de qualificação, os professores Arthur Lima de Ávila e Temístocles Cezar, que contribuíram para a reformulação do trabalho em um momento muito importante da minha trajetória como doutoranda.

Aproveito para agradecer a banca por ter aceitado o convite para a minha defesa. Certamente, as contribuições serão produtivas e agregarão qualidade ao trabalho final. Assim, muito obrigada a Prof^a Dr^a Rebeca Gontijo Teixeira, ao Prof^o Alessandro Mário Kerber, ao Prof^o Arthur Lima de Ávila e ao Prof^o Juliano Francesco Antonioli.

Neste percurso, gostaria de agradecer aos meus orientadores, sem os quais a finalização deste trabalho teria sido ainda mais árdua. Ao Fernando Nicolazzi por ter aceitado prontamente em ser meu orientador, pela ajuda com o tema, pelas conversas, pelo incentivo, pela preocupação, pela compreensão e apoio incondicionais. Agradeço a confiança, carinho e amizade. E a Mara Rodrigues, que para além da amizade, carinho e confiança que já existiam entre nós, aceitou também fazer parte da minha vida como orientadora. Agradeço as conversas, a paciência, preocupação e o ‘olhar’ que ultrapassava os meandros acadêmicos. O exemplo de vocês sempre ficará marcado na minha vida pessoal e profissional.

Ao Colégio João Paulo I – Higienópolis, que me concedeu licença para poder aproveitar a bolsa de Doutorado Sanduíche, e ao qual sou muito grata pela experiência e convívio. Agradeço a confiança e apoio que vocês sempre demonstraram – Carla Quadros, Regina Crestani, Fernanda Tondolo, Berenice Moura, Cláudia Marques e Lúcia Cândido.

Gostaria de agradecer aos meus amigos, sempre pacientes, preocupados e, no geral, compreensivos com a falta de convívio que impus a eles durante esse período. Na promessa de que serei uma pessoa mais presente, agradeço a amizade e me comprometo a ‘pagar’ minhas dívidas com vocês em breve. Muito obrigada por persistirem na minha vida: Evandro Santos, Gustavo Coelho, Leandro Heck, Sandro Fiorini, Franciele Coelho, Priscilla Reque, Mariana Fernandes, Betânia Cordeiro, Rose Feijó, Ilga Schauen, Juliano Antonioli, Pedro Silveira, Renata Dal Sasso, Luciana Boeira, Marina Araújo, Vivian Braga, Guilherme Meira, Beatriz Lippert, Bruna Greggianin, Niala Pessuto, Karine Bertoldi, Franciele Becher, Rodrigo Bonaldo.

À Marina, Sandro e Lorean pelo apoio na revisão derradeira da tese, especialmente as traduções. Pela disponibilidade de vocês, meu muito obrigada.

A Helena, que após dez anos, voltou a ser minha *roomate* em circunstâncias bem semelhantes, pois na ocasião que a conheci eu estava finalizando a dissertação. Obrigada pela companhia, paciência e disponibilidade por atravessar um final de tese no meio de uma pandemia...

Ao Temístocles e a Malu, amigos queridos, cujas palavras me faltam para descrever a importância de vocês em minha vida. Obrigada por toda a preocupação, pelos conselhos, pela ajuda, pelo carinho e amor incondicional, por me acolherem na vida de vocês. Obrigada pela BNF, por Paris, pelos vinhos e, principalmente, por terem feito minha estadia na França tão especial e inesquecível.

Gostaria de agradecer também ao Benito Schmidt, ao Fábio Kuhn e a Claudia Wasserman pela amizade, pelo olhar cuidadoso de vocês e, principalmente, pela disponibilidade que demonstraram ao longo do doutorado, se oferecendo para ler meu trabalho e para me ajudar no que fosse necessário. Isso realmente me ajudou muito e nunca esquecerei da atitude de vocês.

À Claudia Wasserman eu agradeço ainda pelos desafios que me incentivou a assumir e por ser esta pessoa tão amorosa e generosa.

Agradeço aos meus pais – Paulo e Vera Lúcia – por se mostrarem dispostos e disponíveis a compreenderem algo que não faz parte de seu cotidiano, por respeitarem minhas decisões e pela liberdade que sempre me deram para realizar minhas escolhas. À minha irmã, Eliane, que está sempre ao meu lado, me apoiando e torcendo pelo melhor. Nada disso teria sido possível sem o amor de vocês. Amo vocês!

“A contemporaneidade radical da humanidade é um projeto”.

Johann Fabian.

“Tudo no sertão é demais: o tamanho, a luminosidade, o atraso, a ignorância (do sertão e sobre o sertão). Aquele que se presta a tal empreendimento, desvendar pela Ciência e interpretar pelas Letras seus segredos, trabalha sempre na fronteira do erro, da civilização e do tempo”.

Fernando Nicolazzi.

“[...] mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo”.

Euclides da Cunha.

RESUMO

Estudos acerca do tempo têm se proliferado nos últimos anos na área de historiografia, ampliando os questionamentos a respeito das relações entre passado, presente e futuro. No Brasil, desde o século XIX, a experiência do tempo vinha se transformando. O intuito deste trabalho é compreender de que forma a temporalidade é pensada na virada para o século XX. A fonte escolhida para realizar este estudo foi a obra de Euclides da Cunha (1866-1909), em particular *Os Sertões* (1902). Nele pode-se perceber como o tempo se torna um elemento chave na interpretação da Guerra de Canudos. Os eventos narrados ultrapassam a simples descrição do conflito e acabam apontando para uma espécie de gênese do sertão. Por meio da construção de uma série de imagens e uso de figuras de linguagem, o autor vai organizando uma narrativa fortemente pautada na noção do olhar e da distância. A partir destes fundamentos percebe-se como o autor vai separando espacialmente e temporalmente as sociedades litorâneas e sertaneja, chegando ao ponto de atribuir aos sertanejos um afastamento temporal de três séculos em relação ao litoral, quando não são colocados “fora do tempo”. Tempo histórico do qual fariam parte as outras sociedades, ligadas ao progresso e a civilizações ocidentais. Com isso, percebe-se que o conceito de contemporaneidade do não-contemporâneo permeia toda a sua obra, apontando para a multiplicidade de estratos temporais intrínsecos ao processo de construção da história brasileira.

Palavras-chave: Historiografia. Temporalidade. Euclides da Cunha. Teoria da história.

ABSTRACT

In recent years, studies concerning time have proliferated in the field of historiography, furthering questions on the relationship between past, present and future. In Brazil, since the 19th century, the experience of time had been changing. The aim of this work is to understand in which way temporality manifested itself at the turn of the 19th to the 20th century. Given the impossibility to cover all the production of this timeframe, the source chosen to carry out this study was the work of Euclides da Cunha (1866-1909), particularly *Os Sertões* (“Rebellion in the Backlands”) from 1902. In it, it is possible to perceive how time becomes a key element in the interpretation of the Canudos War. The events narrated surpass the simple description of the conflict and end up pointing towards some sort of genesis of the backcountry (sertão). Through the construction of a series of images and figures of speech, the author organizes a narrative centered on the notion of looking and distance. From these foundations, we perceive how the author separates, spatially and temporally, the coastal and backcountry (sertaneja) society, going so far as to attribute to the backlanders a three-century temporal distance from the coast, when the latter is not placed “outside of time”. Historical time, in this case, of which other societies, those connected to progress and civilization, would be part of. Therefore, we conclude that the concept of contemporaneity of the non-contemporaneous permeates his entire work, pointing out to the multiplicity of temporal strata underlying the process of constitution of the Brazilian History.

Key words: Historiograph. Temporality. Euclides da Cunha. Theory of history.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O ESPAÇO E A CESURA ENTRE DOIS TEMPOS: NAÇÃO MODERNA E SERTÃO ARCAICO.....	34
2.1 Euclides da Cunha e a ciência como artifício da nação moderna	34
2.1.1 O espaço como elemento de distanciamento	43
2.2 O espaço e o Tempo – a paisagem como elemento temporal.....	48
2.2.1 Transposição temporal: o meio como produtor de antinomias	58
2.2.2 Os Sertões: viagem rumo ao local sem cor da história.....	64
2.2.3 Travessia do sertão – a fabricação da distância temporal e espacial	71
3 O JAGUNÇO E A LUTA: MISCIGENAÇÃO E ACELERAÇÃO DO TEMPO	80
3.1 O tipo social brasileiro e tempo em <i>Os Sertões</i>	80
3.2 Miscigenação e formação do jagunço	84
3.3 O contraste como paradigma explicativo	89
3.4 As diferentes imagens do jagunço	92
3.5 O tempo do jagunço.....	104
3.6 Atravessando temporalidades	116
3.7 Exército e jagunço: o choque e a subversão das temporalidades.....	120
3.8 Aceleração como produtora de diferenças	128
3.9 Inversão e aceleração do tempo: a travessia do etnógrafo viajante.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1388
REFERÊNCIAS	1433

1 INTRODUÇÃO

Há cento e oito anos era publicado no Rio de Janeiro *Os Sertões*, principal obra de Euclides da Cunha. Desde seu lançamento, o livro ficou marcado por uma recepção extremamente positiva, e ainda hoje é apontado como uma das principais produções de escritores brasileiros, sendo objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento.¹

Dentro deste contexto, pode-se afirmar que o trabalho que segue é resultado de um interesse em compreender, na historiografia brasileira, os diferentes aspectos e imbricações que permearam a escrita da história durante o século XIX e início do século XX. Trata-se principalmente de refletir sobre as diferentes temporalidades e como lhe são atribuídos sentidos na obra de Euclides da Cunha.

O autor nasceu em 20 de janeiro de 1866, na Fazenda da Saudade, no Cantagalo. Ele ficou órfão aos três anos de idade. A partir desse momento, Euclides transita pelas casas de suas tias e depois é enviado para a escola.² Frequentou vários colégios no interior e na corte fluminenses, em um deles teve como professor Benjamin Constant, com o qual se encontraria novamente na Escola Militar. “[...] É pouco o que se sabe desse período de sua vida, onde já surgia o nomadismo que jamais o abandonaria, marcando-lhe a existência” (SODRÉ, 1966, p.15).³

De certa forma inquieto, Euclides da Cunha parecia nunca estar satisfeito com a vida que levava, como pode se depreender das correspondências que trocava com seus

¹ Na edição comemorativa do centenário de *Os Sertões*, Afrânio Coutinho, organizador da edição da obra completa publicada em 1966 (e que será utilizada nesse trabalho, juntamente com a edição crítica de 2016, organizada por Walnice Galvão), afirma o papel e importância da obra para o Brasil: “O reconhecimento da crítica desde seu lançamento – com Araripe Jr., cujo parecer é lido como a consagração desta obra, até José Veríssimo que coloca algumas críticas, que poderiam ser consideradas como duras – faz com que esta obra seja lida, desde então como uma das obras mais significativas do Brasil” (CUNHA, 1966a, p. 14).

² “Euclides inicia a vida escolar em 1874, naquela cidade [Teresópolis], no Colégio Caldeira, do português republicano Francisco José Caldeira. Em 1877 muda-se para a casa dos avós paternos, em Salvador, passando a estudar no Colégio Carneiro Ribeiro, do grande filólogo baiano. Em 1879 retorna ao Rio, residindo com o tio Antônio Pimenta da Cunha. Estuda nos colégios Anglo-americano, Vitória da Costa e Meneses Vieira, até transferir-se, em 1883, para o conhecido Externato Aquino. No ano seguinte, a 4 de dezembro, publica o seu primeiro artigo no jornal *O Democrata*, que fundara com outros colegas. No mesmo período escreve um livro de poemas, *Ondas*, que ficará inédito” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2018).

³ “Em 1869, com três anos de idade, perde a mãe. No ano seguinte, transfere-se com a irmã mais nova, Adélia, para Teresópolis, aos cuidados dos tios Rosinda e Urbano Gouveia. Esta última, o acolhe mas morre pouco depois, em 1871 e os dois órfãos vão morar em São Fidélis, com a tia Laura Moreira Garcez, casada com o coronel Magalhães Garcez”. Outros lugares e pessoas com as quais viveu, ver nota 2. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2018).

amigos e conhecidos.⁴ Após a proclamação da República ele realiza uma série de concursos, leciona durante um curto período de tempo e após, sai em busca de novas ocupações. Ao assumir o cargo de engenheiro de operações, passa a viajar por diversos lugares.⁵

É neste contexto que escreve a sua principal obra que culmina, em menos de um ano após o lançamento, na sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupará a cadeira designada a Castro Alves, cujo último ocupante havia sido de Valentim Magalhães.⁶ Nas idas e vindas pelo Brasil, foi em São José do Rio Pardo, durante o trabalho de restauração de uma ponte, que o autor deu prosseguimento ao seu plano de escrever a história da guerra de Canudos. Assim, “Escrevi-o (*Os Sertões*) em quartos de hora, nos intervalos da minha engenharia fatigante e obscura” (CUNHA, 1966b, p. 587).

Antes da escrita de seu livro, uma prévia já havia sido publicada sob o título de Nossa Vendéia, no jornal O Estado de São Paulo. Tratava-se de dois artigos publicados em 1897, cujo nome seria uma alusão a revolta camponesa ocorrida na França, em 1793, e que lutava pela restauração da monarquia. Cogitava-se num possível paralelo com Canudos, pois acreditava-se que os sertanejos estavam se rebelando contra a República e exigindo o retorno da monarquia.

No entanto, após ter sido designado como correspondente de guerra e ter estado no cenário dos acontecimentos, além de ter se ocupado com um levantamento de fontes sobre a história dos sertanejos e, especialmente, de Antônio Conselheiro, o autor acaba mudando o enfoque de sua narrativa. Não se tratava mais de escrever apenas sobre a guerra de Canudos, nem de frisar o ponto de vista monarquista da revolta (que, inclusive, não vai se confirmar ao longo da campanha), mas de aprofundar o estudo a respeito da região e de sua população. Como explicou Roberto Ventura,

⁴ Em carta ao seu Tio José, escrita em 26 de maio de 1901, Euclides aconselha um parente próximo que escolheu frequentar a Escola de Engenharia, assim como ele havia feito. Assim, ele escreve: “[...] Previno-lhe, porém, que a nossa carreira é, hoje, a mais infeliz do Brasil. Num país pobre, o engenheiro é a primeira vítima, o primeiro atingido pelo golpe da pobreza geral. Por isto, se o Arnaldo persiste em se formar, que vá se armando desde já de coragem, paciência e disposição para a batalha. Ofereço-lhe, com a máxima espontaneidade, o nada do meu préstimo e, como tenho sido também um lutador, a minha experiência nos viveres da carreira” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 125). Em carta ao seu pai, em 19 de fevereiro de 1903, ele diz: “[...] Felizmente, de vez em quando lá vem uma compensação a esta vida pouco invejável”. Ele se referia a cobrança da editora Laemmert para apressar a revisão da segunda edição de seu livro (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 148).

⁵ “Em 13 de junho de 1896, deixa o Exército, reformado como Primeiro Tenente indo residir na cidade de São Paulo. A 18 de setembro é nomeado engenheiro-ajudante da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, viajando largamente pelo Estado” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2018).

⁶ Segundo ocupante da Cadeira 7, eleito em 21 de setembro de 1903, na sucessão de Valentim Magalhães e recebido em 18 de dezembro de 1906 pelo Acadêmico Sílvio Romero (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2018).

[...] Adotou uma perspectiva ensaística e historiográfica que buscava focar os fatores e leis gerais, transformando o tema no que chamou de variante de assunto geral: “Os traços actuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”. Manteve seu relato sob tensão constante: pelo assunto trágico da guerra, pelo tom épico da narrativa, pelo conflito entre a realidade observada e os modelos evolucionistas e naturalistas que adotava (VENTURA, 2016, p. 675).⁷

Com isso, o assunto do livro ultrapassava a ideia de um relato fidedigno do conflito que ocorreu no interior da Bahia. A própria posição do escritor vai mudando ao longo do período.⁸ Ela vai se esclarecendo no desenrolar da narrativa quando ele se posiciona, por diversas vezes ao lado dos sertanejos. A figura do jagunço, que será muito utilizada pelo autor, remete, num primeiro momento, ao estágio inferior no qual se encontrava aquela sociedade. Dessa maneira, naquele cenário onde o modo político de organização ainda se baseava na formação de clãs, que se não eram unidos pela consanguinidade como nos tempos mais remotos, o eram pela moral uniforme onde “[...] as leis eram o arbítrio do chefe e a justiça as suas decisões irrevogáveis. Canudos estereotipava o *facies* dúbio dos primeiros agrupamentos bárbaros”. Nele

O sertanejo simples transmudava-se, penetrando-o, no fanático destemeroso e bruto. Absorvia-o a psicose coletiva. E adotava, ao cabo, o nome até então consagrado aos turbulentos de feira, aos valentões das refregas eleitorais e saqueadores de cidades – jagunço (CUNHA, 2016, p. 178).

No entanto, mesmo esta caracterização negativa, que aparece em variados pontos de sua narrativa, acaba sendo matizada pelo novo olhar que é lançado àquelas paragens, quando Euclides consegue vislumbrar a partir de seus próprios olhos a realidade da qual fazia parte aquela população. Esse olhar se serviu da experiência da viagem como instrumento de conhecimento.

⁷ Texto de Ventura foi escrito em 2003.

⁸ A mudança de perspectiva é clara em diversas passagens do livro. Euclides assume um tom diferente daquele utilizado nos artigos intitulados *Nossa Vendéia*. Esta alteração já se faz notar na *Nota Preliminar* de *Os Sertões*, onde ele se refere a campanha de Canudos como um crime que necessita ser denunciado. Ao mesmo tempo, ele invoca Taine e a sua noção de narrador sincero, que, em suas palavras, “[...] encara a História como ela o merece”. Após a publicação do livro, Euclides segue corrigindo-o e incorporando alterações, por vezes sugeridas pela crítica, que nunca será atroz com sua obra. No entanto, em determinado momento, ele sente a necessidade de invocar outro historiador tido como importante para, ao que parece, legitimar e/ou reafirmar sua posição. Assim ele nos fala: “Escrevi este livro para o futuro. Levado, por um conjunto de circunstâncias a que não pude forrar-me, a assistir a um doloroso drama da nossa história e escrevendo-o depois com a mesma serenidade estoica de Tucídides ao traçar a História da Guerra do Peloponeso, - “sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei e nem às minhas impressões pessoais, mas narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras” – quando o publiquei; depois, tive o pensamento capital de o subordinar à contraprova violentados protestos contra as falsidades ou acusações injustas que encerrassem” (CUNHA, 1966b, p. 587).

A viagem permitirá saber mais sobre aquela população que jazia esquecida pelos sucessivos governos brasileiros há pelo menos três séculos. Diante do cenário com o qual ele se depara, as sensações e impressões que se formam, o levam a uma escrita que será permeada de imagens contraditórias, utilizadas como uma forma de abarcar um pensamento surpreendido pela diferença e afastamento no espaço e no tempo, em que estavam os jagunços. A partir de um frequente jogo de antíteses, Euclides conseguiria dar inteligibilidade ao seu objeto de estudo, numa nítida e recorrente tentativa de conciliar o conhecimento obtido por meio da viagem com as teorias que permeavam seu intelecto.

Ao mesmo tempo, a sociedade com a qual se depara Euclides, evoca no autor uma viagem que se realizará no e através do tempo, num recuo de três séculos ou mesmo num recuo para fora do tempo, ou seja, para fora da temporalidade conhecida. É precisamente este aspecto que mais interessa focar na análise que se segue.

Deste modo, alguns termos surgem como incontornáveis para a discussão em questão, qual seja, a de pensar os limites da experiência temporal na obra euclidiana. Entre as noções, a serem aprofundadas neste trabalho, estão a própria ideia de tempo e pares assimétricos como: progresso e atraso, civilização e barbárie, isolamento e fusão, litoral e sertão. Na formação destas combinações, é possível perceber como elas produzem uma espécie de hierarquização, que acaba tornando hegemônicas algumas dessas definições. Investigar estes conceitos implica na busca de um entendimento de como se articulam as diferentes temporalidades neste período e nas fontes selecionadas, mas também de pensar a naturalização que, muitas vezes ocorre, entre as dimensões temporais – passado, presente, futuro – como algo definido *a priori*.

O intuito deste trabalho é, portanto, o de analisar a obra de Euclides da Cunha, em especial *Os Sertões*, publicado em 1902. O que se pretende investigar é a forma como se manifestam as diferentes temporalidades por meio dos pares acima expostos.

Trata-se de focar a questão das descontinuidades temporais, espaciais e conceituais como uma forma de melhor apreender o que vamos denominar de experiências do tempo como deflagradoras da construção de projetos nacionais, que por sua vez contribuem com a percepção da ideia de ordens ou desordens do tempo (descompasso), sentidas e expressas de diversas formas, além de conduzir a implicações diretas em relação ao conceito de história.

Neste sentido, esta pesquisa se soma ao esforço de repensar as mudanças que o conceito moderno de história produziu no Brasil e, principalmente, articulando a ideia de estratos do tempo que se entrecruzam estabelecendo diferentes temporalidades. Koselleck afirma que mudanças podem ser percebidas em diversos momentos da história, mas que a transformação moderna é mais específica: “[...] a de que tudo muda mais rapidamente do que se podia esperar até agora ou do que havia sido experimentado antes” (KOSELLECK, 2014, p. 153). A mudança na velocidade dos acontecimentos, provoca a sensação de que tudo acontece de maneira mais vertiginosa, como dito acima. Assim, da mesma forma que outros autores, para Koselleck ao tratar da ideia de aceleração, por exemplo, não é possível pensá-la em sua forma no singular, e estas acelerações não podem ser pensadas como algo sendo “da história, mas apenas na história, dependendo do estrato de experiência considerado, seja ele determinado primeiramente pela política, pela técnica ou pela economia” (KOSELLECK, 2014, p. 156).

Deste modo, algumas observações a respeito do estabelecimento dos diferentes estratos temporais e da própria ideia de tempo histórico se fazem necessárias, visando mapear alguns questionamentos recentes, bem como situar, mesmo que rapidamente, o caso brasileiro. Berber Bevernage lança a questão: como as culturas em geral distinguem o passado do presente e do futuro? E como constroem as inter-relações entre essas dimensões? (BEVERNAGE; LORENZ, 2013, p. 33).

Para melhor compreender a potencialidade desta pesquisa e situá-la em relação aos estudos sobre o tema, busco neste momento reconstituir e problematizar estas indagações para o final do século XIX e início do século XX no Brasil. Foi em referência a este quadro que Euclides da Cunha estabeleceu o seu diálogo intelectual, aproximando-se, distinguindo-se, mas sobretudo tensionando determinados debates científicos naquele momento. Neste interstício ainda ocorrem movimentos de criação de uma história nacional que, por sua vez, deveria estar alinhada a ideia de civilização europeia, modelo almejado pela elite brasileira.

Existe um projeto de Brasil, de civilização, que aponta para projetos de futuro, ao mesmo tempo em que busca apreender o que é o Brasil nesse momento. Nesse sentido, cabe investigar as disputas, as rupturas, as projeções realizadas por intermédio das diferentes gerações de intelectuais (das que desempenhavam ativamente um papel político às marginalizadas politicamente e socialmente) para procurar entender os deslocamentos temporais, conceituais e linguísticos operados na produção historiográfica do período.

Assim, algumas obras e autores induzem a pensar as transformações que estavam ocorrendo nesta época acerca da temporalidade. Entre elas, nos deparamos com trabalhos como o de Ilmar Mattos (2004), que mesmo tratando de um período anterior ao *Sertões*, apresenta uma densa análise de como os saquaremas se firmaram como construtores do Império, almejando o que entendiam que deveria ser um Estado Imperial forte, onde a “manutenção de uma Ordem e a difusão de uma Civilização apareciam como objetivos fundamentais” e como processos complementares de construção do Estado e constituição de uma classe (MATTOS, 2004, p. 293).⁹ E o *Tempo Saquarema* passará a ser entendido como as relações que o grupo dominante brasileiro exercia em seu cotidiano e que, em meio a diversos processos, produziram a noção de tempo como um agente organizador. Assim, de um lado ele uniria o passado ao presente, de outro ele possibilitaria a passagem “de um momento anterior, sempre compreendido como desorganizador e bárbaro, não obstante os aspectos positivos que o passado colonial encerrava, a um outro momento, entendido como superior porque *lugar* da Ordem e da Civilização” (MATTOS, 2004, p. 297).

O trabalho de Valdei Lopes de Araujo (2008), que se refere ao período imperial da história brasileira, demonstra como as gerações da Independência e a de formação do Estado nacional brasileiro tiveram de operar alterações significativas nas formas de pensar o passado nacional, mas também seu presente, para dar sentido a sua trajetória e projetos. Essa operação pode ser compreendida também no âmbito de formação do conceito moderno de história no Brasil. E nessa tarefa as dimensões temporais sofreram mudanças significativas. A ênfase, dada pelo autor, é de que o tempo não poderia mais ser experimentado como “uma dimensão universal, produtora de um repertório limitado de tipos”, mas como um “produtor de diferenças e singularidades”. E conceitos como civilização, nação e literatura eram os que apresentavam de forma mais visível essa diferenciação (ARAUJO, 2008). Tais operações aportam elementos importantes que

⁹ “[...] Por sua vez, e de modo necessariamente complementar, a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial, como processos intimamente relacionados, tornavam-se não apenas os resultados de uma intenção traduzida em ação, mas também os requisitos que asseguravam a Ordem e difundiam a Civilização” (MATTOS, 2004, p. 293).

demonstram uma certa constância no aparecimento de determinados temas, como a temporalidade.

Nesse contexto, é possível questionar então: se o tempo também tem um papel organizador e homogeneizador, quem cria essa ordem temporal? Para o caso brasileiro, o trabalho de Fernando Nicolazzi fornece algumas pistas, ao afirmar que para esse grupo de letrados as representações sobre o passado ocuparam boa parte de suas discussões, pois, escrever sobre a nação,

[...] elaborar sua História era também uma forma complexa de ordenamento do tempo, uma maneira de se criar uma ordem temporal capaz de produzir significados teóricos plausíveis, mas igualmente um modo de se elaborar um sentido coletivo (e afetivo) para a pátria (NICOLAZZI, 2011, p. 8).

Portanto, as considerações em torno da temporalidade, para a geração de letrados anterior a Euclides da Cunha, estavam intimamente ligadas à criação do discurso de uma unidade nacional, no qual o ideal de civilização é repetido exaustivamente, como comentado acima, uma vez que “O destino da nação, sua identidade e legitimidade, a vida política, o lugar do indivíduo, todas essas questões pareciam exigir respostas históricas”, como afirmou Araujo (2008, p. 187). Este autor aponta ainda para a ruptura conceitual que ocorre entre as gerações da primeira metade do século XIX, e a importância de perceber como “os conceitos centrais adquirem uma nova qualidade”. Assim, o sentido propriamente histórico atribuído para nação é percebido nas mudanças nas experiências de tempo (ARAUJO, 2008, p. 104).

Já na percepção de Ângela Alonso, os pilares da ordem imperial só precisaram ser justificados muito tardiamente, porque a forma monárquica era percebida pela elite como algo quase natural, o “*status quo* imperial esteve mais representado em modos de pensar e agir do que em doutrinas explicitamente formuladas” (ALONSO, 2002, p. 52).

No entanto, acredito que a ideia de uma ordem do tempo para o período imperial deve ser problematizada e pensada não apenas em suas permanências, mas principalmente na busca de rupturas e brechas dentro deste discurso de um tempo organizado.

E este discurso vai mudar radicalmente com as gerações vindouras. Sensações fugidias, instabilidade generalizada, a impressão de que tudo é instantâneo, passageiro, nada mais é duradouro – são algumas das expressões encontradas nas fontes do período para descrever este tempo de mudanças. Nicolazzi, no trabalho citado acima, apresenta exemplos que corroboram a imagem de diversas temporalidades coexistindo, causando

essa sensação de desconforto, descompasso, desorientação, apreensão. A própria separação da cultura brasileira, marcada por inúmeras diferenças e lapsos de tempo em relação a uma civilização ocidental abriu espaço para o que o autor vai chamar de *discurso da ausência*, ou seja, “a elaboração de uma imagem da pátria por aquilo que ela tinha de lacunar, por aquilo que lhe faltava ou, se isso for compreendido pela temática temporal, pelo *topos* do “atraso nacional” (NICOLAZZI, 2011, p. 5-6).

A ideia de concomitância de estratos temporais vem sendo explorada, atualmente, como uma maneira de aprofundar estudos historiográficos. Muitos trabalhos que reforçaram, ou mesmo naturalizaram, o uso de determinadas expressões que se tornaram recorrentes na historiografia brasileira, como por exemplo a noção de atraso, traz em si uma dimensão temporal que muitas vezes não foram devidamente trabalhadas, em detrimento de um enfoque mais direcionado as questões políticas e econômicas.

A importância do estudo da temporalidade e das ideias de passado presente e futuro, lançam novos olhares e novas indagações acerca da interpretação de conceitos que permeiam a compreensão dos períodos históricos. República/Monarquia, atraso/progresso, civilização/barbárie etc., são termos recorrentes quando se trata de pensar a formação da nação brasileira.

No caso da obra euclidiana, que orientará os estudos acerca da temporalidade nesse trabalho, pode-se sugerir que Euclides, mesmo que de modo não totalmente premeditado, tocou em questões centrais para o entendimento da situação social e política que se oferecia naquele momento. Assim, tratar da temporalidade em sua obra, torna-se uma maneira de ampliar as discussões em torno de conceitos como nação, república e civilização.

O fato dele não tratar, diretamente ao menos, de como a temporalidade agia sobre a ideia de história e nação, pode sugerir que, mesmo indiretamente, ele não pode escapar das implicações que a “descoberta” de Canudos colocava para a “ordem” política e social que se almejava construir enquanto sociedade “do futuro”, ou seja, civilizada, conforme ditavam os modelos europeus. O Brasil era povoado por múltiplas defasagens temporais. Não havia uma homogeneidade para a qual se pudesse apelar na sociedade brasileira, e isso se manifestava em diversos aspectos.

Assim, para a geração das últimas décadas do século XIX, “o regime republicano passou a ser percebido como uma fatalidade histórica” (algo que aconteceria de qualquer forma), muito influenciada pelas novas filosofias que chegavam ao Brasil, como o evolucionismo (MELLO, 2011, p. 124). O novo regime trazia consigo a marca do futuro,

e era uma “combinação do futuro em aberto com uma perspectiva prognóstica dentro da qual o devir já estava desenhado no passado”. Ainda nas palavras de Maria Tereza Chaves de Mello, os republicanos queriam consertar o passado para assim colocar a nação brasileira a par da evolução (MELLO, 2011, p. 135).

Desta maneira, para alguns representantes do republicanismo, o tempo do Império passa a ser associado, cada vez mais a uma repetição, ao que era antigo, ao arcaico, pois “se o passado dava estabilidade ao futuro, cabia a este iluminar o passado, o que tornava caduco o antigo: a monarquia, o clericalismo e o romantismo”. Por outro lado, era visível a “insistência dos republicanos brasileiros, principalmente dos seus teóricos, em encontrar uma tradição”, que pudesse criar um passado que demonstrasse um *continuum* no desenvolvimento da nação brasileira, rumo ao futuro e ao progresso (MELLO, 2011, p. 135-136).

Também para Nicolau Sevcenko (2003, p. 96-97), a palavra de “ordem da geração modernista de 1870” era condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia”. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras”. Os intelectuais do período estavam bastante preocupados em instituir um padrão europeu de desenvolvimento, em todos os âmbitos, para o Brasil. Eles se viam, frequentemente, como os únicos capazes de realizar as mudanças necessárias para o ingresso no “único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país” (SEVCENCKO, 2003, p. 102).

No entanto, a transição entre os diferentes regimes políticos, foi marcada por um período de instabilidade que influenciou na direção e projetos pensados por estes intelectuais. Para Sevcenko (2003, p. 105-107), possível notar uma “sensação de fluidez e de falta de pontos fixos de referência se difunde e palpita incessantemente na profundidade dos textos” destas gerações. É possível, talvez, falar de uma desordem temporal que os envolve, na qual os pontos de referência estão alterados. Nas palavras do autor, “perdidos no seu próprio presente, esses homens vasculham-no em busca de indícios de futuro”. E esta sensação se apresenta em seus trabalhos, vistos como uma forma de superar a “angústia de homens naufragados entre o passado e o presente”. Mas essa angústia não foi superada. Essa geração de intelectuais acabou por ficar à margem das decisões governamentais. A *república dos sonhos* não se concretizou da forma como

eles haviam planejado, conduzindo-os a um sentimento de “nostalgia do que poderia ter sido e não foi” (MELLO, 2011, p. 131).¹⁰

Já para Mello (2009) as contradições do par monarquia/república permite visualizar “os índices de consciência histórica de uma época porque revelam as temporalidades inscritas em suas conjunturas”. Para ela, o movimento que levou a uma operacionalidade do termo república, ocorrido na década de 1880, aponta para questões como, as marcas do progresso que produziam uma sensação de aceleração do tempo que abarcava todos os âmbitos da vida. É a marca também de uma geração que se via como pertencendo ao “‘século da luz’, da velocidade, da ciência, das ‘ideias avançadas’” (MELLO, 2009, p. 28-31). No entanto, a sensação que permeava por muitas vezes seus pensamentos, era de que a aceleração vivida estava envolta em limites que dificultavam o verdadeiro progresso e com isso, o desenvolvimento de um projeto de nação intimamente ligado aos ideais preconizados por parte dos intelectuais que possuíam seus modelos bem definidos. Os entraves se colocavam em diversos âmbitos, especialmente na diversidade que abrangia o país. Não havia uma homogeneidade que pudesse dar conta desses ideais. E sua falta pode ser colocada entre as dificuldades do exército e, também de Euclides, ao avançarem para o sertão, pois era gritante a defasagem que existiam entre litoral e sertão.

As abordagens conceituais destacadas demonstram que preocupação com a temporalização da experiência do tempo, seus efeitos sobre o conceito de história, suas imbricações nos diversos níveis temporais e, por fim o conceito e papel de uma aceleração do tempo histórico, podem ser compreendidas enfatizando essencialmente a irrupção da modernidade, e com ela a alteração de regimes de tempo e história. Seriam a constante inovação tecnológica e os “tempos de crise da vida constitucional política” os principais, quase soberanos, indicadores de uma aceleração? (KOSELLECK, 2014). Ou estaríamos falando de algo maior como a não existência de todos na mesma contemporaneidade, independente do período histórico focado, pois não podemos existir numa temporalidade única e homogênea?

¹⁰ A expressão “república dos sonhos” é da autora Maria Teresa Chaves de Mello.

Tendo em vista a discussão acima, serão mobilizados alguns conceitos que terão o papel norteador nesse trabalho. Reinhart Koselleck (2014, p. 19), por exemplo, fala de estratos do tempo, ou seja, de uma metáfora cujo sentido é partir da ideia de formações geológicas, que por sua vez, “remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica”. No entanto, a metáfora “estratos do tempo” só poderia ser utilizada a partir do século XVIII quando a história natural foi temporalizada.

Ela será importante na medida em que, em *Os Sertões*, a questão temporal se apresenta de forma complexa, destacando-se o entrelaçamento de diversos estratos temporais. Nessa perspectiva, Koselleck (2014, p. 22) afirma que

O proveito de uma teoria dos estratos do tempo consiste em sua capacidade de medir diferentes velocidades, acelerações ou atrasos, tornando visíveis os diferentes modos de mudança, que exibem grande complexidade temporal.

Este modelo, por sua vez, faz alusão à

diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente. Graças aos “estratos de tempo” podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores. Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou sincronia, de contextos completamente heterogêneos. Em uma teoria do tempo, todos os conflitos, compromissos e formações de consenso podem ser atribuídos a tensões e rupturas – não há como escapar das metáforas espaciais – contidas em diferentes estratos de tempo que podem ser causadas por eles” (KOSELLECK, 2014, p. 09-10).

No caso de *Os Sertões*, a questão do entrelaçamento temporal constitui-se em algo que permeia toda a obra. Ela se apresenta de diferentes maneiras, como por exemplo, através da linguagem utilizada por Euclides da Cunha. Há uma profusão de termos que remetem a esses jogos temporais e que servem para criar distâncias e aproximações entre o autor – representante da civilização litorânea, do progresso – e a população de Canudos – que representa a diferença, a distância, o atraso, a barbárie.

As frequentes menções de Euclides da Cunha a termos como primitivo, selvagem e barbárie serão abordadas, nesse estudo, sob um viés histórico e antropológico. O antropólogo Fabian, por exemplo, propõe diversas reflexões sobre as origens da antropologia e da etnografia e suas relações com seu objeto de estudo. Assim, o surgimento deste campo de pesquisas abre uma possibilidade adicional de refletir e

estabelecer relações acerca da ideia de temporalização, que exerceu um papel central no estabelecimento e naturalização de determinados termos como primitivo.

Fabian fala do problema da coetaneidade entre os antropólogos, que estaria ligada a ideia de criar um discurso que coloca o outro fora do tempo, mesmo que a existência espacial coincida. Para ele, o uso recorrente do termo *coevo*: “se presta a conotar uma ‘ocupação’ do tempo, comum e ativa, ou um compartilhamento do tempo” (FABIAN, 2013, p. 67). No caso tratado pelo autor, ele demonstra como no campo da antropologia ocorre o apagamento deste elemento através da negação da coetaneidade, no entanto,

Se a coetaneidade, o compartilhamento do Tempo presente, é uma condição de comunicação, e o conhecimento antropológico tem suas origens na etnografia, que é claramente um tipo de comunicação, então o antropólogo *qua* etnógrafo não está livre para “conceder” ou “negar” a coetaneidade aos interlocutores (FABIAN, 2013, p. 67).

Ao forçar esta relação temporal há um comprometimento em relação ao conhecimento produzido, pois impondo essa distância temporal, o objeto não pode ser apreendido corretamente. Deste modo, Fabian coloca a questão do anacronismo como um elemento que permeia o campo de pesquisa antropológica, no entanto, ao defini-lo, o autor amplia seu significado associando-o não apenas com suas acepções mais imediatas, como algo que “[...] está fora de sintonia com um determinado período de tempo; é um erro, talvez um acidente”, mas no sentido de que para ele, tratam-se de “*mecanismos* (existenciais, retóricos, políticos)” (FABIAN, 2013, p.68).¹¹

As questões da formação desse campo de saber aqui mencionadas, nos permitem refletir acerca do processo de fabricação do outro engendrado por Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões*. O uso recorrente de termos como primitivo, selvagem e bárbaro são coincidentes, de certa forma, com a problematização elaborada por Fabian de uma certa naturalização do selvagem como algo que não pertence ao mesmo tempo que o do colonizador. Possui também, uma estreita relação com a naturalização dos conceitos de história e tempo que foram sendo forjados ao longo dos séculos. No entanto, cabe mencionar que ele não é o único autor a se preocupar com estes termos e questões. No campo da história podemos retrazar o caminho que determinadas discussões

¹¹ Fabian (2013, p. 68), utilizando o ensaio de Maxwell Owusu – *Ethnography in Africa*, aponta para a denúncia que esse autor faria do “anacronismo essencial” que permeia a coleta de dados do trabalho etnográfico que trata da “sociedade selvagem em seu estado original, mas executada no âmbito da economia política do colonialismo”. Sendo este, um exemplo de mecanismo mencionado por Fabian, logo acima.

historiográficas tomaram ao problematizar as relações que se instituíram na aplicação e definição de termos como selvagens e a querela dos antigos e modernos, por exemplo, indo além e relacionando-os com o processo histórico da colonização, mesmo que essas discussões tenham se organizado em um período mais tardio.

Este processo de temporalização, como objeto de conhecimento, não é evidente em si, englobando diversas práticas e procedimentos. Entre elas, “linguisticamente, a temporalização se refere às diversas formas que uma linguagem tem para expressar as relações de tempo” (FABIAN, 2013, p. 103).¹² Desse modo, a justaposição histórica, referida mais acima por Euclides da Cunha, pode ser ponderada de acordo com as definições de Fabian, ou seja, a linguagem como elemento temporalizador de sua narrativa.

Essa justaposição histórica calca-se sobre três séculos. Mas é exata, completa, sem dobras. Imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana, ela respira ainda na mesma atmosfera moral dos iluminados que encalçavam, doudos, o Miguelinho ou o Bandarra. Nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do *sebastianismo*. Extinto em Portugal, ele persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador, nos sertões do Norte (CUNHA, 2016, p. 138).

O termo “justaposição histórica” aparece no texto de *Os Sertões* vinculado a ideia de uma imobilidade que teria atravessado parte da região do sertão brasileiro. A expressão também remete a noção de que ao falar em justaposição podemos mapear a existência de temporalidades diferentes que se cruzam em determinado momento, sem se anularem mutuamente, embora para o autor não pareça se constituir uma consciência mais aguçada destes jogos temporais.

Assim, para Euclides da Cunha, a população sertaneja havia permanecido a mesma daquela que há três séculos habitava a região. Encontra-se neste excerto, uma série de elementos que fazem referência a diferentes épocas e processos históricos, como a Idade Média e o século XVI, estabelecendo, por essa razão, a distância temporal aludida por Euclides da Cunha. Elementos como a “moral dos iluminados”, descrita como “doida” pelo autor, e o “misticismo político do sebastianismo” também reforçam sua

¹² Seguindo a explanação do autor sobre as práticas e procedimentos, “Semioticamente, ela designa a constituição das relações sógnicas com referentes temporais. Ideologicamente, a temporalização tem o efeito de colocar um objeto de discurso em uma perspectiva cosmológica tal que a relação temporal se torna central e tópica (por ex., sobre e de encontro às relações espaciais). Finalmente, a temporalização, como outras instâncias do discurso, pode ser uma função dêitica. Nesse caso, uma ‘referência’ temporal pode não ser identificável, exceto na intenção e circunstâncias de um ato de fala” (FABIAN, 2013, p. 103).

argumentação no que diz respeito ao estado civilizacional da população canadense, pois, de acordo com ele, essa imobilidade temporal está intrinsicamente ligada ao atraso em que jazem, revigorando assim o movimento de distanciamento estabelecido pelo autor.

No entanto, é preciso se interrogar sobre a ideia de uma imobilidade do tempo. Quem ou o que determina tal imobilidade? A quem ou a que ela se relaciona? Pois, se a sociedade sertaneja é “despeada do movimento geral da evolução humana” como pode ela, então, compartilhar experiências como a do sebastianismo e a dos iluminados da Idade Média?

Poder-se-ia, aqui, aludir a ideia da contemporaneidade do não-contemporâneo como instrumento que permite a compreensão destes jogos e deslocamentos elaborados por Euclides da Cunha conceito que será tratado logo mais. Tal recurso deve ser pensado também como resultado de uma mudança na maneira como passado, presente e futuro são definidos e engendrados. A desnaturalização dessas categorias visa ampliar a compreensão de fenômenos que antes eram analisados a partir de um viés linear e, muitas vezes, teleológico, além de permitir um aprofundamento da reflexão sobre as mudanças produzidas nestes âmbitos.

Enquanto antropólogo, o interesse de Fabian é tratar a questão temporal como sendo elementar para se pensar a posição de poder que se agregou a esse campo de conhecimento. Assim, “[...] É pelo diagnóstico do discurso temporal da antropologia que se redescobre o óbvio, ou seja, que não há conhecimento sobre o Outro que não seja também um ato temporal, histórico, político” (FABIAN, 2013, p. 39-40).

A questão do Outro é relevante, na medida em que no trabalho de Euclides da Cunha, por exemplo, o sertão e o sertanejo possuem a conotação de algo estranho e diferente do que era definido como Brasil, tanto o homem como o espaço podem ser inseridos na criação dessa distância. Além disso, por se constituírem objetos primordiais para a antropologia – o selvagem, o primitivo, o Outro – interessam aqui por demonstrarem a relação intrínseca do surgimento dessas categorias com uma perspectiva temporal que acabou se constituindo como dominante, e mesmo atribuindo significados específicos a elas.

Entre elas encontra-se a noção de coetaneidade, como mencionado acima, pensada a partir da obra de Fabian acerca do trabalho etnográfico. De acordo com ele, a prolongada interação e proximidade com o outro acaba se revelando em termos de distância espacial e temporal. Assim, o objeto vai sendo deslocado para um plano diferente, onde se nega a contemporaneidade/coetaneidade entre objeto e pesquisador. O resultado desta negação

é “uma persistente e sistemática tendência em identificar o(s) referente(s) da antropologia em um Tempo que não o presente do produtor do discurso antropológico” (FABIAN, 2013, p. 67). Euclides da Cunha opera em lógica semelhante ao criar a distância temporal e espacial que irá separar o sertanejo da temporalidade do litoral brasileiro.

Estabelece-se, assim, uma espécie de distância entre o presente e o Outro. Essa produção de distância é apontada como um dos pressupostos do próprio fazer antropológico, ela se impõe de maneira temporal e espacial, mas se trata igualmente da criação de uma distância hermenêutica, que nada mais é que “uma maneira de sublinhar a importância da subjetividade no processo do conhecimento” (FABIAN, 2013, p. 117).

Para o autor,

Toda experiência pessoal é produzida sob condições históricas, em contextos históricos; ela deve ser utilizada com consciência crítica e constante atenção às suas reivindicações dominantes. A postura hermenêutica pressupõe um grau de distanciamento, uma objetivação de nossas experiências (FABIAN, 2013, p. 116).

Com isso, os elementos acima descritos, mesmo que de forma rápida, concorrem para a configuração de um campo de saber no qual a distância temporal e espacial serve de pressuposto para a negação da coetaneidade, ou seja, do compartilhamento deste mesmo espaço e tempo. Nessas condições, o discurso antropológico contribuiu para a naturalização de categorias como o Outro, o Selvagem, o Primitivo, como algo que não se localiza no mesmo plano temporal, social, espacial, histórico ou político que o Nós, o Civilizado, o Ocidental. Para além de uma hierarquização evidente, compreende-se a influência, no contexto formador da disciplina, do processo colonizador. Para Fabian, fica claro que o saber antropológico compartilha

A discussão da “geopolítica” e o predomínio de imagens espaciais, como a “expansão” ocidental, obscurecem o fato de que nossas relações de exploração também tiveram aspectos *temporais*. Recursos foram transportados, do passado de suas situações “retrógradas” para o presente de uma economia industrial e capitalista. Uma concepção temporal do movimento serviu constantemente para legitimar a iniciativa colonial em todos os níveis. Temporalizações representadas como uma passagem da selvageria à civilização, do campesinato à sociedade industrial, serviram por muito tempo a uma ideologia cujo propósito final foi justificar a aquisição de *commodities* para os nossos mercados (FABIAN, 2013, p. 121).

Trata-se então, de refletir sobre como a temporalização de um discurso antropológico/etnográfico corroborou para a construção de conceitos e categorias que naturalizaram, justamente, as relações temporais.

O que o discurso temporalizador e os instrumentos temporais têm a dizer sobre o Tempo e as relações temporais deve quase sempre ser averiguado em um contexto mais amplo, e em um nível mais elevado do que aquele em que os usos do Tempo podem ser primeiramente identificados. O termo *primitivo*, por exemplo, não é (apenas) temporalizador enquanto item léxico. Ele é o termo chave de um discurso temporalizador (FABIAN, 2013, p. 109).

No caso de *Os Sertões*, é possível visualizarmos, no discurso produzido pelo autor, a maneira pela qual ele foi mobilizando e mesmo definindo essas categorias para construção de seu pensamento acerca de noções como civilização, nação, brasileiro. Herdeiro de diversas tradições histórico-filosóficas, como o evolucionismo, o cientificismo e até mesmo uma certa ideia de romantismo.¹³ Euclides mobilizou seus conhecimentos para tentar compreender o processo que permitiu que uma sociedade pudesse apresentar diferenças tão substanciais. O resultado encontrado foi a criação de uma interpretação baseada na ideia de hiato temporal e espacial que havia se interposto, entre sertão e o litoral.

Neste sentido, a abordagem da chamada antropologia do tempo, permite pensar a problemática por meio “das experiências de tempo vividas por uma sociedade específica e em referência a culturas específicas sem privilegiar uma experiência sobre a outra” (HANNOUM, 2008, p. 463).¹⁴ Isso leva a reflexão sobre as concepções do tempo histórico encontradas na obra de Euclides da Cunha, no papel atribuído ao outro e como, mesmo uma noção como a de alteridade, encontrava na narrativa do sertão uma espécie de limite que não permitia estabelecer esse outro no mesmo tempo e espaço.

Essa espécie de inversão de uma *retórica da alteridade* torna-se um mecanismo importante para entender a forma como o autor vai postulando suas ideias.¹⁵ Não era suficiente ‘fabricar’ o outro a partir de referências comuns, do que era conhecido, era necessário também afastá-lo. A criação desta distância, já mencionada anteriormente, era,

¹³ Em resposta à carta de Oliveira Lima, datada de 25 de maio de 1908, Euclides lamenta a indefinição da sua vida profissional, enquanto tantos outros estão acomodados “num cantinho de secretaria, ou numa aposentadoria”, depois dele ter se dedicado tanto. As suas crenças e ideais o levaram a concluir, perante o amigo, que ele estava apto a reivindicar “[...] o belo título de último dos românticos, não já do Brasil apenas, mas do mundo todo, nestes tempos utilitários!” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 362).

¹⁴ No original: “[...] The anthropology of time looks at lived experiences of time in specific societies and in reference to specific cultures without privileging one experience over another”. Todas as traduções foram realizadas por mim, salvo indicação contrária.

¹⁵ *Retórica da alteridade* é um conceito que remete ao trabalho *O espelho de Heródoto*, de François Hartog. Ao investigar a obra do “pai da História”, as reflexões apontadas por Hartog permitem pensar que, “Heródoto põe, então, em obra uma retórica da alteridade, mediante figuras e procedimentos narrativos de inversão, de comparação e analogia, com o que a narração faz ver o outro filtrado no mesmo”, conforme interpretação realizada por Francisco Murari Pires (1999). Ver também Hartog (2001).

por vezes, exponencialmente radicalizada, na medida em que, durante sua narrativa o povo de Canudos vai aparecer em uma temporalidade que não está contida no presente do autor, ou mesmo no passado, ela era, frequentemente, localizada fora do tempo.¹⁶ A percepção destes limites permite refletir sobre a construção das principais ideias do autor em relação à interpretação da realidade brasileira, bem como compreender a permanência e a reverência que ela atingiu.

Um dos recursos mobilizados pelo autor de *Os Sertões*, é o uso dos antigos em seu texto. Há uma quantidade considerável de referências a autores, personagens e histórias do período conhecido como Antiguidade até a Idade Moderna.

Ao descrever a constituição da população sertaneja e sua comparação com a população litorânea, por exemplo, são mobilizadas comparações com a história de outros tempos, especialmente a portuguesa, uma vez que entre as características que serão atribuídas aos canudenses, está o culto religioso e o apego ao sebastianismo. Diz o autor:

De feito, considerando as desordens sertanejas, hoje, e os messias insanos que as provocam, irresistivelmente nos assaltam, empolgantes, as figuras dos profetas peninsulares de outrora – o rei *de Penamacor*, o rei *da Ericeira*, errantes pelas faldas das serras, devotados ao martírio, arrebatando na mesma idealização, na mesma insânia, no mesmo sonho doentio, as multidões crendeiças. (CUNHA, 2016, p.137)

Esta é uma das construções explicativas realizada pelo autor, que permite estabelecer não apenas a diferença entre esses grupos humanos, mas também de criar uma distância temporal, ao aproximar a população do norte da Bahia com personagens de outros períodos históricos e de referências bíblicas. Esta vinculação, a qual Euclides da Cunha atribui o nome de “justaposição histórica” revela ainda outros elementos que remetem à ideia de justaposições temporais e que colaboram com o aumento da distância espacial e temporal entre estas populações, como mencionado mais acima.

Certas permanências serão invocadas pelo autor como forma de corroborar sua explicação acerca da população sertaneja, de como ela poderia ser vista como o exemplar da identidade brasileira, pois seu isolamento somado a uma miscigenação que foge as descrições que a teoria evolucionista pregava, teria gerado um tipo único, onde os

¹⁶ Pensamento semelhante pode ser mapeado na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado o “pai da história brasileira”, pois entre seus diversos trabalhos, ele se dedicou a resgatar a origem dos “selvagens”, ou seja, dos povos originários que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses. Na sua interpretação, eles representavam uma população que teria estreitas relações com o povo egípcio, artifício que pode ser pensado como uma forma de criar uma distância a fim de resguardar suas concepções acerca de como deveria se construir a nação brasileira, e quem deveria fazer parte dela. Tal assunto será referido com maiores detalhes ao longo desse texto. Para maiores informações consultar: CEZAR (2013).

elementos negativos da mistura das raças não teriam se manifestado com a mesma intensidade que em outros lugares. Desse modo, a questão da distância será um elemento importante para sua argumentação. Aliada à esta ideia, as oscilações no uso de noções como isolamento e fusão, colaboram para reforçar a distância como produtora de diferença, cujo um dos desdobramentos será a compreensão da miscigenação que ocorrera em Canudos como algo peculiar, que reafirmava a diferença apontada frequentemente entre litoral e sertão.

Além da temática da distância temporal e espacial, mas ainda ligada a ela, será mobilizada uma outra categoria de análise, que aliada a distância permite pensar os deslocamentos impostos na narrativa de Euclides da Cunha e a proliferação de estratos temporais. A noção de contemporaneidade do não-contemporâneo ou simultaneidade do não-simultâneo, registrada primeiramente na obra de Ernst Bloch (2017), por volta de 1935, seguida das análises sobre a questão temporal propostas por Reinhart Koselleck (2006), importam na medida em que possibilitam não apenas a compreensão dos deslocamentos temporais exercidos pelo autor, como também a própria definição de categorias temporais como passado, presente e futuro dentro de *Os Sertões*.

Faz-se necessário explicar que a noção apresentada por Ernst Bloch (2017) da contemporaneidade do não-contemporâneo diz respeito ao contexto alemão. A análise da sociedade e da economia alemãs, na década 1940, traz à tona a convivência de diferentes presentes, que se misturam a passados que não passaram ainda. Neste sentido, a sua leitura enfatiza elementos que são alheios ao cenário capitalista e que provocariam essa sensação de algo estranho e distante do presente. Esta relação ele nomeia como o *objetivamente não-contemporâneo*. Ao mesmo tempo, postula outra categoria – *subjetivamente não-contemporâneo* –, as contradições engendradas por ambas reforçam o caráter da permanência de situações e emoções que são contemporâneas com outras que estão ligadas à consciência de pertencimento a outro tempo, à outra época (BLOCH, 2017, p. 93-94).

Deste modo, se na obra de Euclides da Cunha há a fabricação de uma distância temporal e espacial em relação ao sertão, então é possível pensar em termos de uma estratificação temporal que permita o aparecimento e a convivência de tempos diferentes, muitas vezes não-simultâneos. Assim, “Nem todas as pessoas existem no mesmo agora.

Elas estão presentes apenas aparentemente, porque nós podemos vê-las hoje. Mas não é por isso que elas vivem no mesmo tempo que os outros” (BLOCH, 2017, p. 82).¹⁷

Ernst Bloch pensa este deslocamento em referência as diferenças produzidas por uma sociedade capitalista e seus efeitos mesmo que localizados em diversas temporalidades. No caso de Euclides da Cunha trata-se igualmente da relação entre capitalismo e modernidade, produtores de diferenças temporais e de exigências crescentes em relação a certos padrões, quase sempre externos à realidade brasileira. Em sua obra *Os Sertões* aparece já a conotação de uma “civilização de empréstimo”, ou seja, externa e diferente daquilo que era a realidade brasileira. O país alcançava a modernidade, mas somente uma parte dele, cerca de um terço permaneceria na “penumbra secular em que jazem” (CUNHA, 2016, p. 191).

A abundante bibliografia sobre *Os Sertões*, incluindo estudos recentes acerca da questão da temporalidade, nesta obra seminal da literatura brasileira, exigiram um constante diálogo entre a análise do texto de Euclides da Cunha e as interpretações e proposições destes autores. Conseqüentemente, de forma variável, mais ou menos implícita ao longo da tese, busquei apresentar e aportar elementos novos ao complexo quadro da representação do tempo histórico neste conhecido e importante texto do pensamento social e histórico brasileiro.

Os diversos deslocamentos propostos pelo autor de *Os Sertões* entre oposições, comparações e explicações que abarcam as diferenças entre o interior do Brasil representado pelo sertão – desconhecido e inóspito – e o litoral que vai se moldando conforme os padrões civilizacionais, sobretudo europeus, demonstram uma heterogeneidade que não poderá ser abarcada por meio da construção de uma explicação apenas pela diferença. Esse é um dos elementos que dota a obra de Euclides da Cunha de complexidade, pois estas operações que buscam criar um sentido para a situação por ele narrada, repousam também na apreensão de mudanças temporais que são compreendidas por intermédio dos diferentes modos de experiência já formalizados pela emergência do conceito moderno de história.

Koselleck parte da ideia de que o tempo natural pode ser desdobrado em diferentes níveis, com durações diversas, que remetem à ideia de fissuras. Nelas podemos perceber a emergência de

¹⁷ “Tous ne sont pas présents dans le même temps présent. Ils n’y sont qu’extérieurement, parce qu’on peut les voir aujourd’hui. Mais ce n’est pas pour cela qu’ils vivent en même temps que les autres”. (BLOCH, 2017, p. 82).

[...]diferentes camadas de tempo, as quais, dependendo do agente histórico ou das situações investigadas, são dotadas de diferentes períodos de duração e poderiam ser medidas umas em relação às outras. Da mesma forma, o conceito de simultaneidade da não-simultaneidade contém diferentes extensões temporais, que aludem à estrutura prognóstica do tempo histórico, pois cada prognóstico antecipa acontecimentos que já se encontram dispostos no presente, mas ainda não se realizaram (KOSELLECK, 2006, p. 121-122).

As camadas temporais se apresentam de diferentes maneiras na obra de Euclides da Cunha e invocam entrelaçamentos diversos entre passado, presente e futuro. Estas tessituras permitem também visualizar uma desnaturalização de categorias do tempo histórico. Assim, o uso de noções como a de negação da coetaneidade, verificáveis nos primórdios da constituição do campo antropológico/etnográfico e os jogos temporais que aí se constituíram, aliada à noção da simultaneidade do não simultâneo servirão de suporte para o estudo da obra euclidiana.

Em suma, baseada na discussão teórica sobre temporalidade e historiografia, que orienta esta investigação acerca de *Os Sertões*, podemos arrolar como desdobramentos as seguintes questões ou problemáticas de pesquisa: a elaboração de uma distância entre sertão e litoral, a partir da invocação da natureza como personagem central e primordial, que instaura a separação entre as diferentes temporalidades. No isolamento condicionado por ela, como termos assimétricos propõem a ideia de uma interação constante entre eles? Outro ponto a ser destacado, é a criação de um discurso mesclado de figuras de linguagem e imagens. O etnógrafo viajante é apresentado como uma delas, pois, ao longo da narrativa, sua importância se manifestará na ideia de travessia das temporalidades. Assim, de que forma Euclides da Cunha estruturou a narrativa sobre o conflito de Canudos em relação à contemporaneidade entre perspectivas não contemporâneas, como as do exército e do jagunço?

No que tange a estrutura da tese, a análise da obra euclidiana será dividida em dois capítulos. O capítulo dois, intitulado *O espaço e a cesura entre dois tempos: nação moderna e sertão arcaico*, apresentará algumas considerações sobre as relações que se estabelecem entre o espaço e o tempo, tendo como base a primeira parte da narrativa intitulada *A Terra*. Nela é possível perceber como a natureza sofre, por meio de seu autor, um processo de antropomorfização e acaba, com isso, ocupando papel central na

explicação acerca da existência de uma população “atrasada” trezentos anos em relação à população que habitava o litoral do Brasil. O meio adquire um papel central na análise euclidiana, sendo uma das variáveis que influencia o desenvolvimento humano e o isolamento que cerca aquela região. As descrições da fauna, flora e aspectos geológicos realizados nesta primeira parte se desdobrarão nas explicações das partes seguintes de seu livro, bem como a caracterização do jagunço se assemelha em muitos momentos ao meio que o circunda.

Nele serão discutidas ainda, a noção de distância que se estabelece entre sertão e litoral, como ela é construída por meio do olhar acurado de Euclides da Cunha, além da sua postura como observador-viajante, que ocupará papel primordial na explicação postulada por autores como Fernando Nicolazzi. A importância do olhar e da viagem são amplamente discutidos por outros pesquisadores como Nathalia Nogueira, Luciana Murari e François Hartog.

A ideia de observador-viajante é fundamental para se compreender o cenário em que o autor atuava, pois, ao se servir da posição de observador (em diversos trechos ele abandona a sua postura de narrador e assume a de observador) ele reivindicava uma espécie de autoridade e legitimidade de sua escrita. Como viajante e observador ele poderia desenvolver um saber neutro, com base no afastamento, ou seja, sem interferir no objeto do qual ele trata. Assim, são colocados os pressupostos da criação da diferença, ou mesmo se pode dizer de uma alteridade, fundamentos que colaboram para o entendimento da negação da coetaneidade que Euclides vai realizar em relação à população sertaneja.

Outra problemática ligada a esta discussão é o processo de mutação sofrido pelo conceito de história durante o século XIX. Neste movimento, o tempo adquire novas conotações, a sua crescente naturalização permite o surgimento de desníveis temporais que, por sua vez, perpassam *Os Sertões* e reforçam o estabelecimento de temporalidades diferentes entre Canudos e o restante do Brasil.

Por fim, a paisagem, tema central deste capítulo, cumpre a tarefa de isolar a população sertaneja, ao mesmo tempo que a molda a sua imagem e semelhança. Ela desempenhará ainda um papel central na terceira parte de seu livro, *A luta*, ao ser descrita como a principal inimiga das tropas republicanas. O interesse aqui é seu nexos com a criação do isolamento e, conseqüentemente, com a distância espacial e temporal que marca a narrativa euclidiana.

O terceiro capítulo, intitulado *O jagunço e a miscigenação como temporalização*, versará sobre o tempo e o jagunço, personagem central da trama euclidiana, que aparece

na segunda parte de seu livro intitulada *O Homem*. Assim, será dada ênfase a excertos que demonstrem a construção temporal elaborada por Euclides para justificar sua teoria de uma população fora do tempo, destinada, quem sabe, a formação de uma grande raça, que seria a representante ideal da sociedade brasileira, mas a qual faltou “[...] uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século” (CUNHA, 2016, p.10).

Neste sentido, serão abordadas as suas concepções acerca da miscigenação e as diferentes imagens que se formam do jagunço. Na formação das diversas facetas com as quais ele é descrito, Euclides procura estabelecer a gênese e o desenvolvimento deste tipo social que permaneceu isolado no tempo e no espaço do sertão baiano. Assim, uma das formas encontradas pelo autor para desenvolver sua argumentação é o constante uso de contrastes e oposições, que acabam por marcar a diferença em relação ao desenvolvimento da miscigenação litorânea, descrita majoritariamente de forma negativa, enquanto sua visão do jagunço oscila entre a condenação e a redenção que o colocará como precursor da nacionalidade brasileira.

Ainda neste capítulo, serão trabalhadas as noções trazidas por autores como Hartog e Koselleck. O primeiro irá contribuir com a discussão acerca dos antigos, modernos e selvagens e a constituição da ideia de primitivo e sua relação com a temporalização do espaço. Sobre esse tema também serão utilizados autores como Temístocles Cezar e Rodrigo Turin, que analisaram o contexto brasileiro do início e metade do século XIX, a partir da repercussão dessas categorias na constituição da nação e, conseqüentemente, as relações temporais que aí se configuraram.

Koselleck, por sua vez, permite pensar a questão temporal e seus desdobramentos em outros contextos que não o alemão. O que interessa destacar aqui são as marcas temporais que surgem frequentemente no texto de *Os Sertões*. O autor opera o que ele mesmo chama de *jogos de antíteses* que servem para construir imagens da população sertaneja, mas igualmente da natureza. As antíteses criadas pelo autor promovem novos questionamentos em relação a esses objetos, a maioria deles sem uma solução permanente, mas que, ao longo da narrativa, cumprem o importante papel de destacar a distância que se forma no tempo e espaço.

A noção de estratos temporais, como proposta por Koselleck, se não pode ser utilizada exatamente da forma como ele a descreveu, se constituirá em instrumento importante para pensar a forma como Euclides estabeleceu interpretações acerca da coexistência de temporalidades tão distintas como a que existia entre a sociedade

sertaneja e a litorânea. A ênfase será dada na criação de uma temporalidade própria do jagunço. Assim, o tempo no sertão, adquirirá características como lentidão, imobilidade, afastamento, retrocesso. Pela forma como sua passagem é marcada, a distância se coloca como algo intransponível nas condições que se apresentavam a Euclides naquela época.

O autor parecia perceber as discrepâncias que apareciam a todo momento na análise daquela sociedade, porém, na multiplicidade de temporalidades que permeavam a nação brasileira, faltava a compreensão da existência de uma simultaneidade do não-simultâneo. A sua aproximação com a problematização exposta, se daria através da criação da imagem do etnógrafo viajante. Como etnógrafo, ele poderia transitar livremente pelos estratos temporais, o que resultaria na sua apreensão daquela sociedade que não compartilhava de seu presente.

Sendo assim, por intermédio do uso constante de metáforas, descrições, adjetivações, bem como construção de imagens, que se relacionam constantemente com a ideia do que poderíamos chamar de um tempo em movimento, o texto euclidiano permite vislumbrar a formação de estratos temporais. Estes, por sua vez, sinalizavam as mudanças pelas quais a sociedade brasileira se deparava naquele momento, bem como a necessidade de se repensar conceitos, considerados essenciais pelos letrados da época, como civilização e atraso. Além disso, o recente regime republicano demandava que se pensasse a identidade nacional e o projeto de Brasil que se almejava para a época, quem faria parte dele e quem seria excluído.

2 O ESPAÇO E A CESURA ENTRE DOIS TEMPOS: NAÇÃO MODERNA E SERTÃO ARCAICO

2.1 Euclides da Cunha e a ciência como artifício da nação moderna

Desde seu lançamento, *Os Sertões*, tem sido reconhecido como um livro importante para a compreensão do Brasil. A partir dele, Euclides da Cunha passou a ser reconhecido por vários autores como um dos precursores do pensamento social brasileiro.

Entre estes autores, encontra-se Afrânio Coutinho, responsável por organizar uma das primeiras edições definitivas e corrigidas de *Os Sertões*, publicada pela editora Francisco Alves, a partir de 1914.¹⁸ Na publicação em comemoração ao Centenário de Nascimento de Euclides da Cunha, em 1966, Coutinho não poupa elogios ao autor fluminense. O organizador ressalta o

[...] impulso que deu à marcha do espírito brasileiro na conquista de si mesmo, o influxo à consciência da brasilidade, e, em consequência, aos estudos brasileiros. O espírito de autonomia cultural, literária e linguística, que encontrara no Romantismo, [...] revigora-se em *Os Sertões*, e o sentimento de brasilidade galvaniza novamente e definitivamente o espírito brasileiro, penetrando na intimidade social e espiritual do Brasil, tornando-o cada vez mais Brasil. *Os Sertões* é, pois, livro básico da civilização brasileira. E Euclides, um mestre do nacionalismo brasileiro (CUNHA, 1966a, p. 14).

O esgotamento da primeira edição ocorreu rapidamente, assim como o da segunda e terceira edições, nas quais Euclides pôde realizar as modificações que julgava necessárias. De maneira geral, considera-se que o livro foi bem recebido e tornou-se um sucesso. Como diz Sílvio Romero “Dele se pode dizer que se deitou obscuro e acordou célebre, com a publicação de *Os Sertões*” (CUNHA, 2016, p. 638).

Inicialmente, não foram muitos os autores que o criticaram. José Veríssimo e José da Penha chamaram a atenção para a questão da linguagem. O primeiro refere-se ao uso excessivo de termos técnicos, “[...] de arcaísmos, neologismos, de expressões obsoletas ou raras, abusando frequentemente contra a índole da língua, e contra a gramática das formas oblíquas [...]”. Penha considera “um vocabulário extra comum”, além de mencionar, igualmente, o uso da linguagem técnica.¹⁹

¹⁸ Para uma lista cronológica sobre as edições de *Os Sertões*, consultar: <https://euclidesite.com.br/edicoes/> Acessado em 09 de outubro de 2019.

¹⁹ CUNHA, (2016, p. 634) e CUNHA (1904, p. 18).

Moreira Guimarães era um dos que destoava da recepção positiva e praticamente sem ressalvas de *Os Sertões*. Ele era oficial do exército e sua leitura assinala as contradições da obra euclidiana. Na visão de Guimarães, “[...] esse belo trabalho é mais produto do poeta e do artista que do observador e do filósofo. Por igual não se encontram nesse livro as virtudes da imaginação e os atributos da reflexão” (CUNHA, 2004, p.71-72).

Ele discute alguns dos argumentos desenvolvidos por Euclides, especialmente no tocante à formação do jagunço e à análise de Antônio Conselheiro, questionando a interpretação do autor a respeito das teorias e a imprecisões sobre a atuação do exército na campanha. Para Moreira Guimarães, os fenômenos “[...] se desenrolam naturalmente. Não se lhes descubrem os laços dessa seriação impossível”, por esta razão, para ele não seria um procedimento correto inverter a ordem evolutiva, como queria Euclides ao dizer que “A nossa evolução biológica reclama a garantia de evolução social”. Este era o teor da crítica escrita por ele sobre *Os Sertões*, embora não deixasse de reconhecer o notável trabalho realizado por Euclides (CUNHA, 2004, p.73).

Outra questão se impôs aos leitores d’*Os Sertões*, desde seu momento inicial: a qual gênero textual e campo de conhecimento sua obra pertenceria? Para alguns críticos, tratava-se de uma miscelânea de áreas desde a literatura até a científica. Os debates sobre sua classificação trouxeram elementos importantes para conformar o pensamento acerca da sociedade brasileira tanto naquele momento como posteriormente. Nicolazzi demonstra que, de Silvio Romero a Afrânio Peixoto, em quatro décadas, a recepção da obra euclidiana, gerada pela demonstração de elementos positivos e de elogios ao autor, marcou um debate importante para o contexto analisado por ele.

[...] embora seu tom fosse geralmente elogioso em relação à virtuosidade do autor como literato, o acolhimento da obra também viu nela um momento importante para a consciência nacional, um deslocamento dos princípios e das perspectivas segundo os quais o Brasil era pensado. Se a história da Literatura tratou de inserir em seus domínios *Os Sertões*, não menos significativa foi a postura de alguns intelectuais que o localizavam como o marco de uma crítica política voltada para o social e para os anseios civilizacionais que alimentavam a cultura brasileira do contexto (NICOLAZZI, 2011, p. 159).²⁰

Os anseios estavam presentes igualmente na forma como, no contexto do final do século XIX e início do XX, a literatura e a história desempenhavam seu papel. A análise

²⁰ A respeito da análise sobre a recepção da obra ver p. 145-161. Sobre o acolhimento de *Os Sertões* pela literatura, o autor ressalva que José Veríssimo não o incluiu em seu livro *História e Literatura*, publicado em 1916.

elaborada por Nicolau Sevcenko (2003), acerca de Euclides da Cunha e Lima Barreto, oferece um panorama a respeito de como circulavam esses intelectuais, os problemas com os quais se deparavam e seu pensamento sobre a configuração brasileira após o advento da República. Ela também aborda como as posturas destes autores construíram-se, em muitos aspectos, através de oposições, o que pode ser interpretado como um indício das posições díspares e das disputas que a sociedade daquela época sustentava sobre temas ligados à configuração nacional.²¹

A disputa por projetos nacionais se dava em diferentes setores da sociedade daquele período, demonstrando os campos, muitas vezes concorrentes entre si, que se formavam. Neste processo, história e literatura não ficaram à margem, haja visto a função que cumpriram desde o início do século XIX no Brasil, quer em seus primeiros projetos de construção nacional, quer na configuração dos campos de saberes. Entre estes campos, situam-se a noção de história, o projeto de uma escrita nacional e o projeto de uma história da literatura brasileira. De certo modo, a obra destes dois autores prossegue nesta tentativa de pensar a nação de forma que haja questionamentos e mudanças na configuração social e política. Assim, estas obras desempenharam importante papel na conformação daquilo que Sevcenko denominou

[...] duas possibilidades históricas alternativas não realizadas, as quais se conservaram como que paralisadas nos discursos a que deram origem, como testemunho inerte dos projetos de grupos sociais concorrentes, subjugados ambos, porém, no devir das transformações da primeira fase republicana. Não se fixara ainda o padrão burguês e liberal mais efetivo, que só mais tarde se definiria integralmente, com o predomínio da economia industrial e o desenvolvimento do proletariado (SEVCENKO, 2003, p. 247-248).

Neste processo, vale destacar que a história foi herdeira de diversos procedimentos e expectativas, muitos deles relacionados à ideia de ciência disseminada durante o século XIX. A constituição deste saber foi influenciada por diversos interesses e muitas vezes orientada em direção à articulação do mencionado projeto nacional. No caso de Euclides, que fazia parte da geração que estava empenhada em compreender o país e lutar por suas causas, era fundamental difundir, juntamente com seus contemporâneos, os ideais que serviam de modelo para a construção da nação civilizada.

²¹ Assim, estas obras desempenharam um papel importante na conformação daquilo que Sevcenko chamou de uma época que “[...] ainda [era] de indefinição e transição, não sendo, pois, de surpreender o confronto de energias tão dispersas e voltadas para referências temporais completamente antagônicas” SEVCENCKO (2003, p. 247-248).

Sevcencko usa o termo “obstinação” para descrever a maneira como Euclides da Cunha defendia “a necessidade de conhecimento do país, a colonização do interior e a construção de uma rede interna de comunicação viária” (SEVCENKO, 2003, p. 105). Deste modo,

os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia (SEVCENKO, 2003, p. 96-97).

O desejo de modernização do país encontrava inspiração nas correntes científicas e do liberalismo, propagadas por europeus e norte-americanos. A geração brasileira do final do século XIX via nelas uma referência para as mudanças que buscavam operar no Brasil. Para Sevcencko, este nacionalismo

não se resumia em um desejo de aplicar ao país as técnicas de conhecimento desenvolvidas na Europa. Mais do que isso, significava um empenho sério e consequente de criar um saber próprio sobre o Brasil, na linha das propostas do cientificismo, embora não necessariamente comprometido com ele (SEVCENKO, 2003, p. 105).

Estabeleceu-se certo culto à ciência, no qual as respostas para a compreensão e a alteração da realidade nacional eram buscadas através do estabelecimento de “leis, conceitos e informações objetivas, as quais, instrumentalizadas pelo cientista, permitiriam o seu perfeito domínio” (SEVCENKO, 2003, p. 105).

Francisco José Alves (2006) expõe que o escritor estaria associado à concepção de uma historiografia naturalista, fortemente presente nas pesquisas realizadas no final do século XIX e início do século XX no Brasil. Assim, “estes historiadores viam no meio e na raça as forças motrizes da história. Na história, como na natureza, reinava o mais absoluto determinismo. Os homens (agentes) eram meros títeres destas forças impessoais” (ALVES, 2006, p. 188). A influência das teorias evolucionistas, do determinismo, do darwinismo social abarcou parte da geração de escritores desse período. Assim a tríade – raça, meio, momento – era uma fórmula comumente repetida e adaptada como modelo explicativo à realidade brasileira (MURARI, 2007, p. 27).

No entanto, para Murari, uma questão impunha-se: a da aplicação desses conceitos por Euclides e seus contemporâneos para uma realidade diversa da europeia. Nota-se que a obra euclidiana foi fortemente influenciada pelo contexto das teorias evolucionistas, da possibilidade de criação de leis ‘históricas’ que permitiriam determinar o futuro da

civilização brasileira. Em seu texto, Euclides apresenta frequentemente uma dicotomia interpretativa “[...] no sentido de pregar a igualdade e construir uma identidade, e em outros para demonstrar a ausência de uma verdadeira comunidade nacional brasileira” (MURARI, 2007, p. 28).

Para a mesma autora, uma das razões que torna possível esta alternância, a qual acaba por dificultar a criação de uma identidade nacional coesa, está intimamente ligada à ideia de um modelo exterior que vinha se impondo como a única forma possível para um projeto nacional de sucesso. Murari afirma que:

O mesmo acontecia com seus contemporâneos, polemistas, críticos, homens da ciência. Isso porque muitos dos conceitos empregados por estes autores estão fortemente marcados por um viés político etnocêntrico e colonialista. Este viés conduziu à formação de teorias que visualizavam os outros povos tendo como centro a sociedade europeia, portadora das verdades da ciência, do progresso e da civilização, frente às quais as demais culturas parecem sempre deficitárias (MURARI, 2007, p. 28).

Neste contexto, traçado sucintamente, insere-se o trabalho de Euclides da Cunha, destacando-se a importância do autor para a formulação de um projeto nacional e de um pensamento brasileiro, tendo guiado trabalhos posteriores e contribuído para a afirmação e a expansão de determinadas áreas do conhecimento, como sociologia, história e literatura. *Os Sertões* tem sido considerado como um livro importante para o entendimento da ideia de formação de uma identidade brasileira e suas imbricações com o pensamento histórico. Em meio a tais preocupações e à infinidade de leituras possíveis, intenta-se compreender esta obra através da dimensão temporal por ela apresentada. Analisar as representações do tempo histórico ali construídas é uma forma de aprofundar o conhecimento sobre a constituição da história e do pensamento brasileiros.

Nesta análise, se atentará para os desníveis temporais que se apresentam diversificadamente em *Os Sertões*. Um dos elementos a serem realçados é a produção de diferença provocada pela aplicação das teorias ditas etnocêntricas e colonialistas. Surge, desde aí, uma espécie de hierarquização das culturas e das sociedades ao longo do tempo.

A produção da diferença auxilia na compreensão do ordenamento do tempo e do espaço, de como serão inseridos ou excluídos determinados grupos sociais dentro da elaboração da nacionalidade brasileira. No trabalho de Euclides da Cunha, formam-se, inicialmente, duas fortes oposições – litoral e sertão – que, por sua vez, servem como exemplos do que chamamos de hierarquização das culturas.

Em *Os Sertões*, o litoral aparece como reduto herdeiro da colonização europeia, porém marcado fortemente pela miscigenação, considerada como causadora de efeitos negativos na sociedade. Ao embrenhar-se, junto com o Exército, no interior da Bahia, o autor detectou os contrastes entre o que parece ser duas sociedades cujas diferenças são tão gritantes que, quiçá pudessem coexistir simultaneamente no tempo e no espaço.

No decorrer de seu trabalho, de acordo com Nicolazzi, Euclides “[...] constrói a figura do viajante em seu texto como um terceiro elemento, não totalmente justaposto à figura do narrador. Cria-se a impressão, com isso, de que aquele que vê e escreve se encontra longe, separado daquilo que é observado” (NICOLAZZI, 2011, p. 40). A este observador caberia a tarefa de registrar, tal tarefa, no entanto, não se mostrou nada simples para um homem de ciências como Euclides. O pretendido como uma observação neutra e acurada do entorno causava-lhe, frequentemente, emoções diversas, como o assombro e a estupefação.²²

A observação cria um efeito de distância, que se mostra importante para a análise da obra, “[...] pois, como registro sobre a diferença, sobre a alteridade, notadamente marcado por uma compreensão moderna de História (pressuposto civilizacional, ideia de progresso, corte entre passado e presente, ênfase no “horizonte de expectativa” etc.)” (NICOLAZZI, 2011, p. 41), evidenciando a percepção de que temporalidades diversas se sobrepõem, colaborando para pensar as dicotomias, que frequentemente surgem em *Os Sertões*, e suas relações com as mudanças no conceito de história.

Sevcencko analisa como, em Euclides, a noção de tempo une-se a suas concepções científicas, situando-o como um autor preocupado com o futuro, entendido como “[...] evolução linear, gradual e contínua, na direção do industrialismo, da sociedade universal, pacífica e justa”, cujo modelo seria principalmente europeu (SEVCENCKO, 2003, p. 245). A narrativa que se apresenta nesta linha progressiva de desenvolvimento não pode, no entanto, ser pensada separada do passado brasileiro nem de seus vários presentes, que se apresentam de maneira diversa no litoral e no interior do país.

Acerca desta temática, a identidade nacional ainda era vista como um elemento que necessitava ser mais bem apreendido pela sociedade brasileira. Em *Os Sertões* observa-se o esforço do autor para elaborar uma explicação para a existência de uma

²² “E por mais inexperto que seja o observador – ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-subelevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens...” (CUNHA, 2016, p. 30).

população que vivia insulada no interior da Bahia, cujo desenvolvimento, por isso mesmo, não se assemelhava àquele ocorrido no litoral.

Euclides, no intuito de criar um modelo explicativo que desse conta destas disparidades, estabelece a separação espacial e temporal entre Canudos e o restante do Brasil. A análise desta separação por ele instaurada é aqui realizada através da incursão por noções que demonstram as transformações temporais operadas em seu texto.

Uma das primeiras questões a serem propostas relaciona-se com a noção de tempo e, mais especificamente, com sua naturalização. Ela está fortemente ancorada no conceito de evolucionismo do século XIX, o qual influenciou Euclides da Cunha, que acreditava na possibilidade de estabelecer parâmetros que servissem como medidores do grau de civilização de uma sociedade.

Entre os elementos que podem ser mapeados para o entendimento do contexto em que vivia Euclides da Cunha, ressaltam-se as diversas tentativas de incorporação das diferentes etnias na história nacional. Em artigo publicado em 1900, no jornal Estado de São Paulo com o título “O Brasil do século XIX” – espécie de retrospectiva política desde os tempos coloniais, o autor expõe que,

Destarte, insulados no país vastíssimo em que se perdiam, nossos patrícios de há cem anos tinham frágeis laços de solidariedade. Distanciava-os o meio: isolavam-nos destinos divergentes; separavam-nos profundamente as discordâncias étnicas. A diretriz da nossa história retorcia-se sem uma caracterização precisa, em movimentos parcelados estritamente locais (CUNHA, 1966d, p. 328).

A distância criada através do tempo e do espaço demonstrava que a história brasileira ainda necessitava de uma operação que caracterizasse, de maneira mais clara e uniforme, a heterogeneidade que a compunha. Para compreender estas discrepâncias os letrados da época buscaram, além dos mecanismos oferecidos pela história, a etnografia como nova chave de leitura para entender o passado e o presente. De acordo com Turin (2013, p. 195), “[...] o saber etnográfico construía uma tessitura da história particular, de longa duração, anônima [...]”, com ela torna-se possível abarcar populações que se encontrassem em estágios civilizacionais inferiores.

Com amparo na constituição deste saber, examina-se também a questão da naturalização do tempo. Ela não começou nesta ocasião, mas marcou profundamente os textos produzidos à época, bem como diversas teorias, entre as quais, a do evolucionismo em suas diversas variantes.

O trabalho do antropólogo Fabian reflete sobre a consolidação da antropologia enquanto campo autônomo de conhecimento e suas relações com uma teorização acerca do tempo, produzindo, sobretudo, um discurso marcado pela “naturalização radical do Tempo (ou seja, a sua radical desistoricização)”, pois somente dessa forma seria possível aplicar um método comparativo que permitisse a “‘igualdade’ de tratamento da cultura humana em todos os momentos e lugares” (FABIAN, 2013, p. 53).

O legado do evolucionismo social expandiu-se e acabou por reforçar a crença no tempo como algo natural e, principalmente, que ele representaria uma evolução, a qual poderia ser ordenada no tempo e espaço. Fabian explica que se instaurou uma espécie de regime “em cujos termos não somente as culturas do passado, como todas as sociedades vivas, foram irremediavelmente colocadas em uma vertente temporal, um fluxo de Tempo – alguns correndo para cima, outros, para baixo” (FABIAN, 2013, p. 53). Instaura-se, em consequência, a desigualdade entre as sociedades e as culturas aqui estudadas.

Esta desigualdade compreende o estabelecimento de expectativas iguais para culturas diferentes, o que leva à ideia de um tempo progressista, como transparece na obra de Euclides da Cunha, que colocava como objetivo final a civilização, condição vital que nortearia os processos históricos, físicos e sociais. A não adequação a estes parâmetros implicaria no desaparecimento das espécies.

A civilização, a evolução, o desenvolvimento, a aculturação, a modernização (e seus primos, a industrialização, a urbanização) são, todos eles, termos cujo conteúdo conceitual deriva, de formas que podem ser especificadas, do Tempo evolutivo. Todos têm uma dimensão epistemológica, para além das intenções, sejam éticas ou antiéticas, que possam expressar (FABIAN, 2013, p. 53-54).

A dimensão do discurso antropológico referida por Fabian permite entrever a relação com as ideias evolucionistas, e como a perspectiva de uma naturalização do tempo contribuiu para a hierarquização antes mencionada. Para o autor,

[...] não é a dispersão das culturas humanas no espaço o que leva a antropologia a “temporalizar” (algo que é mantido na imagem do “viajante filosófico”, cujas andanças no espaço levam à descoberta das “eras”); é o Tempo naturalizado-espacializado que dá sentido (na verdade, uma variedade de significados específicos) à distribuição da humanidade no espaço (FABIAN, 2013, p. 61).

Nestes discursos, através do uso do tempo, instaura-se a distância entre observador e observado. O autor argumenta que a naturalização está ligada à ruptura temporal causada pelo pensamento iluminista, que substituiu as visões de tempo medieval e

judaico-cristã, pela secularização do tempo. As implicações destas transformações ocorreram no âmbito do sagrado/secular, mas também afetaram a natureza das relações temporais.

Anteriormente, havia forte ênfase na questão da salvação. No movimento de secularização ela continuou desempenhando importante papel, por estabelecer o lugar do outro na relação, porém foi modificada. Anteriormente, o pagão e o cético eram candidatos à salvação, ou seja, poderiam ser incorporados à história e à civilização, com a modificação, os candidatos surgem em novos termos, cunhados para designá-los: o selvagem, o primitivo (FABIAN, 2013, p. 61-62).

No entanto, no estabelecimento destes novos parâmetros, a “naturalização do Tempo que se sucedeu a essa visão define as relações temporais como exclusivas e expansivas”, ou seja, o oposto do que era dito, no discurso medieval, acerca do pagão e do cético, pois o “pagão sempre esteve *já* marcado para a salvação, o selvagem *ainda não* está pronto para a civilização” (FABIAN, 2013, p. 62). O discurso característico da história natural origina-se no distanciamento e na separação: “o que torna o selvagem significativo para o Tempo do evolucionista é o fato de ele viver em outro Tempo” (FABIAN, 2013, p. 63).

No caso brasileiro, Turin propõe que, para autores como Euclides da Cunha, a “[...] naturalização do tempo inviabiliza o trabalho de conversão” (TURIN, 2013, p. 239). Logo, o selvagem não pode ser salvo ou incorporado ao mesmo processo histórico. Ele passa a ser visto como um meio de retrair o caminho percorrido por outros grupos, criando essa distância temporal na qual se encontram os modernos.

[...] A *linearidade* e a *irreversibilidade* desse tempo não deixavam margens a ações de cunho filantrópico, aos moldes cristãos. Constituído por estágios universais e necessários, o processo histórico deve ser percorrido em todas as suas etapas, não existindo a possibilidade de uma intervenção exterior a ele mesmo (TURIN, 2013, p. 240).

A percepção do tempo como algo naturalizado permite, portanto, que Euclides da Cunha produza desníveis temporais que perpassam toda a sua obra e que levam à negação da contemporaneidade entre litoral e sertão. Ou, como explica Turin, “Viajar pelo interior do Brasil equivalia, assim, a viajar por diferentes estratos temporais” (TURIN, 2013, p. 240).

2.1.1 O espaço como elemento de distanciamento

Ao tomar o trem na estação de Calçada prefigurei uma viagem incômoda, preso em vagão estreito puxado por locomotiva ronceira, esmagado por uma temperatura de 30° centígrados, mal respirando numa atmosfera impregnada de poeira. Iludi-me. A viagem correu rápida, num trem ruidoso e festivo, velozmente arrebatado por uma locomotiva possante [...] (CUNHA, 1966b, p. 526).

Começou assim a viagem de Euclides da Cunha para Canudos. Depois de permanecer quase um mês na Bahia, aguardando os preparativos para a partida daquela que seria a última expedição contra o arraial, o escritor embarcou para o interior do estado, onde visitaria o cenário que deu origem a seu livro, local para o qual havia sido designado como correspondente de *O Estado de S. Paulo*. O jornal o havia encomendado matérias sobre essa luta que figurava como algo incompreensível, devido à origem humilde de seus combatentes, sem recursos apropriados, mas que, apesar de tudo, tinham rechaçado os batalhões anteriores, oferecendo uma espécie de resistência que abria espaço para diversas conjecturas, desde a do apoio estrangeiro até aquelas de caráter sobrenatural.

No dia 1º de setembro de 1897, Euclides da Cunha chegou a Queimadas, um pequeno vilarejo, de onde os últimos batalhões haviam partido, deixando em seu lugar a quietude habitual. Descrito como “pequeno e atrasado, vivendo em função da estação da estrada de ferro, este arraial obscuro – último elo que nos liga, hoje, às terras civilizadas” (CUNHA, 1966b, p. 529).

Instaura-se desde então uma distância que será reiterada de diversas formas e inúmeras vezes em sua narrativa. No excerto que inicia o presente subcapítulo, Euclides consegue, por meio da imagem da locomotiva, transformar o cenário inicial que seria de dificuldades, atraso e desconforto, em uma associação direta à ideia do progresso, à ideia de civilização. Na sequência, esta imagem adquire novos contornos. A partir de Queimadas e de outras pequenas comunidades localizadas na região, o escritor estabelece a distância que coloca essa porção do país fora do tempo e do espaço. Pequeno, atrasado, obscuro são somados a outros adjetivos como primitivo, selvagem, bárbaro e cumprem uma das funções que estabelecem a ruptura e o afastamento temporal.

Euclides da Cunha, ao tratar dos canudenses, elabora o discurso de distanciamento deles em relação a seu presente. O autor repete, diversas vezes, que esta população se encontra fora do tempo. Na *Nota Preliminar* já está anunciada a separação entre as

populações litorâneas e a do sertão, separação física e temporal, uma vez que a campanha de Canudos “[...] lembra um refluxo para o passado” (CUNHA, 2016, p. 11).

É nesse passado que se busca a compreensão do que seria a nacionalidade brasileira. O vínculo que se deseja é incerto ainda, devido às disparidades entre as diferentes regiões brasileiras. Assim, “[...] mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo” (CUNHA, 2016, p. 11).

Atravessar essas fronteiras espaciais e temporais só parecia possível através do esforço empreendido pelo viajante-observador. A ele caberia a tarefa de criar distâncias e aproximações. Semelhante a um etnógrafo contemporâneo, Euclides separaria os espaços, ao mesmo tempo que se autorizaria, por seu olhar treinado de cientista e espécie de etnógrafo, a estabelecer a imparcialidade de suas observações e sua autoridade para definir o lugar ocupado, na história da nação, por aqueles povos isolados pelo sertão. Na figura do jagunço o autor constrói a imagem do selvagem, do primitivo, do bárbaro, que representa uma

Categoria cognitiva importante do pensamento moderno, o selvagem aparece no horizonte intelectual do Ocidente como aquele que desloca as condições do conhecimento, até então pautado, entre outras coisas, pelo confronto e pelo paralelo entre antigos e modernos (NICOLAZZI, 2011, p. 213).

Para isto, foi necessário reconstituir o lugar do selvagem na história brasileira. As mudanças na percepção da função desempenhada pelas categorias antigos, modernos e selvagens atribuíam novas interpretações sobre os pares que se formavam, os quais apresentavam diferenças no modo como eram estabelecidas as relações entre eles. Ressalta-se o fato de que os antigos, embora localizados em um estágio inferior de desenvolvimento em relação aos modernos, não se constituíram em uma temporalidade à parte. O mesmo, porém, não ocorreu com os selvagens.

No contexto brasileiro, durante a primeira metade do século XIX, o paralelo entre antigos e selvagens ainda estava presente. De acordo com Turin, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) “[...] As aproximações entre antigos e selvagens era comum nos textos etnográficos, seja com o objetivo, mais comum, de nobilitar os selvagens, seja para lhes negar a participação em um mesmo processo histórico” (TURIN, 2013, p. 238). Com as mudanças que se operaram na concepção de tempo, tanto

os selvagens como os modernos foram colocados a uma distância intransponível em relação aos antigos.

A adoção da comparação no lugar do paralelo provocou alterações importantes, as quais contribuem para a compreensão da formação de uma nova temporalidade.²³ Hartog escreve que, no século XVIII, viajar no espaço e viajar no tempo eram ações equivalentes, por serem interpretadas como uma forma de ir em direção às origens, ou seja, uma espécie de recuo ao passado (HARTOG, 2005, p. 276).²⁴ O selvagem torna-se um elemento importante, pois observá-lo seria uma forma de ser moderno, o que leva também a compreender como houve a transformação para moderno (HARTOG, 2005, p. 276).²⁵ Para elaborar esse movimento era necessário, no entanto, criar uma distância e, muitas vezes, deslocá-lo para temporalidades diversas daquelas de seus contemporâneos.

No caso de Euclides, ao selvagem é atribuído um deslocamento para fora do tempo ou, pelo menos, estabelecida uma distância de três séculos entre o jagunço e a população litorânea. A transposição mostra-se difícil, pois eles se encontram não apenas em espaços e temporalidades diferentes, mas também incapacitados de atingirem a “velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século” (CUNHA, 2016, p. 10). Como explica Nicolazzi (2011, p. 220),

Diante do civilizado, portanto, o jagunço encontra lugar, sobretudo, como um selvagem, um bárbaro e primitivo, mesmo que em algumas ocasiões lhe seja concedida a estatura de herói e, “antes de tudo, um forte”. A inexistência e a ambiguidade são a única maneira de inseri-lo na narrativa, a única figura que pode assumir no discurso. Paradoxalmente, todavia, essa aproximação entre objeto e discurso é utilizada apenas para fins de distanciamento, pois, como sugere Anthony Pagden, termos como “bárbaro”, “selvagem” e “primitivo”

²³ De acordo com François Hartog, a comparação entre antigos e selvagens se desenvolverá a partir das colaborações dos campos de saberes da história e da antropologia comparada, no final do século XVIII. O naturalista Georges Cuvier desenvolve as instruções para serem utilizadas nas pesquisas sobre anatomia humana, elemento chave para se pensar os selvagens de forma comparativa, naquele momento. Da mesma forma é solicitada a colaboração entre historiadores e viajantes. Os primeiros seriam responsáveis pelos estudos dos povos antigos, enquanto os segundos estudariam os povos modernos. Como resultado, esperava-se o “[...] esclarecimento dos pontos mais obscuros *nossa* história primitiva”. Euclides da Cunha parece ter adotado procedimento semelhante como método para explicar a gênese de um tipo verdadeiramente brasileiro, com a diferença que ele encerrava em si ambas as funções. HARTOG (2005, p. 275). Grifos do autor.

²⁴No original: “[...] Si voyage dans l’espace et voyage dans le temps sont toujours équivalents, il est désormais envisagé comme une avancée en direction des origines de l’humanité ».

²⁵No original: “[...] *Observer* les sauvages est donc une façon d’être moderne, en vue de mieux retracer comment nous sommes devenus modernes ».

têm a função primordial de separar os espaços: aquele do qual faz parte o observador daquele do qual participa o observado.²⁶

Para Roberto Ventura, Euclides, ao narrar os acontecimentos de Canudos e aqueles ligados à sua viagem ao Amazonas, criou a imagem de *espaços vazios*, que estariam “fora da escrita e da civilização, e recorreu ao livro como mediador na observação da paisagem. Partindo da cultura escrita, o viajante se voltava para a paisagem, de modo a reinterpretá-la por meio da notação literária e científica” (VENTURA, 1998).²⁷ Ao utilizar a mesma palavra – *sertão* – para descrever ambas as paisagens, o autor reforça o jogo de temporalidades produzido pelo discurso naturalista, o distanciamento e a hierarquização de sociedades que estavam em espaços diferentes, subjugadas pela naturalização do tempo.

[...]terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura. São territórios misteriosos, fora da história e da geografia, que não foram mapeados de forma sistemática. São regiões à margem da empresa escritural e discursiva que se apropriou do além-mar e do Novo Mundo transatlântico como parte da expansão e da implantação das operações militares, comerciais e religiosas da civilização ocidental (VENTURA, 1998).²⁸

Por vezes ambígua, a narrativa apresentada por Euclides foi classificada por Berthold Zilly como uma “sistematização de dúvidas”, que seria uma das principais metodologias empregada na elaboração euclidiana. [...] Grande parte das ideias e imagens neste livro são polissêmicas ou ambivalentes, revelando à análise atenta um segundo ou terceiro sentido, muitas vezes oposto ao primeiro, de modo que o leitor é chamado a participar e opinar num debate com várias vozes e de resultado aberto, em que o autor é apenas um moderador, sem posição definida e muito menos definitiva (ZILLY, 2005, p. 38).

Apresenta-se, por exemplo, a figura do jagunço descrito, durante boa parte da narrativa, como primitivo ou bárbaro. Na hora de seu desaparecimento, no entanto, o sertanejo surge como a ‘rocha viva da nossa raça’, como algo

superiormente brasileiro e entra na luz de ribalta da história, embora apenas em nível simbólico-cultural” [...] Só como ‘ficção geográfica’ Canudos fazia parte do território nacional, sendo principalmente depois

²⁶ “[...] o selvagem é o que está fora do tempo, traindo a própria ordem evolutiva que segue da caverna à casa” (NICOLAZZI, 2011, p. 219)

²⁷ Consulta de versão on-line, sem visualização do número de páginas.

²⁸ [s.p.].

de devastada, ‘um parêntese, um vácuo, um hiato’, um lugar irreal, fora do Brasil [...] (ZILLY, 2005, p. 45).

Entre as estratégias linguísticas utilizadas por Euclides, destaca-se o uso da terceira pessoa do discurso, servindo para reforçar o estatuto de distância que ele quer conferir a seu trabalho. De modo similar, o estabelecimento da figura do observador-viajante, conforme proposto por Nicolazzi, “nem sempre estabelece a coincidência direta entre narrador e viajante, pois Euclides joga com ambos de maneira a tentar criar um único e quase impessoal olhar legitimador” (NICOLAZZI, 2011, p. 191). A experiência como observador-viajante permite ao autor relatar o que viu “– sua função na primeira pessoa -, como propicia, ao mesmo tempo, que o próprio ato da visão seja problematizado – quando atribuído à terceira pessoa” (NICOLAZZI, 2011).²⁹

Os recursos estilísticos e literários mobilizados pelo autor corroboram o tema da distância, do afastamento e da diferença que existia entre os habitantes do litoral e do sertão, como apreendido durante a luta de Canudos. Walnice Galvão especifica: “O que temos é um imenso diálogo a muitas vozes, mediadas pelo narrador”. O uso de citações ou paráfrases de autoridades em determinado assunto contribui para aquilo que a autora chama de *polifonia exasperada*, uma vez que “o andamento da narrativa, que procede por antíteses e não por sínteses” (GALVÃO, 2016, p. 624).

Aliado a estes recursos encontra-se o que a autora vai chamar de *intertextualidade*, sustentada justamente pela polifonia mencionada acima, que permite ao autor de *Os Sertões* estabelecer as correspondências com os principais teóricos da época. Estes diversos autores aparecem na narrativa, de acordo com Walnice, através deste *polifonismo*, ou seja, da multiplicidade de vozes – “as teorias ou as opiniões, mesmo quando opostas, não se cancelam” (GALVÃO, 2016, p. 625).

Euclides não visa apagar do texto as contradições. Eis aí uma das problemáticas que surgem da leitura de sua obra: a contradição. Ela é intencional e faz parte da tentativa do autor de captar a realidade que ele intenta descrever e analisar, por isso a dificuldade de se estabelecer a ideia central ou a teoria por ele defendidas. “A síntese é impossível: a verdade do livro está em suas contradições” (GALVÃO, 2016, p. 630).

²⁹ O estabelecimento da diferença entre o observador-viajante e o narrador, assumem o papel de construir um saber positivo sobre o sertão. De acordo com Nicolazzi (2011), esta seria a razão para a diferenciação. Logo, se o observador-viajante viu, ao narrador cabe a posição de “não como aquele que viu, mas sim como aquele que soube avaliar as muitas e diversas visões, escolhendo entre elas as mais condizentes com seu intuito, qual seja, representar verdadeiramente o real”.

É por isso que lemos algumas páginas com longas explicações antropológicas sobre as origens raciais do sertanejo, para mais adiante ler outras em que se diz exatamente o contrário. É o que podemos chamar de “pensamento oximorótico”, pois o oximoro em Euclides não só orna como expressa a dificuldade real de alcançar uma síntese entre doutrinas contraditórias (GALVÃO, 2016, p. 630).

Contemporaneamente, as questões acerca do tempo estão sendo repensadas, conforme seus próprios modelos de naturalização das categorias temporais e, por consequência, do tempo histórico. Herança de séculos passados, a homogeneização do tempo levou à ideia de que ele seria equivalente para todas as sociedades.

A vivência do tempo em locais que não a Europa produziu, em alguns escritores, a percepção de que algo não se encaixava perfeitamente naquilo que era natural e lógico para as sociedades europeias e que parecia funcionar tão bem (daí o desejo de importar modelos para diferentes âmbitos da vida). A concepção do avanço linear em direção ao futuro e a dificuldade de alcançá-lo resultaram em projetos que viam, na concepção da nação, uma oportunidade para transpor as dificuldades em direção ao ápice da tão admirada ideia de civilização.

Euclides e alguns de seus contemporâneos percebiam que, para cumprir o objetivo de equiparação as sociedades vistas por eles como modelos civilizacionais, deveriam ter claro o que seria a identidade brasileira. Na busca por uma definição, era preciso conhecer melhor o Brasil e sua população. Era preciso estabelecer uma relação entre *nós* e o *outro*. Esta relação só poderia se dar pela diferença e ela foi construída pela distância que se instaurou entre litoral e sertão, pelo menos na obra de Euclides.

A distância não podia ser apenas física, ela precisava ser temporal também, pois o *outro* encontrava-se em um estágio evolutivo inferior, ele era ainda um ser primitivo. Isto remete à questão de que, sendo o tempo, naquele período, uma categoria naturalizada, a forma como Euclides narra a campanha de Canudos demonstra que nem todas as pessoas estavam vivendo o mesmo tempo, ou seja, existiam elementos e condições simultaneamente não simultâneos.

2.2 O espaço e o Tempo – a paisagem como elemento temporal

Como destaquei na introdução, o distanciamento temporal operado por Euclides da Cunha entre sertão e litoral é uma das temáticas que tem sido apontada pela bibliografia sobre o tema. Nesta seção, começo por apresentar os argumentos de autores que pensaram

a representação da paisagem em *Os Sertões*. A paisagem antropomorfizada e a ideia de terra ignota, conforme assinalaram José Carlos Barreto de Santana e Nathália Sanglard de Almeida Nogueira, representam respectivamente formas do discurso científico da época e a composição de uma unidade no caos. Além disso, como ressaltou Fernando Nicolazzi, o tema da natureza pode ser relacionado ao conceito de história vinculado por Cunha. Após apresentar os argumentos destes autores, buscarei investigar um aspecto ainda não evidenciado nestes estudos, contribuindo para a compreensão das formas pelas quais este distanciamento é configurado na narrativa do autor.

Na análise do artigo escrito por Euclides da Cunha, *Nossa Vendéia - parte I*, e que é um dos escritos fundamentais para compreender a elaboração de *Os Sertões*, Santana mostra que

A natureza já aparece antropomorfizada, como partícipe da própria luta e, pelas características de suas rochas, solo e vegetais, é, mais que os sertanejos, ‘o mais sério inimigo das forças republicanas’. O homem local reflete as características físicas da natureza e, sendo identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, têm, naturalmente, ‘toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam’ (SANTANA, 2008, p. 147-148).

No entanto, se o meio influencia na composição daquela população, ela também acaba por influenciá-lo. Partindo das categorias delineadas por Hegel, que na interação entre o homem e o meio produziriam, entre outros resultados, as diferenciações étnicas, novamente o escritor se encontra diante de um quadro que não se encaixa nas definições prévias que lhe são familiares, que acaba por escapar ao seu olhar de cientista. É uma paisagem estranha, uma *terra ignota*, difícil de domesticar. Os sertões seriam “Barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes...” (CUNHA, 2016, p. 60).

Na plenitude das secas são positivamente o deserto. Mas quando estas não se prolongam ao ponto de originarem penosíssimos êxodos, *o homem luta como as árvores*, com as reservas armazenadas nos dias de abundância e, neste combate feroz, anônimo, terrivelmente obscuro, afogado na solidão das chapadas, *a natureza não o abandona de todo*. Ampara-o muito além das horas de desesperança, que acompanham o esgotamento das últimas cacimbas.³⁰ (CUNHA, 2016, p. 60).

A “natureza compraz-se em um jogo de antíteses”. Os sertões irão ocupar, então, uma posição mediadora nos quadros definidos por Hegel entre “os vales nimamente férteis e os estepes mais áridos” (CUNHA, 2016, p. 60). A escolha, descrição e

³⁰ Grifos meus.

organização destes elementos naturais, que ocorre desde o momento inicial da escrita, reflete o que Nathália Nogueira vai chamar de missão do autor, que no caso – “[...] seria a de traduzir esses dados e *compor uma ordem*, para, em *Os Sertões* e nos ensaios de *À Margem da História*, historiar a natureza, fragmentada em ‘miniaturas do caos incompreensíveis e tumultuárias’” (NOGUEIRA, 2017, p. 187).³¹

Essa predisposição é herdeira, ainda segundo esta autora, da tradição de conhecimento naturalista que se forjou durante o século XVIII. Um de seus representantes era “Karl von Linée [que] radicalizou a produção de saber, ao planejar a coleta de espécies, sua identificação e a construção de coleções, a fim de classificar e organizar a natureza”. À história natural seria atribuída a “descrição do visível” (NOGUEIRA, 2017, p. 186). Desse modo, o cientista passou a ser percebido com um “ordenador do caos”. Logo,

Ao nomear e sistematizar o cientista dava origem à realidade da ordem e retirava o mundo natural do seu tumulto originário. Uma vez domável em decorrência do escrutínio da ciência, a natureza poderia constituir uma sequência de eventos, ou mesmo estruturar um enredo, transformando-se em base narrativa do relato sobre uma região (NOGUEIRA, 2017, p. 186).

O ordenamento possui estreita ligação com a perspectiva, então vigente, de construção de um projeto nacional percebido a partir da necessidade de conciliar a moderna consciência histórica, baseada na ideia de civilização e progresso, com a realidade brasileira, cujas explicações buscavam preencher as diferenças em relação aos países considerados como modelos de civilização e progresso. Assim, boa parte dos escritores da geração anterior a de Euclides, da sua geração e da precedente, se preocupou em esclarecer e buscar a compreensão dos pressupostos que regulavam a sociedade brasileira, o que foi apontado por Sevcenko (2003), por exemplo, como reflexo do engajamento intelectual praticado por esses escritores na virada para o século XX.

A preocupação estava, igualmente, relacionada com as concepções de história disseminadas naquele momento. Euclides da Cunha, herdeiro das teorias científicas e evolucionistas, percebia que havia algo que não ia bem. Tal sensação não se devia somente a campanha de Canudos, que suscitou inúmeros questionamentos de suas crenças na tentativa dar inteligibilidade àqueles acontecimentos, ela abarcava outros espaços e alcançava outros autores.

³¹ Além disso, a natureza neste jogo de antíteses, varia de um extremo ao outro: “Da extrema aridez à exuberância extrema...”. Reforçando, deste modo, a dificuldade de enquadrá-la nas categorias hegelianas. (CUNHA, 2006, p. 61). Grifos meus.

Para Nicolazzi, havia na passagem do século XIX para o XX, uma sorte de descompasso, desorientação que influenciava parte da cultura letrada brasileira. Sendo assim, a escrita da história passava por questionamentos a respeito de seu papel em representar o passado. Logo,

as representações sobre o passado marcaram grande parte das discussões nas quais tais gerações se viram envolvidas: escrever sobre a nação, elaborar sua História era também uma forma complexa de ordenamento do tempo, uma maneira de se criar uma ordem temporal capaz de produzir significados teóricos plausíveis, mas igualmente um modo de se elaborar um sentido coletivo (e afetivo) para a pátria. Era o caso, quando possível, de resolver o “impasse da não contemporaneidade” (NICOLAZZI, 2011, p. 8).

No caso de Euclides da Cunha, o autor afirma que ele traduziu como poucos “para a dimensão espacial o descompasso no tempo: cruzar os sertões era também atravessar os calendários, em um retorno anacrônico na História” (NICOLAZZI, 2011, p. 7). Assim, ordenar o caos da natureza e incorporá-la à narrativa era também uma forma de ordenar a nação e dessa maneira inseri-la no desenvolvimento linear do progresso que terminaria por alçar o país ao rol das nações civilizadas.

Assim, a estas observações iniciais acerca da vegetação, somam-se outras de caráter geológico, ambos importantes artifícios utilizados pelo escritor para tentar pensar os antagonismos entre o litoral e o sertão, entre a civilização e a barbárie. Nas construções que vão sendo elaboradas no decorrer da narrativa, é possível perceber como a naturalização do tempo, a influência do cientificismo e do darwinismo social desempenharam um papel importante para a definição do espaço sertanejo, de seus habitantes, bem como a luta travada em Canudos, que em tudo se afastava dos ideais modernos, e por isso mesmo, deveria ser alçado para outra temporalidade.

Uma das formas pelas quais essas questões vão se manifestar é por meio das descrições das formações geológicas. Os movimentos internos do planeta dão origem à superfície e suas diferentes formas de relevo, e serão utilizados pelo autor como uma forma de cruzar os limites temporais impostos pelo tempo cronológico.

É desta maneira que se apresenta a descrição do planalto central³², onde a “natureza armou a sua portentosa oficina” e em suas características astronômicas, geológicas e topográficas – “nenhuma se afigura tão afeiçoada à Vida” (CUNHA, 2016,

³² Alguns autores, como Bernucci, apontam para o “erro” de Euclides da Cunha, que nomeia de planalto central a região cuja denominação correta seria planalto brasileiro. Outro exemplo é o uso da palavra recifes, ao invés de rochedos cristalinos, na descrição da faixa litorânea entre Rio de Janeiro e Espírito Santo. Tais

p. 18), o que nos remete a ideia, já lançada aqui, de sentidos duplos e analogias que são estabelecidos pelo autor ao tratar da descrição física da região e a atribuição de características que lembram, inclusive, a trajetória e os atributos da população sertaneja. Logo, tal afeição à vida parece aludir, igualmente, à resistência que os jagunços ofereceram ao suportar, com todas as desvantagens possíveis, o ataque do exército brasileiro.

Ao tratar da formação geológica do local visitado e da região de um modo geral, Euclides abusa da linguagem adjetivada. As palavras escolhidas para a descrição remetem a sensações contrastantes. Assim, ao narrar a formação geológica da região e o desgaste sofrido pelo relevo devido aos processos de erosão, o autor elabora imagens que demonstram a dureza e resistência dos materiais aí encontrados, mas também a “plasticidade admirável” que eles fornecem aos agentes meteorológicos, que os modelam, desapropriando-os de suas características originais, muitas vezes acabando com uma imponência que a narrativa vinha construindo. Desse modo,

[...] as maiores serranias nada mais são que planuras altas, extensas rechãs terminando de chofre em encostas abruptas, na molduragem golpeante do regime torrencial sobre o terreno permeável e móvel. Caindo por ali há séculos as fortes enxurradas, derivando a princípio em linhas divagantes de drenagem, foram pouco a pouco reprofundando-as [...] (CUNHA, 2016, p. 20).

Um dos resultados demonstrados por meio do raciocínio do autor, é a vinculação entre o processo de formação da natureza e o surgimento da “rocha viva da nacionalidade”, simbolizada pelo jagunço do interior do sertão baiano. Destarte, a expressão “plasticidade admirável” poder ser associada a capacidade de adaptação necessária para sobreviver em ambiente com “regimes tão excessivos”, tanto no que diz respeito a natureza quanto ao homem.

Ainda em Queimadas, Euclides descreve o entorno e, mais precisamente, o caminho que o levaria até o arraial: “Mais abaixo, caindo para a direita, uma vereda estreita e sinistra – a estrada para Monte Santo” (CUNHA, 1966b, p. 530). Apesar desta percepção, que não o convidava a prosseguir, um trecho do caminho tornou-se conhecido – “Percorri-a, hoje, pela manhã, até certa distância, a cavalo, e entrei pela primeira vez

“enganos” não foram interpretados como simples erros, mas como elementos que compõe sua noção de ciência, dotada de ambiguidades e complexidades (BERNUCCI, 2008, p. 24-29).

nas caatingas, satisfazendo uma curiosidade ardente, longamente alimentada” (CUNHA, 1966b, p. 530-531).

A descrição desta e de outras passagens de sua viagem, como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, mostra a disposição do autor de conhecer esta parte do Brasil que permanecia isolada, impedindo, de certo modo, a formação de uma nação forte. Assim, “Uma sucessão ininterrupta de quadros interessantes e novos destrói a monotonia da viagem” (CUNHA, 1966b, p. 528).

Os quadros descritos na primeira parte da obra – “*A Terra*” – dizem respeito às condições físicas do interior da Bahia. Eles são reconstituídos desde os primórdios da formação terrestre, mesclando conhecimentos de geologia, geografia e biologia adquiridos pelo escritor através da leitura de especialistas como Friedrich Ratzel.

O meio assume significância para o desenvolvimento do objetivo principal de Euclides, que não se restringia ao relato da guerra de Canudos. Ele se propunha a esboçar “[...] os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” (CUNHA, 2016, p. 10). Para compreender este fenômeno fazia-se necessário compreender igualmente o papel preponderante que o meio desempenhou na formação dessas raças.

Todo o esforço de descrição dos componentes físicos daquela região justifica-se pela influência que *A Terra* exerceu no desenvolvimento das outras partes de sua narrativa. Através da primeira parte de seu texto criou-se a distância entre o sertão e o litoral, seja por suas condições de isolamento, seja pela sua influência direta no desenvolvimento do sertanejo. Este é resultado do meio que o moldou. O homem fruto deste meio será “[...] inconstante como ela [a natureza]. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela o talhou à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto...” (CUNHA, 2016, p. 120).

A distância revela-se aqui em seus aspectos físicos, visíveis ao observador-viajante. Ela é caracterizada por uma definição que serve tanto para a natureza como para o homem: ambos são bárbaros, não dominam seus impulsos mais primitivos, colocando a população da região em um estágio evolutivo diferente daquela do litoral. Euclides nega a contemporaneidade entre sertão e litoral, expondo a formação e o estado em que cada um encontrava-se no final do século XIX.

A descrição física da região nomeada como sertão ocupa lugar significativo na argumentação euclidiana. O choque do encontro com a região sertaneja, até então desconhecida pelo autor, manifesta-se pelo uso de uma linguagem que expressa estranheza e assombro.

As anotações encontradas em seu diário de campo para retratar a paisagem reforçam o caráter de uma narrativa escrita através de oposições. A ambiguidade e o uso exaustivo de figuras de linguagem que expressam antíteses sustentam o pensamento do escritor, produzindo, muitas vezes, resultados opostos acerca do mesmo assunto. Salienta-se que as mesmas anotações foram copiadas e desenvolvidas na primeira parte do livro, sustentando as explicações para a resistência sertaneja, para a ideia de “rocha viva da nossa nacionalidade”, defendida por Euclides.

Neste contexto, a paisagem, entendida como determinada visão de um território através de descrições e de relações físicas e humanas, surge como uma personagem da narrativa. Neste momento busco destacar de que forma este recurso também produziu efeitos narrativos de distanciamento temporal.

As primeiras impressões manifestam-se pelo assombro com um espaço desconhecido, o qual, assim como sua população, possui determinadas peculiaridades, que dificultam e afastam-se das explicações possíveis para outros espaços como o litoral. Ela representa “Um quadro absolutamente novo; uma flora inteiramente estranha e impressionadora, capaz de assombrar ao mais experimentado botânico” (CUNHA, 1966b, p. 531).

Apesar disto, ela deve ser ‘dominada’, a fim de se encaixar em um projeto de nação pensado com base nos moldes europeus de sociedade civilizada. As referências à barbarização e à selvageria da natureza são utilizadas como indicadores de uma formação atrasada, se comparada ao desenvolvimento do litoral brasileiro.

Logo, o meio é um elemento definidor da constituição do jagunço, desta raça que Euclides reputa, muitas vezes, como definidora da nacionalidade brasileira. Além da mestiçagem e suas repercussões, que dificultaram a formação de uma raça superior, outros fatores influenciaram “[...] a gênese do sertanejo no extremo norte, um outro: o meio físico dos sertões em todo o vasto território que se alonga do leito do Vaza-Barris ao do Parnaíba, no ocidente” (CUNHA, 2016, p. 108). Este se apresentava na sua

[...] fisionomia original: a flora agressiva, o clima impiedoso, as secas periódicas, o solo estéril crespo nas serranias desnudas, insulado entre os esplendores do majestoso Araxá do centro dos planaltos e as grandes matas, que acompanham e orlam a curvatura das costas (CUNHA, 2016, p. 108).

No entanto, a natureza não poderia ser domada nem, por consequência, incorporada definitivamente à nação. Ela também não poderia ser eliminada junto com o

jagunço. O melhor a fazer seria afastá-los no tempo e no espaço para assim se constituírem em uma temporalidade à parte daquela almejada para a nação.

Assim, esta se desenvolveu fora do influxo de outros elementos. Entregues à vida pastoril, a que por índole se afeiçoavam, [...] divorciados inteiramente da gente do Sul e da colonização intensa do litoral, evolveram, adquirindo uma fisionomia original. Como que se criaram num país diverso (CUNHA, 2016, p. 108).

Tal afastamento pode ser vislumbrado na ideia de *terra ignota* construída pelo autor.³³ A assombração que a primeira visão daquelas paragens causou-lhe o levou à constatação de estar diante de algo *absolutamente novo*, ressaltando o desconhecimento em relação àquela região, uma vez que “[...] As nossas melhores cartas enfeixando informes escassos, lá têm um claro expressivo, um hiato, Terra ignota, em que se aventura o rabisco de um rio problemático ou idealização de uma corda de serras” (CUNHA, 2016, p. 23).

O viajante depara-se com o curso do rio Vaza Barris, uma das anomalias do sertão, uma vez que não “há situações de equilíbrio para uma rede hidrográfica normal”. Ali “reina a drenagem caótica das torrentes, imprimindo naquele recanto da Bahia *facies* excepcional e selvagem” (CUNHA, 2016, p. 23).³⁴

A ocupação daquele espaço ficou comprometida devido ao isolamento que as condições geológicas e climáticas causaram. Euclides esclarece que esses lugares foram evitados pelas *vagas humanas* que vinham do litoral em direção ao sertão.

Uma ou outra o cortou, rápida, fugindo, sem deixar rastros.

Nenhuma lá se fixou. Não se podia fixar. O estranho território, a menos de quarenta léguas da antiga metrópole, destinava-se a atravessar absolutamente esquecido os quatrocentos anos da nossa história (CUNHA, 2016, p. 23).

Ao adentrar a caatinga, o “*facies* daquele sertão inóspito vai-se esboçando, lenta e impressionadoramente...”, representando um “quadro tristonho de um horizonte monótono” (CUNHA, 2016, p. 25). A natureza passa a traduzir os elementos de isolamento, de imobilidade no tempo e no espaço, que se ancoram na dificuldade de sobrevivência naquele meio, reforçando as especificidades do bioma que teria contribuído

³³ Neste momento, retomo esta noção para discutir especificamente a sua relação com a dimensão da temporalidade.

³⁴ Não por acaso, a abertura da seção V começa com a conclusão de que as categorias geográficas de Hegel não poderiam ser aplicadas da mesma forma ao contexto brasileiro. O resultado étnico seria completamente diferente, como mencionado mais acima. O estabelecimento desta diferença estaria, por sua vez, ligado ao fenômeno de hiato/isolamento daquele espaço.

para o aparecimento da figura do jagunço e para sua existência até então. Ao tratar a natureza como personagem, Euclides atribui a ela o papel de formadora daquela população e de sua resistência, não por acaso ela antecede *o Homem e a Luta* – partes subsequentes de seu livro.

Invocando a comparação da caatinga com as estepes, o autor explica que um viajante que aí chegasse se sentiria afogado pela vegetação, pois ela

abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante... (CUNHA, 2016, p. 48-49).³⁵

A escolha dos verbos remete a ações que envolvem o combate entre aquele que tenta adentrar o sertão e a caatinga a qual serve não apenas como obstáculo, pois, devido à capacidade a ela atribuída pelo escritor, acaba por protagonizar o primeiro embate entre o sertão e o litoral. A opção verbal contrasta com a sensação de imobilidade determinada pela referência à sua aparência imutável, evidenciando o jogo de figuras de linguagem que perpassa toda a obra.

A sensação de imobilidade expressa pelo autor remete à ideia de uma parada no tempo, ou seja, o tempo passa de forma quase imperceptível nos sertões brasileiros. As transformações por ele provocadas são tão lentas que não permitem grandes variações, o que poderia ser uma pluralidade de espécies encontra-se “[...] quase reduzida a uma espécie variável” (CUNHA, 2016, p. 49).

Fenômeno similar acomete o surgimento do jagunço, seu desenvolvimento ocorre isolada e lentamente, protegido por este espaço onde as relações da natureza com o homem ocorrem de forma diversa. Assim, “[...] quem atravessa aqueles lugares observa uma uniformidade notável entre os que povoam: feições e estaturas variando ligeiramente em torno de um modelo único, dando a impressão de um tipo antropológico invariável” (CUNHA, 2016, p. 110). Ambas sofrem mútua influência e se o espaço não pode se tornar imóvel, como desejaria o autor, a desaceleração do tempo, naquela região, provoca o hiato espacial e temporal que separa sertão e litoral. Portanto, a paisagem não somente ajuda a construir uma noção de distanciamento temporal, mas também é importante para constituir um determinado ritmo temporal. Esta cadência do tempo está intimamente

³⁵ Grifos meus.

relacionada com o *regime bruto* da sobrevivência, como veremos a seguir. As mudanças podem ser lentas, entretanto ocorrem incessantemente. A velocidade com que agem sobre o meio, entendido aqui como o entrelaçamento das características físicas e humanas, não é, no entanto, suficiente para equiparar a temporalidade do sertão primitivo ao litoral civilizado.

Neste *regime bruto*, que é a vida nos sertões, a vegetação reflete as dificuldades que o meio impõe, ao mesmo tempo que demonstra uma resistência extraordinária. Ela é portadora de características – destacadas pelo autor na segunda parte de seu livro, “*O Homem*” – não apenas de resistência, mas também de enraizamento naquelas paragens inóspitas para a maioria dos seres humanos.

Ajusta-se sobre os sertões o caudério das secas; esterilizam-se os ares urentes; empedra-se o chão, gretando, recrestado; ruge o nordeste nos ermos; e, como um cilício dilacerador, a caatinga estende sobre a terra as ramagens de espinhos... Mas, reduzidas todas as funções, a planta, estivando em vida latente, alimenta-se das reservas que armazena nas quadras remansadas e rompe os estios, pronta a transfigurar-se entre os deslumbramentos da primavera (CUNHA, 2016, p. 51).³⁶

Outro exemplo desta combinação de elementos é o cajueiro anão ou *cajú* na língua indígena. Estas plantas, descritas como *vegetais estranhos* “quando ablaqueados em roda, mostram raízes que se entranham a surpreendente profundura. Não há desenraizá-los” (CUNHA, 2016, p. 50)³⁷ Algo similar pode ser atribuído ao sertanejo que, apesar de todas as dificuldades, entre elas a seca, muito raramente abandona esta região.

A flora que aí se mantém sustenta o sertanejo em épocas de estiagem. A *macambira* é uma destas espécies que, de acordo com o autor, foram talhadas para a absorção de água e vapores. Para o *matuto sequioso*, ela se transforma em “um copo d’água cristalina e pura”, assim como os *caroás verdoengos* e os *gravatás* e *ananases* “*bravos*, trançados em touceiras *impenetráveis*, copiam-lhe a mesma forma, adrede feita àquelas *paragens estéreis*” (CUNHA, 2016, p. 51)³⁸

Essas e outras espécies, encontradas em regiões desérticas do sertão brasileiro, são associadas à resistência e à adesão ao que o autor denomina *regimes bárbaros*. Elas “repelem os climas benignos em que estiolam e definham. Ao passo que o ambiente de

³⁶ Grifos do autor.

³⁷ “Por fim tudo se esgota e a situação não muda. Não há probabilidade sequer de chuvas. A casca dos marizeiros não transuda, renunciando-as. O nordeste persiste intenso, rolante, pelas chapadas zunindo em prolongações uivadas na galhada estripitante das caatingas e o Sol alastra, reverberando no firmamento claro, os incêndios inextinguíveis da canícula. O sertanejo, assoberbado de reveses, dobra-se afinal” (CUNHA, 2016, p. 135)

³⁸ Grifos meus.

fogo dos desertos parece estimular melhor a circulação da seiva entre os seus cladódios tímidos” (CUNHA, 2016, p. 51). Nestes regimes, a luta pela sobrevivência impera, não se trata apenas da natureza, mas também da população que, quando se passa a narrativa, está resistindo ao embate com o exército brasileiro.

2.2.1 Transposição temporal: o meio como produtor de antinomias

Se a representação da paisagem compõe a configuração do distanciamento temporal em *Os Sertões*, veremos que com a sua dimensão mais “monumental”, para assim designar os elementos da geologia e da geografia analisados pelos estudiosos, não será diferente. As montanhas, o clima e o regime de chuvas contribuem na composição do quadro de distanciamento temporal. Neste jogo de antíteses que são formuladas pelo autor, conforma-se uma espécie de transposição que reforça as diversas temporalidades que se manifestam no sertão.

Dessa forma, “os últimos fragmentos das rochas enterradas”, se repartem de tal forma que “mal relembram [...] o antiquíssimo “Himalaia brasileiro””. O processo foi longo e ininterrupto, resultando

[...] em desintegração contínua, por todo o curso das idades; adiante, mais caprichosos, se escalonam em alinhamentos incorretos de *menires* colossais, ou em círculos enormes, recordando na disposição dos grandes blocos superpostos, em rimas, muramentos desmantelados de ciclópicos coliseus em ruínas; ou então, [...] restos da monstruosa abóbada da antiga cordilheira, desabada... (CUNHA, 2016, p. 21).

Prepara-se, assim, o terreno onde irá surgir a “sociedade rude dos vaqueiros”. A partir do ponto denominado Monte Alto, essas configurações naturais se separam. Na direção nordeste, devido ao processo intenso de degradação, “Desenterram-se as montanhas”. O movimento que aí se desdobra será descrito a partir de determinadas palavras que parecem demonstrar o quanto o meio influencia não apenas o surgimento da população sertaneja, mas como o processo de antropomorfização da natureza colabora para tornar a paisagem um elemento imprescindível para a compreensão dos fenômenos que se desenrolaram no interior da Bahia. Peter Elmore (2008, p. 98), nesta perspectiva, afirma que

Os registros da antropologia e da geografia – cuja matriz é, antes de tudo, espacial – servem em *Os Sertões* para esclarecer e fazer inteligível o sujeito, de quem inclusive se pode dizer (e não é mais tranquilizadora essa certeza?) que é ‘um representante natural do meio em que nasceu’.

O determinismo se encontrava atrelado as correntes evolucionistas que eram aceitas por muitos escritores naquele período, entre os quais Euclides da Cunha. Este procurava compreender o sertão e engendrar uma explicação que possibilitasse apreender o cenário nacional e os caminhos e descaminhos da formação de uma nação em sintonia com os modelos cobiçados de civilização, como os que vinham da Europa. Diversos pesquisadores já analisaram como Euclides se utilizou da bibliografia na composição de *Os Sertões* – autores e conceitos, que tanto colaboraram para a enunciação de seu pensamento, mas também omissões, usos enviesados de teorias e, as raras vezes em que as referências são deixadas explícitas. (LIMA, 1997; BERNUCCI, 1995; MURARI, 2007).

Entre os diversos nomes que apareceram em seu texto, está Henry Thomas Buckle, historiador inglês. De acordo com Murari, este autor defendia que o conhecimento só poderia ser atingido através da mescla de “todos os saberes existentes”. Para a escrita da história, por exemplo, seria necessário o profundo entendimento das ciências físicas e biológicas.

Segundo Buckle, o organismo do homem possui suas próprias leis, desenvolvendo-se de acordo com elas desde que não esteja sendo reprimido pelos fatos externos. Estes elementos externos também seguiriam suas próprias leis, mas em contato com o homem estimulariam seus instintos ou seu intelecto, de modo que, para Buckle, é possível determinar a conduta humana a partir das condições naturais em que se dão (MURARI, 2007, p. 68).

Seguindo essas determinações, seria possível erigir leis de desenvolvimento histórico. Essa hipótese contribuía para a possível explicação do atraso brasileiro, “o que a tornava particularmente interessante face à *obsessão do descompasso* característica do pensamento da intelectualidade brasileira” (MURARI, 2007, p. 67). Conforme a mesma autora, a teoria do historiador inglês dedicava um lugar especial à geografia, considerada por ele “o conjunto dos elementos determinantes da formação das nacionalidades” (MURARI, 2007, p. 68). A questão da nacionalidade é mencionada por ela como um elemento importante para pensar o caso da territorialidade no processo de formação dos estados nacionais. Pode-se questionar se o uso desse autor por Euclides, para além da evidente relação entre a geografia e o determinismo, não teria servido para pensar Canudos como uma ameaça à integridade física e moral (política?) da nação brasileira.

Ameaça ou não, o fato é que o arraial do Conselheiro se constituía como um caso à parte, e o autor se esforçava para compreender a disposição daquele espaço, sua formação e as mudanças que a natureza aí elaborou. Ao avançar por esse território, continua Euclides, o viajante vai se deparando com o “contraste belíssimo” entre montanhas e planícies, para “ao atingir aquele ponto estaca surpreendido...” (CUNHA, 2016, p. 22). O caos que acompanha a natureza assoma aos olhos do viajante-observador, diante dele encontra-se um maciço continental. Na descrição desse maciço, aparecem diversos elementos que remetem à estranheza e à distância que se colocavam entre Euclides e a civilização de um lado e os jagunços e a barbárie de outro. A natureza passa a ser narrada como algo excepcional e selvagem, não registrado anteriormente pela cartografia, formando aquilo que o autor denomina *Terra ignota*, um território estranho e desconhecido.

O caminho pela estrada de Bom Conselho, que levava ao arraial de Canudos, tinha fama, desde o século XVII, de não ser recomendado como passagem, assim, “uns e outros contorneavam sempre, evitando-a sempre, a paragem sinistra e desolada, subtraindo-se a uma travessia torturante” (CUNHA, 2016, p. 25). A paisagem assumia a função criadora de um espaço peculiar e isolado, a ‘paragem impressionadora’ partilhava simultaneamente do ‘traço melancólico’, que se firmava como uma das características do local.

O autor cria um cenário em que predomina o sofrimento da natureza, onde se poderia vislumbrar, possivelmente, o sofrimento do homem e sua luta com a terra e, mais tarde, com a civilização. A violência é um dos elementos que ganha destaque nesta parte do livro, ela integra este quadro de sofrimento que permeia a região desde sua origem – “As condições estruturais da terra lá se vincularam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos”. As montanhas, no que restou de sua formação mais antiga, dispõem-se em “cenários em que ressalta, predominantemente, o aspecto atormentado das paisagens” (CUNHA, 2016, p. 27).³⁹ Uma vez que elas

[...] denunciam – no enterroado do chão, no dismantelo dos cerros quase desnudos, no contorcido dos leitos secos dos ribeirões efêmeros, no constricto das gargantas e no quase convulsivo de uma flora decídua embaralhada em esgalhos – é de algum modo o martírio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos variáveis, distribuídos por todas as modalidades climáticas (CUNHA, 2016, p. 27).

³⁹ As expressões utilizadas nas frases anteriores encontram-se na p.26.

O excerto reproduzido auxilia a entender como o autor conseguiu, por intermédio da descrição pormenorizada dos elementos naturais e ao torná-los vivos, através da escolha cuidadosa do vocabulário, apreender aquela paisagem e atribuir-lhe o fator de isolamento espacial necessário à construção da imagem de um outro, fora do tempo e do espaço, comumente ocupados pela civilização e o litoral. Santana (2008, p. 152) especifica: “[...]Estamos diante de uma representação da natureza em conflito, que prefigura o embate secular do homem e o meio e ainda entre o litoral e o sertão ou o soldado e o jagunço”.

Euclides escreve que “As forças que trabalham a terra atacam-na na contextura íntima e na superfície, sem intervalos na ação demolidora, substituindo-se, com intercadência invariável, nas duas estações únicas da região” (CUNHA, 2016, p. 28). Os fenômenos naturais assumem o preponderante papel de destruição, no entanto, simultaneamente, não há alterações significativas no quadro como um todo: “As erosões constantes quebram, porém, a continuidade destes estratos que ademais, noutros pontos, desaparecem sob as formações calcárias. Mas o conjunto pouco se transmuda”. CUNHA, 2016, p. 29). O autor conclui que a natureza, nessa região, não favorece o povoamento, ela representa

[...] a força centrífuga do deserto: repelem; desunem; dispersam. Não se podem ligar à humanidade pelo vínculo nupcial do sulco dos arados. São um isolador étnico como as cordilheiras e o mar, ou as estepes da Mongólia, varejadas, em corridas doudas, pelas catervas turbulentas dos tártaros errabundos. (CUNHA, 2016, p. 59).

No dia 07 de setembro, Euclides já se encontrava em Monte Santo, no acampamento militar. Acompanhado de seu *Diário*, observava e registrava suas impressões. No dia em questão, foram realizadas as comemorações relativas à data da Independência. O amanhecer foi marcado pelas ‘notas metálicas’ das bandas marciais. Com elas despontaram as reflexões do autor, que se via cercado de contrastes e procurava, através da escrita, compreender as discrepâncias da situação e do lugar.

As impressões aqui formam-se através de *um jogo persistente de antíteses*. Situada num dos lugares *mais belos e interessantes* do nosso país, Monte Santo é simplesmente *repugnante*. A grande praça central ilude à primeira vista. Quem ousa atravessar, porém, as vielas estreitíssimas e tortuosas que nela afluem é assoberbado por um *espanto extraordinário*. Não são ruas, não são becos, são como que imensos encanamentos de esgoto, sem abóbadas, destruídas (CUNHA, 1966b, p. 541).⁴⁰

⁴⁰ Grifos meus.

Diante desse cenário, Euclides concluiu que “Custa a admitir a possibilidade da vida em tal meio – estreito, exíguo, miserável [...]”. Ainda mais que nessa ocasião em que era ocupado pelas tropas que se destinavam ao arraial e que acabaram por atrair “uma multidão rebarbativa de megeras esqueléticas e feias na maioria – fúrias que encaçam o exército”. A concentração das pessoas ocorria na única praça daquele lugar, “todo esse acervo incoerente começa, cedo, a agitar-se”, e naquela efervescência matinal “Confundem-se todas as posições, acotovelam-se seres de todos os graus antropológicos” (CUNHA, 1966b, p. 541).

E isto todos os dias, no mesmo lugar, às mesmas horas – e são os mesmos indivíduos, vestidos do mesmo modo, estacionando nos mesmos pontos...

Tem-se a sensação esmagadora de uma imobilidade do tempo.

A terra realiza a sua rotação eterna, os dias sucedem-se astronomicamente, mas não mudam aqui. Parece que é o mesmo dia que se desdobra sobre nós – indefinido e sem horas – interrompido apenas pelas noites ardentes e tristes.

E quando o sol dardeja alto, ardentíssimo num céu vazio, tem-se a impressão estranha de um *spleen* mais cruel do que o que se deriva dos nevoeiros de Londres; *spleen* tropical feito da exaustão completa do organismo e do tédio ocasionado por *uma vida sem variantes* (CUNHA, 1966b, p. 541).⁴¹

A sensação de imobilidade é reforçada em outros excertos de seus escritos. Em *Os Sertões*, o autor faz referência a aspectos que revelam a inércia do sertão, o que pode ser lido como instrumento importante para garantir a passagem de um tempo contemporâneo e moderno para um tempo remoto, de um passado longínquo, inscrito nas formas geológicas que criaram o planeta, para um passado manifesto nas formas primitivas da natureza e do homem que habitam essa região. Eles corresponderiam a um dos recursos utilizados por Euclides para construir um espaço temporal diverso, uma vez que temporal diverso, uma vez que

o que faltava para Euclides, como de resto faltou para boa parte daquela geração de letrados, era uma concepção pluralizada de tempo, uma em que variadas formas de experiência temporal pudessem coexistir simultaneamente, guardando em si mesmas suas próprias singularidades. Quando a alteridade se mostrava de tal maneira irreduzível ao tempo simultâneo, restava como último recurso jogá-la para outro tempo (NICOLAZZI, 2017).

⁴¹ Grifos meus.

Parece ser essa uma das razões pelas quais Euclides escreveu, na nota de abertura do livro, que “mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo”. Esta discrepância temporal é abordada a partir da linguagem, como é demonstrado pelo uso de analogias, antíteses, oxímoros, de paralelos entre os antigos, os modernos e essa população “primitiva” do sertão da Bahia, como no excerto anterior que faz referência à história romana.

Quem se aventurasse através das formações geológicas, iria se deparar com o *sertão inóspito* que vai se “esboçando, lenta e impressionadoramente...”. O viajante se vê diante de “quadro tristonho de um horizonte monótono em que se esbate, uniforme, sem um traço diversamente colorido, o pardo requeimado das *caatingas*” (CUNHA, 2016, p. 25).⁴²

Neste traçado melancólico da paisagem, os que a cruzam são arremessados para o passado através da natureza, que se evidencia como o primeiro elemento diferenciador de temporalidade. “Não se percebe, pois, alteração no espaço através da passagem do tempo” (CARDOSO, 2016, p. 239). Assim, “lentamente emergindo num ondear longínquo de chapadas...” (CUNHA, 2016, p. 17) surge o maciço continental que dá origem ao planalto que circunda e forma a região. Na escolha das palavras, emerge a distância de quem está adentrando uma nova esfera, a de um tempo passado, longínquo, separado do tempo vivido pelo autor e viajante, no qual os fenômenos manifestam-se em longos períodos, tudo acontece lentamente, estendendo-se em longas durações.

O sertão baiano apresenta uma espécie de regime torrencial que permanece “Caindo por ali *há séculos*”, as áreas do relevo “Estiram-se em planuras vastas. [...] numa *prolongação indefinida*, de mares” (CUNHA, 2016, p. 20-21).⁴³ E todo esse movimento contínuo retrata o “desapoderado embater dos elementos, que ali reagem *há milênios*” (CUNHA, 2016, p.20-21). Santana explica que esta forma de narrativa está ligada a um esquema que ele considera básico na escrita euclidiana,

forças que se embatem no mesmo "conflito secular" que já se encontra desde a primeira página de *Os sertões*, e a geologia aparece como que dotada de vontade e sentimentos e se presta com perfeição a esta narrativa de movimento, com suas camadas que se deprimem e se elevam, com suas forças capazes de rasgar as formações rochosas e com

⁴² Grifos do autor.

⁴³ Grifos meus.

massas magmáticas que extravasam do interior desconhecido (SANTANA, 1998).

A vegetação denota um ‘aspecto lúgubre’. Os mandacarus apresentam-se *despidos e tristes*, no entanto, recebe certo alento o viajante dessas paragens ao se deparar com a presença humana, mesmo que passageira. Tal modo de narrar é uma das opções adotadas por Euclides para mostrar a natureza desta região do Brasil como um entrave recorrente, o que poderia servir como legitimação para o fracasso das primeiras expedições para conter a insurreição canudense, ao mesmo tempo que poderia ser uma estratégia para invocar sua autoridade sobre o relato, afinal, ele estava lá e não apenas presenciou aspectos da luta, também o observou, em detalhes, toda a paisagem.

Ele transpôs não apenas a distância física que separava o sertão da civilização litorânea, mas também o espaço temporal que os distanciava. Atravessando diferentes temporalidades que se moviam em ritmos diversos, dos mais lentos aos que escapavam da dimensão passado, presente e futuro. Os sertanejos localizados fora do tempo, protegidos pelo isolamento, se mantinham afastados da contemporaneidade do escritor. Por meio de seu olhar acurado e científico, bem como da elaboração das antinomias que se apresentavam, Euclides foi capaz de apreender o intervalo de três séculos que se impunha entre litoral e sertão, criando condições de se lançar na travessia entre as múltiplas temporalidades existentes.

2.2.2 Os Sertões: viagem rumo ao local sem cor da história

Análises de teoria da história têm apontado a importância da viagem como elemento legitimador de textos.⁴⁴ Nesta seção traçaremos um percurso que articula o recurso “científico” da viagem com outro recurso narrativo usado por escritores do século XIX e da virada do século XX, a cor local, compondo solidariamente o quadro complexo da temporalidade em *Os Sertões*.

A figura do viajante-observador não era novidade na literatura. Tal concepção tornou-se um suporte importante para o desenvolvimento de certa noção de história. Fabian expõe que, para os burgueses do século XVIII, a viagem adquiriu a perspectiva de ‘conhecimento filosófico’. As viagens de cunho religioso, que antes visavam atingir os centros da fé, adotaram um novo deslocamento, pois a rota “se dava dos centros de

⁴⁴ Cf.: HARTOG, 2005; NICOLAZZI, 2011.

conhecimento e poder para lugares onde o homem nada encontraria além de si mesmo” (FABIAN, 2013, p. 44). A viagem passou a ser vista como a autorrealização do homem, dando origem a um novo discurso preocupado com

suas formas populares bem como em seus usos científicos, era com a descrição de movimentos e relações no espaço (“geografia”), baseadas principalmente na observação visual de lugares estrangeiros. No entanto, isso não contradiz a afirmação de que a elaboração de uma concepção secular do Tempo era sua preocupação subjacente. (FABIAN, 2013, p. 44).

A ideia da viagem como ciência foi divulgada na *Enciclopédia* de Diderot, ou seja, não era despreocupadamente que os viajantes seguiam para longe. Os deslocamentos serviam como “projetos de observação, coleção e classificação, e de descrição histórico-naturais” (FABIAN, 2013, p. 46). Os novos viajantes, entre eles Volney, não assumiam uma postura simplesmente empirista, preocupada com a descrição em sua forma pura. O viajante, de acordo com Fabian, “defendia uma postura crítica baseada (e nisso ele está mais próximo da revolta romântica contra o Iluminismo) em considerações explicitamente históricas, isto é, temporais”. Com isso, “Contrastar o passado e o presente se tornou uma preocupação intelectual” (FABIAN, 2013, p. 46).

Euclides da Cunha não se constituiu em uma exceção. Através de seus conhecimentos como engenheiro e seu interesse pela geologia, fez da campanha de Canudos uma oportunidade para desvendar o interior, ainda pouco conhecido por seus compatriotas, inclusive pelo governo.⁴⁵ O olhar que ele lançou sobre os sertões procurava entender o fato de que “O sertão foi de algum modo abandonado” (CUNHA, 2009, p. 121).

Talvez o olhar não fosse suficiente para garantir-lhe autoridade sobre o assunto, porém, como registrado no *Diário* e na *Caderneta de Campo*, faltavam-lhe instrumentos adequados para aferir com segurança o clima e analisar a vegetação e outros aspectos geomorfológicos. Ao estabelecer os graus de dificuldade e caracterizar esse espaço como inóspito e ignoto, Euclides encontrou outro argumento para sua hipótese de formação de

⁴⁵ Euclides reproduziu um mapa na sua obra de autoria de Teodoro Sampaio, seu amigo, que estudava aquela região. O mapa foi importante devido ao desconhecimento daquela parte do Brasil, a tal ponto que o próprio governador de São Paulo, Campos Salles, solicitou uma cópia dele, bem como informações “sobre o sertão de Canudos, cuja geografia e o Exército em grande parte desconheciam”. O mapa vai desempenhar um papel importante na narrativa euclidiana, tanto na primeira parte do artigo intitulado *Nossa Vendaia*, como para a elaboração da primeira parte d’*Os Sertões – A Terra* – cuja descrição se deve mais as informações de seu amigo e outros autores, do que ele “ter estado lá”. Retomaremos esse ponto em seguida. (VENTURA, 2003, p. 148-149).

uma raça forte que se constituiria na “rocha da nossa nacionalidade”: o homem que ali tentasse se estabelecer deveria adaptar-se a suas feições, do contrário pereceria ou seria expulso pela própria natureza. De tal modo, sua adesão às correntes científicas estaria, de certo modo, resguardada.

Algumas partes daquela região lembram

monumentos de uma sociedade obscura. Patrimônio comum dos que por ali se agitam nas aperturas do clima feroz, vêm, em geral, de *remoto passado*. Delinearam-nos os que se afoitaram primeiro com as vicissitudes de uma entrada naquelas bandas. E persistem indestrutíveis, porque o *sertanejo*, por mais escoteiro que siga, jamais deixa de levar uma pedra que calce as suas juntas vacilantes. (CUNHA, 2016, p. 26).

Bernucci, ao examinar a obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos e seus paralelos com *Os Sertões*, atribuiu essa dinâmica de escrita ao fato de ambos construírem seus trabalhos “sob as leis do determinismo e da hereditariedade”, característicos da corrente literária denominada de naturalismo (BERNUCCI, 1995, p. 100). Igualmente, “é a compreensão global e histórica dos fatos que permite, por um lado, a Euclides usar elementos do colorido local sem cair no excesso e, muitas vezes, mau gosto dos românticos” (BERNUCCI, 1995, p. 101).⁴⁶

O estudo da noção de cor local realizado por Eduardo Cardoso coloca em evidência alguns elementos importantes tanto para melhor compreender o pensamento de Bernucci, como para estabelecer o lugar e a importância desse “recurso, mecanismo ou dispositivo narrativo”, cujo uso permanece até hoje.

Acredito que seja fundamental compreender a *cor local* como um mecanismo vinculado, simultaneamente, ao *tempo* e ao *espaço* durante o século XIX. Isso porque o mecanismo permanece vigente contemporaneamente, contudo, concentrado preferencialmente sobre sua dimensão espacial (CARDOSO, p. 18).

O autor identifica o significado de cor local com o definido pelo “*Dicionário Penguin*, [onde] “local color” implica o emprego de detalhes peculiares a uma região particular ou ambiente, de modo a adicionar interesse e autenticidade à narrativa” (CARDOSO, p. 18-19). No século XIX, um dos significados que lhe podia ser atrelado é

⁴⁶BERNUCCI, 1995, p.101. Eduardo Cardoso analisa *Os Sertões* e a obra *Sonhos d'Ouro* de José de Alencar, partindo da ideia de *cor local* e suas funções e mutações durante o século XIX, mas também procurando refletir questões como a *ficcionalização da história* e a *historicização da ficção*, expressões utilizadas por Paul Ricoeur na obra *Tempo e Narrativa*. O uso do recurso da cor local pode ser visto como parte de um conjunto de instrumentos e teorias que procuravam “organizar” a temporalidade e a espacialidade brasileiras com o objetivo de se pensar a nação nesse período (CARDOSO, 2016, p. 11-43).

o de descrição de “um *tempo* e um *espaço* específicos para um país ou para uma nação”, inserindo-se, pois, no processo de constituição das nacionalidades (CARDOSO, p. 18).

No caso do Brasil, a alteração do regime político e as expectativas resultantes desse processo, especialmente no que tange a modernização da sociedade, implicava a mudança de percepção do tempo e de configuração do espaço. Havia preocupação com a forma como o tempo era percebido. O próprio Euclides sentia essa sorte de descompasso, no entanto, nesse cenário, precisava dar inteligibilidade a um território que sobrevivera completamente isolado, onde nenhum de seus elementos *fixava o homem àquela terra* e ‘criou’ uma subespécie humana, com *traços atávicos*. Em uma concepção de tempo cada vez mais progressista e linear, a forma de interpretar e explicar a presença desse fenômeno era criar outra temporalidade que os deixasse fora do tempo do viajante-observador que se aventurava por aquelas paragens.

A geologia, com seus conceitos e descrições, auxiliou a criação de metáforas usadas como indicadores da sobreposição ou transposição temporal que ocorria no sertão. A descrição da natureza serviu, então, como um dispositivo narrativo que apreendia melhor o ambiente, tornando-o conhecido em suas cores peculiares. Ela também impulsionou a descrição de um espaço que, teoricamente, deveria pertencer à nação brasileira, mas que, de alguma forma, por descaminhos percorridos por Euclides, não parecia ter, em sua visão, a mesma temporalidade do sertão, visto que esse espaço e sua população eram tidos por primitivos e bárbaros, características que não se inseriam no discurso do progresso e da modernidade, defendidos e almejados pela sociedade brasileira.

A visão euclidiana contribuiu para o estabelecimento da distância. Uma das marcas de sua obra é, justamente, a forma como ele utilizou o *olhar* para legitimar seu conhecimento sobre o sertão, afastando-o do restante do Brasil. Para Fernando Nicolazzi (2011, p. 190), a criação da figura do *viajante-observador* adquire importância, pois serve para assegurar “que o autor viu aquilo que relata – sua função na primeira pessoa -, como propicia, ao mesmo tempo, que o próprio ato da visão seja problematizado – quando atribuído à terceira pessoa”. Tais diferenciações colaboram, na estrutura da obra, para conferir autoridade à narrativa, uma vez que nem tudo o que ele narra foi garantido pela observação direta, bem como transportam o leitor para o cenário em questão, quase o transformando em participante direto dos eventos (NICOLAZZI, 2011, p. 190).

Euclides da Cunha não presenciou todas as cenas narradas em *Os Sertões*, especialmente no que diz respeito à parte intitulada *A Terra*.⁴⁷ Para as descrições aí expostas, ele adotou como fonte a obra de outros autores, relatos de viagens, conversas com geógrafos que lhe eram contemporâneos. Entre estes, ressalta-se Teodoro Sampaio, reputado amigo de Euclides, que lhe forneceu a base para a descrição física contida no artigo *Nossa Vendéia*, texto publicado no Jornal *O Estado de São Paulo*, em 14 de março e 17 de julho de 1897, considerado um dos primeiros esboços do que, anos mais tarde, viria a ser *Os Sertões*. Tendo em vista essas informações, Bernucci comenta que

Não causam, portanto, nenhuma admiração ao leitor as vivas descrições da natureza pintada pelo escritor segundo os modelos que as fontes livrescas lhe ofereceram muito antes de sua ida a Canudos. Basta olhar as páginas de “A Nossa Vendéia” para nos darmos conta de que Euclides era mestre em transformar simples e longínquas impressões visuais em dados minuciosos e concretos aos olhos. (BERNUCCI, 1995, p. 107).

Bernucci realça que essa destreza, no que ele nomeia arte mimética de representação, teria deixado dúvidas em relação à veracidade do que foi narrado por Euclides.

Com efeito, para o leitor incauto, através da linguagem estonteante e persuasiva de Euclides, a representação da natureza chega a ser tão perfeita e detalhada, a despeito de sua factibilidade, que o que passa a adquirir importância parece já não ser propriamente o que se narra mas como se narra (BERNUCCI, 1995, p. 107).

De acordo com Cardoso, no uso que faz da cor local, Euclides, inserido em seu tempo, começa por reproduzir um elemento que então integrava diversas narrativas – a descrição vívida da paisagem e a atribuição a ela de um caráter exuberante.

É significativo, contudo, que para muitos escritores, historiadores e botânicos desse período a caracterização do espaço seja construída a partir da descrição de uma natureza imponente e grandiosa capaz, inclusive, de comover o descritor e, por extensão, o leitor do procedimento (CARDOSO, 1989, p. 71).⁴⁸

A percepção descrita, no entanto, evapora rapidamente do texto euclidiano. O escritor, à medida que avança pelos sertões, adota uma descrição que remete a um vazio de cores ou a cores monótonas e repetitivas como o *pardo requemado das caatingas*.

⁴⁷ É o que afirma Bernucci (1995, p. 107): “mais de uma vez, narrou cenas que não viu como se tivesse sido o seu observador argucioso”.

⁴⁸ Grifos do autor.

[...] O topos da natureza edênica, associado ao emprego da cor local durante o século XIX, começa a ser questionado. Às paisagens amiúde marcadas pela *riqueza*, *vivacidade* e *colorido*, confrontam-se agora espaços definidos pela *escassez*, *monotonia* e *palidez* [...] (CARDOSO, 2016, p. 227).

Os quadros naturais que se repetem, serão associados a uma temporalidade que não muda na mesma velocidade que o litoral. Sendo assim, como afirmei no início desta seção, estas análises contribuem para acrescentar mais elementos ao complexo quadro da representação da temporalidade em *Os Sertões*. A cor, designada pelo testemunho ocular do viajante, entra no jogo de contrastes e segmentação das temporalidades do litoral e do sertão. Assim, “[...]o dia, incomparável no fulgor, fulmina a natureza silenciosa, em cujo seio se abate, imóvel, na quietude de um longo espasmo, a galhada sem folhas da flora sucumbida” (CUNHA, 2016, p. 39).

Na perspectiva de Euclides, praticamente tudo no sertão remete à excepcionalidade, nada escapa à produção de diferenças entre sertão e litoral. A descrição da paisagem serve também para distanciar dois mundos colocados pelo autor em perspectiva antagônica. Cardoso (2018, p.73) expõe que o mecanismo da cor local, nessa obra, passa por transformações de conteúdo.

Imbuído, pois, do mesmo intuito relativo à *cor local*, Euclides empresta ao mecanismo não exatamente objetos novos, mas novas facetas – isto é, um novo *conteúdo*. A paisagem, destarte, não mais produz identificação, mas, ao contrário, se expressa como um parêntese, um vazio que obstaculiza o “quadro da nação”.

A profusão de imagens que constituem o texto foi interpretada por Walnice Galvão como multiplicidade de vozes, em que “O leitor desavisado vai encontrar dificuldades em precisar, afinal, a teoria, ou a opinião, que o autor subscreve. Isso ocorre a cada página, quer o assunto tratado seja a causa das secas ou a superioridade do sertanejo [...]” (CUNHA, 2016, p. 624-625). Esse fenômeno está intrinsecamente ligado à forma como Euclides coloca-se no texto. Para a mesma autora, “[...] a todas essas vozes sobrepõe-se a voz do narrador na primeira pessoa de um plural majestático” (CUNHA, 2016, p. 624).

Em sua análise, o que garante o funcionamento da polifonia é a intertextualidade, ou seja, o uso da ciência através de textos científicos e históricos, em que Euclides joga “uns contra outros, manipulando-os e até invectivando-os” (CUNHA, 2016, p. 624). A figura do narrador é vista como um manipulador da intertextualidade, que se intromete

“naquilo que está narrando, em tom conspícuo, e com alguma frequência apostrofa os autores e seus assuntos, sempre no plural majestático” (CUNHA, 2016, p. 625). Essa postura, na perspectiva da citada autora, visa persuadir o leitor. Tal como um tribuno, Euclides invoca “A tensão dramática [...]” (CUNHA, 2016, p. 625). Ela está sempre presente, não apenas nas cenas da luta, mas também na construção desse “embate secular do homem e o meio”. O uso extensivo de figuras de linguagem – como o oxímoro, entendido aqui como estabelecedor de opostos que, colocados lado a lado, formam um paradoxo – reforça o sentido das palavras que foram combinadas, acentua o caráter dramático e persuasivo da narrativa.

Esse elemento de persuasão está intrinsecamente ligado ao narrador, que para Nicolazzi subdivide-se em observador e viajante. O Euclides observador escreve a partir da autoridade que seu *olhar* pode conferir. A compreensão e a narração da paisagem passam pelo estabelecimento da autoridade do olhar⁴⁹, forjada em diversos momentos da escrita. Ela permite perceber o estabelecimento da distância que, posteriormente, vai auxiliar na construção da visão do outro como aquele que se encontra apartado da temporalidade ditada pelo litoral.

O narrador relata a observação, sendo o observador, no livro, justamente aquele que se deixa surpreender pela paisagem. Mas é também aquele que sabe ver com um olhar mensurador, treinado segundo os conceitos das Ciências Naturais; [...] Mais do que tudo, é aquele que sabe ver melhor que seus predecessores. [...] Pautado pelo rigor, seu olhar de viajante, mas também de engenheiro, tenta não se deixar levar pelos engodos da paisagem sertaneja (NICOLAZZI, 2011, p. 192).⁵⁰

O sertão é denunciado por Euclides como um hiato no interior da Bahia, o qual assombra e afasta os viajantes que por aí tentam se aventurar. Assim, ele se investe da autoridade e da distinção demonstradas no excerto anterior.

⁴⁹ Para Nicolazzi (2011, p. 192), “[...] é por meio dessa figura eminente de observador-viajante, atravessando o relato do narrador, que a observação desvela o olhar que a sustenta e a narrativa evidencia os fundamentos que a tornam possível”. Já Cardoso, trata das noções de *autópsia* e *autópsia vicária*, elementos que constituiriam a escrita da história antiga, mas que estariam presentes também em autores da modernidade. A *autópsia* significaria “ver com seus próprios olhos” e o termo *autópsia vicária* seria a forma que propiciaria ao “[...] leitor vê metaforicamente e por isso *comprova* o relato historiográfico; e, por fim, o emprego do recurso permitiria ao historiador *presentificar* o espaço, através de descrições vívidas e emotivas da geografia e da natureza da nação”. CARDOSO, 2016, p. 46 e p.21, respectivamente.

⁵⁰ De acordo com o autor, quanto maior “A ênfase recorrente nos perigos do objeto e na dificuldade da observação é também uma estratégia discursiva para ressaltar a competência do observador e o valor do trabalho realizado”. Também a competência do viajante fica assinalada pela sua “capacidade de interpretar tais vestígios, no saber bem observar a paisagem que tende sempre a afastar o observador que pretende capturá-la. Quanto mais difícil o olhar, portanto, tanto maior é a qualidade daquele que vê, reconhecida dessa maneira pelos próprios pares” (NICOLAZZI, 2011, p. 197-198).

2.2.3 Travessia do sertão – a fabricação da distância temporal e espacial

Euclides conseguiu ‘superar’ as dificuldades inerentes à viagem empreendida para a região, mais do que isso, ele foi capaz de *classificar, analisar, atribuir significados*, em suma, *ordenar* o caos da natureza inóspita, selvagem.

Por meio de instrumentos conceituais e técnicos que a ciência lhe fornece, alguns sem boas condições de uso (como o aneroide mencionado) e outros cujo uso apresenta contradições (como a abordagem demasiado livre que faz de alguns autores), tal personagem se situa solitário diante de seu objeto, pairando por sobre ele a uma distância razoável que lhe permite uma visão de conjunto, a despeito da enorme dificuldade da tarefa (NICOLAZZI, 2011, p. 199).

Ao se imbuir de tal função, ele estabeleceu uma distância ‘apropriada’ entre o sertão e o litoral, realizando um exercício de domesticação do território e de sua gente através do olhar, mas sem os inserir no tempo linear e progressivo vigentes na sociedade ocidental. Desse modo, se não era possível domesticar completamente os jagunços e convertê-los a civilização, devido ao isolamento e atraso em que viviam, era, no entanto, possível estabelecer a hierarquização do objeto. Ao imputar aos jagunços as alcunhas de selvagem, primitivo e bárbaro, o autor já estaria operando a distinção que os ‘jogaria’ para fora do tempo. Apagava-se a coetaneidade temporal e espacial em relação ao sertão, ao mesmo tempo, sua missão exercia a nobre tarefa de o ‘intelectual engajado’ de conhecer o Brasil, pensar sua identidade e seu lugar na história.⁵¹

Na tentativa de dar inteligibilidade aos fenômenos que se passavam no interior da Bahia, Euclides buscou, na natureza, o mecanismo para elaborar a transposição temporal. Ao chegar ao sertão, o viajante é transportado para outra temporalidade. É desenhado um passado que se desmembra em diversas gradações, desde o surgimento da vida através do líquen, no processo primordial de formação terrestre, passando pelos movimentos internos e externos que deram origem ao relevo e à paisagem, flertando com o período colonial, de colonização do interior, estabelecendo correspondências com fatos da história de outros continentes como o sebastianismo português que teve influência no Brasil, o *kraal* africano usado na análise do arraial e, especialmente, as diversas analogias estabelecidas com a antiguidade.

⁵¹ Já a ideia de intelectual engajado é extraída da obra de Sevcencko, para quem os intelectuais do período buscavam atingir um padrão europeu de desenvolvimento. Conforme já citado: “O engajamento se torna a condição ética do homem de letras”. Eles também se auto intitularam os “mosqueteiros intelectuais” (SEVCENCKO, 2003, p. 96-97).

Não restava ao autor, por conseguinte, muitos recursos a não ser desacelerar o tempo e, por intermédio destes jogos, colocar Canudos fora do tempo ou, pelo menos, afastá-lo três séculos da civilização litorânea. Não por acaso, o viajante que por ali se arriscasse, sentia a imobilidade do tempo não importando os instrumentos de aceleração que possuísse.

Mas transposto estes pontos – *imperfeita cópia* das *barragens romanas* remanescentes na Tunísia, – entra-se outra vez nos areais exsicados. E *avançando célere*, sobretudo nos trechos em que se sucedem pequenas ondulações todas da mesma forma e do mesmo modo dispostas, o *viajante mais rápido tem a sensação de imobilidade*. Patenteiam-se-lhe, *uniformes*, os *mesmos quadros*, *num horizonte invariável* que se afasta à medida que ele avança (CUNHA, 2016, p. 26).⁵²

A natureza, ao reproduzir os mesmos quadros, reforça a ideia de um espaço e de uma população fora do tempo. As metáforas geológicas descrevem as diversas camadas de tempo que, em seus entrecruzamentos, permitem a coexistência, mesmo que por pouco tempo, de diversas temporalidades. A sensação de estranheza misturada ao deslumbre que a paisagem dos sertões causou em Euclides reforça a ideia sugerida por Nicolazzi quando lança a pergunta:

Em outras palavras, entre o olhar (o seu) e as palavras (alheias), abria-se um incontornável hiato que acabou por se transformar num dos principais enigmas que, mais tarde, quando escrevia as páginas memoráveis de *Os sertões*, procurou solucionar: *como representar aquele lugar e aquela gente que pareciam escapar a todo esforço de representação possível?* (NICOLAZZI, 2017, p. 02).

A representação não poderia ser atingida com as teorias e instrumentos com os quais os escritores estavam acostumados na passagem do final do século XIX para o início do XX. A obsessão com a ciência, que marcou a vida de Euclides, não facilitava a compreensão daquele espaço e daquela gente. Talvez seja essa uma das razões pelas quais ele é acusado de não ter aplicado corretamente as teorias que inseriu em seu texto. No entanto, dentro das concepções evolucionista e cientificista, o autor precisava engendrar uma explicação para uma situação com a qual os autores que lhe serviam de guia jamais teriam se deparado. Por essa razão, Bernucci pode ressaltar o ‘descaso’ com que Euclides trata das teorias em seu texto, o que lhe daria liberdade e autonomia para manipulá-las. Como exemplo, o mesmo autor cita a ‘desleitura’ de Gumpłowicz.⁵³

⁵² Grifos meus.

⁵³ Como também já foi apontado por: BERNUCCI, 2008, p.26. A ideia de manipulação também foi empregada por Walnice Galvão (2016, p. 624-625).

Luiz Costa Lima menciona o fato, bastante aludido por autores que estudam *Os Sertões*, da incompreensão de Euclides da Cunha da teoria de Gumplowicz e de outros autores adotados em seu trabalho. Para Costa Lima, essa má leitura teria um efeito diverso sobre a obra, pois ela o libertaria de um impasse, “tudo seria mais nítido e claro, exceto o próprio *Os Sertões*, que, resumindo-se a documento da indignação moral do autor, não justificaria a amplitude de suas duas primeiras partes”.

Caso seu interesse inicial de escrever um livro sobre a guerra de Canudos tivesse sido realizado, muito provavelmente teria sido apenas mais um trabalho sobre o tema. Araripe Junior, um dos críticos de Euclides, externou a má vontade que o abateu para realizar a leitura da obra, uma vez que “[...] Estava saturado das narrações publicadas nas folhas diárias e em livros [...]”. Após o término da primeira parte, era evidente que o livro de Euclides não era mais um. O autor conclui sua análise da obra afirmando que “Criticar esse trabalho, dizia comigo mesmo, não é mais possível. A emoção por ele produzida neutralizou a função crítica” (CUNHA, 2016, p. 636-637).

Outra consequência, referida por Costa Lima, é que se Euclides tivesse escrito apenas *A Luta*, “[...] não caberia n’*Os Sertões* a preocupação quanto ao país, em seu momento presente ou no futuro. Pois essa preocupação não é uma mera decorrência de sua indignação moral” (LIMA, 1997, p. 32). Ela faz parte do projeto nacional por ele defendido, de um desenvolvimento original sem a *cultura de empréstimo*, a qual não teria sido bem assimilada, pois os povos daqui não se encontravam preparados para recebê-la (CUNHA, 2016, p. 113).

Ao chegar ao interior da Bahia e se deparar com uma população que escapava aos traços mais comuns da miscigenação, tal como ele conhecia no litoral, Euclides sentiu-se instado a compreender a gênese daquele tipo antropológico. Para desenvolver seu trabalho, aplicou os diversos conhecimentos que possuía, o que resultou nas duas primeiras partes de seu livro. Ambas se complementam, cada uma contribuindo para a explicação por ele elaborada para o aparecimento deste tipo étnico, o jagunço.

A interpretação peculiar de Euclides, especialmente ao utilizar a expressão “força motriz da história”, de autoria de Gumplowicz, traria como consequência o desaparecimento daquela população. Na análise desta frase, Costa Lima aponta para uma contradição em Euclides, ou pelo menos algo que poderia ser minimizado na escrita, mas que não foi feito.

Para o teórico polonês, “[...] Cada comunidade humana fora constituída por fusões semelhantes de raças diferentes, tendo como único denominador comum a “organização

do poder” e a articulação de interesses e conquistas” (LIMA, 1997, p. 28).⁵⁴ Não eram os laços sanguíneos que constituíam a etnia, mas os interesses em comum, a forma de organização do poder e, conseqüentemente, o fato de ocuparem o lugar de dominantes ou de dominados. A miscigenação não acarretava, portanto, um problema para Gumpłowicz, mas para Euclides ela constituía um dos eixos centrais de seu livro” (LIMA, 1997)⁵⁵

O que impulsionaria a mudança seria o conflito, “[...] A história é impulsionada pelo conflito e o conflito se nutre da heterogeneidade étnica dos grupos. Por isso a guerra é “*natural e inevitável*”” (LIMA, 1997, p. 29). A *luta das raças*, expressão tomada do autor polonês e central em ambas as teses, referia-se à guerra e não à dominação das raças fortes sobre as fracas, pois outros elementos, que não o desenvolvimento biológico, impulsionariam a dominação. Na análise de Costa Lima,

O desentendimento de Euclides parece então bastante estranho. É a ainda mais intrigante porque se baseia exatamente na passagem que condensa toda a tese de Gumpłowicz: “*A luta das raças pela dominação*, pelo poder, a luta sob todas as suas formas, sob uma forma confessada e violenta ou latente e pacífica, é portanto o *princípio propulsor* propriamente dito, a *força motriz da história*; mas a própria dominação é o pivô em torno do qual giram todas as fases do processo histórico, o eixo em torno do qual elas se movem pois os amálgamas sociais, a civilização, a nacionalidade e todos os fenômenos mais elevados da história só se revelam em decorrência de organizações de poder e por meio dessas organizações (LIMA, 1997, p. 30-31).

O conceito de evolucionismo carregava certos problemas para sua aplicação nos trópicos. A explicação evolucionista enfraquecia o argumento euclidiano, restando nele apenas o um caráter humanitário.

Para Euclides, ao invés, o embaraço torna a contradição motivada: a denúncia que acompanha seu grande livro é provocada por um movimento de revolta que não encontra apoio e, na verdade, se manifesta em independência da explicação “científica” que adota – o que ali se massacrara se extinguiria pelo mero curso do tempo (LIMA, 1997, p. 27)

Como os teóricos familiares a Euclides, não podiam ajudá-lo na resolução do *enigma* que tinha diante dos olhos, o qual não oferecia fácil solução, não restava outra medida a não ser mobilizar todo o seu conhecimento para tentar deslindar o episódio de Canudos, o qual mostrava-se muito mais complexo do que Euclides poderia ter suspeitado

⁵⁴O autor realiza a citação e tradução do exemplar francês: GUMPLÓWICZ, L. *La Lutte des races*. Tradução de Charles Baye. Paris : Librairie Guillaumin, 1893.

⁵⁵ “[...] Biologicamente, pois, as raças são sempre mestiças, porque, na terminologia do autor [Gumpłowicz], constituídas por raças heterogêneas” (LIMA, 1997, p. 30).

ao aceitar o trabalho como correspondente. Uma de suas estratégias foi a constante fabricação de imagens empregando figuras de linguagem, como antíteses, analogias e oxímoros.

Tal recurso colabora, por um lado, para a dificuldade de estabelecer o pensamento do escritor nessa obra, por outro, foi justamente o uso desses recursos que lhe permitiu contornar a situação excepcional na qual se encontrava. Para Murari (2007, p. 50), essa forma de representação do espaço remete à utilização por Euclides da Cunha de “categorias temporais para conotar desníveis sociais e culturais, o que está relacionado a uma percepção evolucionista na qual as diferenças entre variados espaços e sociedades são remetidas a descompassos temporais”.

Subjacente a essa metodologia, pode-se aludir a diversas outras questões, entre elas a forma de pensar a história naquele período. Sua visão certamente priorizava o progresso e a civilização, pares opostos ao atraso e à barbárie em que vivia a população sertaneja. Murari explana que “O sertão é, assim, na definição de Euclides da Cunha, um espaço alheio à história, ou pelo menos a uma concepção de história centrada no fluxo das rápidas transformações tecnológicas e sociais engendradas pela modernidade” (MURARI, 2007, p. 50).

Amplia-se, desse modo, a distância para que aquele espaço possa ser compreendido como um hiato no tempo, ainda longínquo da temporalidade experimentada pelo litoral. Demonstraram-se, portanto, alguns dos mecanismos utilizados pelo autor para apreender o que pode ser colocado como ruptura temporal entre litoral e sertão. A ideia de ruptura está associada aqui ao tempo do progresso e da modernidade. De acordo com Assmann, em seu texto sobre as transformações no conceito moderno de história, rupturas são passíveis de produzir *hiatos de experiência* característicos da “estrutura temporal do progresso [que], em outras palavras, depende da constante repetição de rupturas”, pois elas indicam a constante mudança (ASSMANN, 2013, p. 43).⁵⁶

Notam-se, por conseguinte, indícios do que se poderia chamar de conceito euclidiano de história. Os elementos que ocupam boa parte da narrativa de Euclides

⁵⁶ No original: « The temporal structure of progress, in other words, depends on the constant repetition of ruptures. The term *hiatus* emphasises the activity of breaking, focussing on a constant injunction to discontinue present trends. This emphasis on rupture enforces a dynamic of constant change. On this conceptual basis Koselleck created the canonical formula defining the basic structure underlying the modern time regime. In his terminology, modern time proceeds by continually producing a radical rift (or hiatus) between ‘the space of experience’ (or the past) and ‘the horizon of expectation’ (or the future). »

podem ser ligados a premissas que surgiram com o moderno conceito de história, por exemplo, a noção de progresso. Ao aceitar o progresso como condição para o desenvolvimento da nação, o autor insere-se nas mudanças que vinham atingindo o conceito desde o século XVIII. As operações, que ele empreendeu para tornar inteligível o cenário para o qual foi remetido, demonstram a dificuldade em conciliar suas experiências prévias com as expectativas sobre qual o caminho a ser percorrido para atingir o estágio civilizacional máximo.

Segundo a teoria koselleckiana, a tensão entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa estabelece as condições para o denominado tempo histórico (KOSELLECK, 2006). As distâncias que se constituem entre eles, na chamada era moderna, permitem o surgimento de um novo tempo. As mudanças antes aconteciam mais lentamente, quase todas as pessoas passavam juntas pelo mesmo processo ou em curtos períodos de diferença. Na modernidade, advém o processo de aceleração das vivências e os acontecimentos tornam-se mais difíceis de serem absorvidos e explicados, inclusive se experienciados quase simultaneamente. Nem todos os grupos sociais compartilham as mesmas experiências, mesmo estando, espacialmente, próximos.

Para Euclides, na tentativa de compreender o que se passava naquela região e buscando se apoiar nas teorias científicas por ele conhecidas, restou como recurso criar uma explicação na qual o elemento temporal predominasse. Nicolazzi explica

Mas a particularidade mencionada é ainda mais complexa, uma vez que as distâncias que vão se estabelecendo entre o sujeito da observação (Euclides) e o objeto observado (o arraial) e entre o olhar do observador e as palavras contidas nas obras lidas – distância espacial, em um caso, e, no outro, intelectual – passam a assumir uma feição propriamente temporalizada. A analogia possível para descrever Canudos é de ordem temporal [...] (NICOLAZZI, 2017, p. 03).

O espaço torna-se, portanto, temporalizado. Tudo no sertão remete ao passado ou a um tempo que parece não existir na cronologia vigente. Ao projetar, na natureza, o estatuto de *hiato* no tempo e no espaço e sua formação de *quadros uniformes*, Euclides rompeu com a temporalidade vigente. Como homem de ciência, através de seus conhecimentos e de sua postura como observador-viajante, ele pôde transpor o espaço e, com isso, atingir uma temporalidade diversa da que ele experimentara até então no litoral. Transformavam-se suas experiências e sua relação com o passado.⁵⁷

⁵⁷Segundo Koselleck (2006, p. 317), “[...] O conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam”.

A explicação sobre Canudos remetia a tempos longínquos. Por conseguinte, as dificuldades de definição encontradas pelo autor vinculavam-se à multiplicidade de transformações que vinham ocorrendo em seu entorno, mas também estavam ligadas as suas crenças.

Nesse contexto, a experiência adquiriu significância, pois à medida que o autor verificava que os sertanejos não compartilhavam da mesma experiência nem possuíam as mesmas características do povo do litoral, ele os colocava em uma dimensão fora da temporalidade vigente ou muito afastados dela, sendo preciso retornar ao tempo geológico para reconstituir a explicação desse fenômeno. A história, como um processo contínuo e de crescente aperfeiçoamento, não chegava até ali.

Surgiam exemplos cuja interpretação dependia da superação desse lapso temporal, da distância criada de diversas formas pelo autor, como quando ele se refere à região do sertão e sua natureza como algo que apresenta “novos regimes, novas exigências biológicas”, que não se resolvem através da “feição periódica imanente às leis invioláveis”. Ou seja, naquele lugar a variação constituía uma de suas principais marcas, sinalizando “todas as idiosincrasias de uma fisiologia excepcional”. Dessa maneira,

[...] A *seleção natural*, em tal meio, opera-se à custa de compromissos graves com as funções centrais, do cérebro, numa *progressão inversa* prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o físico, firmando inexoravelmente a vitória das expansões instintivas e visando o ideal de uma adaptação que tem como consequências únicas, a máxima energia orgânica, a mínima fortaleza moral. A aclimação traduz uma *evolução regressiva* (CUNHA, 2016, p. 86).⁵⁸

A ideia de evolução regressiva é importante, pois se refere às premissas da teoria evolucionista, ao mesmo tempo que elabora as especificidades do local. Essa expressão demonstra a maneira como Euclides lidava com as variações temporais, uma vez que através dos preceitos da teoria da história de Koselleck pode-se considerar que para ele apresentava-se uma cena onde o passado não havia sido superado. Aquelas paisagens, aquelas gentes estavam fora do curso da história e, com isso, o único movimento possível era o reconhecimento desse descompasso e a busca de seu entendimento.

A evolução regressiva tornava-se uma forma de dar sentido àqueles quadros. O constante retroceder temporal imposto por Euclides em sua interpretação daquela população, a afastava física e temporalmente do presente hegemônico. Ao mesmo tempo, a distância criada e a evolução ao contrário que a caracterizavam não permitiam a

⁵⁸ Grifos meus.

superação do atraso em que se encontrava em relação ao litoral.⁵⁹ O tempo no sertão remete à sensação de imobilidade e de lentidão, que dificultava as transformações necessárias para a aproximação temporal do litoral.

Embora houvesse o reconhecimento do valor, para a nação brasileira, do jagunço, tipo étnico característico daquela região e da importância de incorporar aquele espaço e sua população ao tempo presente (tempo da nação), o coeficiente de mudança, constantemente alterado, afetava as expectativas e as experiências, dificultando aproximações e a superação do lapso temporal. Entre os resultados desse processo, surge a percepção de descompasso, de simultaneidade do não simultâneo, ou seja, da concomitância de estratos de tempo diversos que, como camadas geológicas, vão se interpenetrando. Outra consequência que aparece junto à noção de progresso são as alterações nas categorias espaço e experiência, as quais são afetadas por “um coeficiente de variação temporal”. Como resultante,

Um grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros e ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos (KOSELLECK, 2006, p. 317).

Recorre-se, pois, a uma das justificativas que foram largamente utilizadas em diferentes partes do mundo. Alimentava-se a ilusão, advinda do progresso, do desenvolvimento contínuo, linear e ascendente de todas as sociedades, que deveriam estar inseridas em um tempo naturalizado e homogêneo, capaz de garantir o sucesso do processo civilizacional. Esse mecanismo de hierarquização aumentava a distância entre os diferentes grupos sociais.

[...] as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. E as experiências novas, acrescentadas desde a colonização ultramarina e o desenvolvimento da ciência e da técnica, já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro. A partir de então o espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa. Os limites de um e de outro se separaram (KOSELLECK, 2006, p. 318).

⁵⁹ A noção de evolução regressiva apresentada por Euclides não era sinônimo de atraso. Ela se assemelhava a um retorno aos estágios que já haviam sido cumpridos pela população litorânea, por exemplo. No entanto, o fato de terem sido cumpridos não garantia o aperfeiçoamento e nem levava ao progresso. Por outro lado, o *topos* do atraso nacional desempenhará um papel importante em uma série de interpretações e teorias que buscavam explicar a nação, a escrita da história e, igualmente, da literatura brasileiras.

Originou-se dessa cisão o progressivo distanciamento entre essas categorias. “O decurso único do tempo transformou-se em um dinamismo de estratos múltiplos vividos simultaneamente” (KOSELLECK, 2006, p. 320). A pluralidade trouxe consigo a percepção do tempo como transição, em que o progresso foi se impondo como “[...] sendo a diferença temporal progressiva entre experiência e a expectativa”, e com isso, impondo uma ordem (KOSELLECK, 2006, p. 320).

O progresso como meio para alcançar o objetivo de estar entre as nações consideradas civilizadas não poderia atingir a população canudense, isolada natural e historicamente da população litorânea. Suas experiências e expectativas diferiam completamente daquelas experimentadas pelo restante do país. Para Euclides, parecia impossível os sertanejos alcançarem o desenvolvimento necessário para se inserirem no tempo do litoral, que simbolizava o progresso e a civilização, um tempo que ele considerava adequado.

A estagnação e o movimento retrógrado que caracterizavam aquela região promoviam quadros uniformes “num horizonte invariável que se afasta à medida que ele avança”. O futuro e igualmente o presente vivido por Euclides aparecem como algo inatingível desde aquele espaço, cujo movimento realizava-se na direção contrária, reforçando a permanência de experiências que remetiam a estágios inferiores de civilização, ampliando constantemente a distância entre o sertão e o litoral.

3 O JAGUNÇO E A LUTA: MISCIGENAÇÃO E ACELERAÇÃO DO TEMPO

3.1 O tipo social brasileiro e tempo em *Os Sertões*

[...] porque todo o homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança, - como compreender-se a normalidade do tipo antropológico que aparece, de improviso, enfeixando tendências tão opostas? (CUNHA, 2016, p. 112).

Euclides da Cunha, assim como outros intelectuais da época, procurava compreender a configuração da nação, suas peculiaridades e o que poderia ser feito para que as ideias defendidas pelo novo regime político, o qual teve seu apoio, potencializassem a noção de um Brasil moderno, alinhado ao progresso e a seus modelos europeus. Para muitos, a ciência era a resposta para o projeto de nação desejado por eles ainda durante os movimentos abolicionistas e republicanos do final do século XIX.

No entanto, em que pese o trecho citado ser indício de sua adesão ao cientificismo da época, a pergunta acima também sugere o questionamento da eficácia de teorias que lhe eram familiares. Nesse sentido, é importante salientar que o evolucionismo ocupou um lugar central para as explicações engendradas naquele momento. A crença em seus preceitos estabelecia não apenas a hierarquização das sociedades e sua população, mas também apontava para a preponderância e o papel central que o meio exercia na conformação dessas sociedades. Por essa razão, para compreender os rumos que o Brasil tomava naquele momento, e mesmo para corrigir os desvios de seu curso, era necessário conhecer o país de ponta a ponta, no entanto o que ficou evidente na campanha de Canudos foi o quão desconhecido ainda era o interior do Brasil.⁶⁰

Nas palavras de Regina Abreu, é preciso ter claro que no contexto da época as elites acreditavam que,

a natureza devia ser transformada pelas forças do progresso e da civilização. Os engenheiros, como Euclides da Cunha, eram agentes

⁶⁰ “É preciso ter em mente que no final do século passado, “sertões” significava um imenso território pouco explorado situado costa adentro. A melhor definição era *interior* por oposição a *litoral*. Os relatos da época são unânimes em apontar o total desconhecimento em que vivia a população do *litoral* com relação ao *interior* do Brasil que continuava pouco habitado, com comunicações precárias e ainda sem mapas de boa qualidade que descrevessem o curso dos rios, a geologia, o relevo, a flora, a botânica da região e muito menos as características dos agrupamentos populacionais” (ABREU, 1998, p. 08).

particularmente importantes neste processo. Munidos de instrumental técnico e científico atribuíam a si mesmos a tarefa de transformar as paisagens selvagens em templos de civilização, construindo pontes, estradas, vias férreas e instalando estações telegráficas para unir os diversos pontos do país. Para grande parte das elites intelectuais e políticas, a imagem que se queria ver identificada com a nação era a da prosperidade e da aquisição do padrão europeu de civilização (ABREU, 1998, p. 14).

Desta maneira, a obra que seria um relato sobre a Guerra de Canudos se transformou em uma análise da constituição física e antropológica, com vistas a melhorar o conhecimento daquele lugar e daquela gente, estabelecendo seu lugar na nação. Os resultados alcançados por Euclides da Cunha colocavam aquela região e sua população fora do tempo ou pelo menos muito distante do seu presente.

Para realizar tal ação, era necessário demonstrar os elementos que os diferenciavam do restante do país, criar uma distância que fosse intransponível e, ao mesmo tempo, que não seria facilmente questionada. Luiz Costa Lima chama a atenção para a questão da leitura do trabalho de Euclides da Cunha que, desde o seu lançamento, originou uma homogeneidade na forma como foi recebido e interpretado.

Uma característica dessa uniformidade interpretativa é o fato de a base de seus argumentos – antropologia biológica e evolucionismo – ser, de certa maneira, deixada de lado pelos euclidianos, que acabam por desculpar o uso feito pelo autor desses conceitos. Contudo, na visão de Costa Lima, tais conceitos poderiam ter sido matizados se Euclides tivesse lido corretamente a obra de Gumpłowicz, uma vez que o autor polonês não condena a miscigenação como mencionado anteriormente (LIMA, 2008). Para Costa Lima, a “maneira pois como Euclides encaminha a questão étnica o deixa em uma margem estreita, em uma posição quase insustentável” (LIMA, 1997, p. 44). E, para compreendermos melhor essas nuances, é necessário pensar como Euclides faz uso da teoria.

[...] não é cômodo o perfil de brasilidade – tomar a “rocha viva” como base, fonte ou origem, equivaleria a ressaltar uma sociedade de entes biologicamente retrógrados. Isso talvez explique a tendência dos comentadores de Euclides, que, quanto mais simpáticos às teses do autor, mais descartam suas considerações étnicas, considerando-as decorrência de uma ciência ultrapassada, e preferem realçar o que lhes parece decisivo: a afirmação de uma essência que orientaria o projeto de nacionalidade e a denúncia da “civilização de empréstimo” (LIMA, 1997, p. 44-45).

Esta questão perpassa sua obra e ratifica a ideia já mencionada sobre o quão difícil é estabelecer uma síntese de suas concepções e de seu pensamento, uma vez que o autor parece operar a partir da criação de imagens opostas. Diversos são os momentos em que podemos perceber esta perturbação do autor transfigurada na dificuldade de estabelecer uma conciliação entre a teoria e a observação que realizava.⁶¹

Um dos impasses com os quais Euclides se defrontava era o fato de que, de acordo com os preceitos propagados pelo evolucionismo, a mistura de raças seria um elemento prejudicial para o desenvolvimento da civilização. No entanto, o caso brasileiro não parecia se enquadrar nos determinismos dessa teoria, uma vez que, a partir das diversas combinações étnicas, teria se originado uma subcategoria que apresentava a gênese dos fatores desejados para o ancestral brasileiro, um elemento forte, ao qual foi atribuído o epíteto de “rocha viva” da nossa nacionalidade (CUNHA, 2016, p. 110).

O autor destaca que, diante da miscigenação que se apresentava para o caso brasileiro, representada pelas figuras do negro banto, do indo-guarani e do branco, que habitaram o Brasil, seria aplicada a lei antropológica criada por Pierre Paul Broca⁶². No entanto, para este caso específico, ela se mostraria ainda mais “abstrata e irredutível”, uma vez que não diria

[...] quais reagentes que podem atenuar o influxo da raça mais numerosa ou mais forte, e causas que o extingam ou atenuem quando ao contrário da combinação binária, que pressupõem, despontam três fatores diversos, adstritos às vicissitudes da História e dos climas. (CUNHA, 2016, p. 110).

Desse modo, a lei de Broca acabaria se modificando quando aplicada ao caso brasileiro. Para Euclides, aqui se apresentaria uma “mestiçagem embaralhada” onde se desdobram inúmeros tipos. Assim, “o brasileiro, tipo abstrato que se procura, [...] só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo”. Na visão do autor, “Teoricamente ele seria o pardo, para que convergem os cruzamentos sucessivos do mulato, do cariboca e do cafuz” (CUNHA, 2016, p. 77).

⁶¹ No que diz respeito as definições de ciência e arte utilizadas pelo autor ao longo de seu trabalho, tanto Bernucci como Costa Lima, em suas interpretações acerca desta obra, apontam para o “descaso” com que Euclides trata das teorias em seu texto, o que por sua vez, lhe dá liberdade e autonomia para manipulá-las. (BERNUCCI, 2008, p. 25; LIMA, 1997, p. 120-124).

⁶² Médico, anatomista e antropólogo francês, fundador da *Sociedade Antropológica de Paris* (1859), a *Revue d'Anthropologie* (1872) e a *Escola Antropológica de Paris* (1876). Broca se interessava pelo conceito de seleção natural de Darwin, realizando estudos de anatomia comparativos e sua relação com as competências mentais, foi ainda o responsável pela descoberta do centro de fala no cérebro, que ficou conhecido como área de Broca. *Paul Broca* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$paul-broca](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$paul-broca). Acesso em: 06 mar. 2019.

Como explicar, então, o caso brasileiro? Seria uma sociedade já condenada de antemão, devido à sua miscigenação? E, no caso dos sertanejos, dizimados pelas tropas republicanas, estariam eles fadados a figurarem apenas na história, como personagens de um projeto de Brasil que não deu certo? Como explicar a resistência de uma categoria considerada retrógrada e de uma região que padecia de uma evolução regressiva?

A descrição da formação desta sub-raça no interior da Bahia auxiliaria na compreensão do pensamento euclidiano em relação a um projeto de Brasil. O autor procura inserir o aparecimento deste tipo antropológico nas concepções vigentes de progresso, civilização e tempo, ou mesmo enquadrá-lo nas teorias de letrados europeus acerca do desenvolvimento geral dos povos e nações.

A partir dessa experiência, é possível perceber a formação de estratos temporais, que podem ser pensados como uma maneira de dar conta da multiplicidade de fenômenos distintos que surgiam dentro daquele contexto da guerra de Canudos e de seus antecedentes, que se mostravam tão contrários ao desenvolvimento de um projeto de sociedade civilizada e em sintonia com o progresso. Tal abordagem também seria uma forma de conciliar as disparidades entre sertão e litoral, sem buscar ou criar uma harmonia entre eles ou pontos em comum, mas justamente, ao ressaltar as suas antinomias, poder-se-iam reforçar as concepções desejadas para a nação.

Levando mais adiante as questões já discutidas pela bibliografia, é possível afirmar que a simultaneidade do não-simultâneo é uma noção fundamental para avançar na compreensão dessas elaborações contrárias, de camadas temporais superpostas, a fim de compreendê-las em sua manifestação, indo além de uma simples ênfase na oposição dos termos. Por outro lado, a oposição é importante na medida em que ela auxilia na compreensão dessa discrepância temporal e do quanto ela poderia influenciar formas de se escrever a história daquele período.

Por isso, precisamos dessas determinações antitéticas que evidenciam aquela finitude temporal em cujo horizonte surgem tensões, conflitos, rupturas e inconsistências que, quando colocados, permanecem insolúveis, mas forçam as entidades políticas a trabalhar para uma solução diacrônica, seja para que possam sobreviver ou, nisso, perecer” (KOSELLECK, 2014, p. 102).

Entre os termos que sustentam esse discurso, encontra-se a noção de “primitivo”, que se torna um elemento importante para o estabelecimento de estratos temporais. Esta noção sofreu transformações ao longo do tempo, adquirindo sentidos e relações diversas, passando da associação à selvageria - ora como bom selvagem, ora como canibal - ao

reconhecimento de que este poderia ser um representante do homem original; e, por fim, no século XIX, ele surge como objeto da antropologia comparativa. O “primitivo” seria uma espécie de testemunha das nossas origens e confirmaria as teorias evolucionistas, “no tempo, certamente, mas num tempo que não seria mais o nosso há muito tempo” (HARTOG, 2005, p. 21)⁶³

Este é um ponto importante para Euclides da Cunha, pois desde a abertura de seu livro, ele coloca os sertanejos em outro espaço e outro tempo. Na sua visão, a questão da mestiçagem, no Brasil, está apenas esboçada, precisando ser mais bem explorada e definitivamente seguirá sendo um desafio para “os melhores espíritos” (CUNHA, 2016, p. 75).

“Não há um tipo antropológico brasileiro” (CUNHA, 2016, p. 93), afirma o autor. Mesmo que o meio não forme as raças, as características peculiares do Brasil, na sua visão, não permitem a libertação da influência que a natureza e a geografia representam na formação dos grupos étnicos.⁶⁴ Assim, as diferenças que se estabeleceram constantemente entre norte e sul, sertão e litoral, acabaram por contribuir com o que o autor chamou de “miragem fugitiva de uma sub-raça, efêmera talvez”, transformando os interessados no assunto em “inaptos para discriminar as nossas raças nascentes” (CUNHA, 2016, p. 93).

3.2 Miscigenação e formação do jagunço

Logo após delinear alguns dos aspectos físicos e naturais que contribuíram para o surgimento de grupos raciais específicos no Brasil, o autor informa ao leitor que, de forma rápida, vai estabelecer os “antecedentes históricos do jagunço.”, uma vez que, “[...] As circunstâncias históricas, em grande parte oriundas das circunstâncias físicas, originaram diferenças iniciais no enlace das raças, prolongando-as até nosso tempo” (CUNHA, 2016, p. 93).

Essas diferenças que perduraram são outro elemento que pode ser apontado como responsável pela noção de distanciamento que surge a todo momento em *Os Sertões*. A

⁶³ No original : « [...] dans le temps, certes, mais dans un temps qui n'était plus le nôtre depuis longtemps”.

⁶⁴ Euclides afirma que: “[...] Se isto se verifica nas raças de todo definidas abordando outros climas, protegidas pelo ambiente de uma civilização, que é como o plasma sanguíneo desses grandes organismos coletivos, que não diremos da nossa situação muito diversa? Neste caso – é evidente – a justaposição dos caracteres coincide com íntima transfusão de tendências e a longa fase de transformação correspondente erige-se como período de fraqueza, na capacidade das raças que se cruzam, alteando o valor relativo da influência do meio” (CUNHA, 2016, p. 92).

separação é enunciada, diversas vezes, na primeira parte do livro – *A terra* – quando se trata do papel da natureza e da sua influência para o desenvolvimento da população sertaneja. Nesse contexto, o sertão como um isolador étnico e histórico cumpre, uma vez mais, seu papel de afastador temporal.

Porque ali ficaram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins.

O meio atraí-os e guardava-os. (CUNHA, 2016, p. 103).

O afastamento e o isolamento a que foram submetidos proporcionaram a manutenção de características físicas e sociais, após o cruzamento de raças singulares, que deram origem a uma “raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano, facilmente denunciada, hoje, pelo tipo normal daqueles sertanejos” (CUNHA, 2016, p. 103). As características atribuídas à população daquela região, por Euclides, visavam a demonstrar as relações entre o meio e o desenvolvimento da civilização, mas também acentuavam contrastes, que foram mantidos pelo autor no texto. Desta forma, a constituição do jagunço passava por antíteses e, também, pela permanência de marcas que contribuíam para reforçar o jogo temporal criado por ele para estabelecer uma distância entre litoral e sertão.

Euclides se depara com um embate, já mencionado anteriormente: de um lado, autores e teorias estrangeiros consideradas autoridades; de outro, a realidade brasileira que escapava aos cânones teóricos, especialmente os europeus. Assim, como explicar a existência dessa subcategoria étnica formada através da mestiçagem e que era descrita pelo autor como uma raça forte, ou como já dito, como a rocha viva da nacionalidade brasileira e, ao mesmo tempo, fadada ao desaparecimento?

Luiz Costa Lima, em seu livro *Terra Ignota*, apresenta um importante estudo, do qual tenho me servido inúmeras vezes nesta tese, em que aborda a forma como se deu a construção de *Os Sertões*, assim como a sua relação com a literatura e desta com preceitos científicos da época. Tal análise consiste em uma tentativa de compreender como foi se delineando o texto euclidiano e de qual é o lugar, na sua escrita, do aparato da linguagem literária. O autor afirma que

[...] há um lugar para a expansão literária n’ *Os Sertões*. O literário não se chocará com a evidente intenção científica da obra se ele se mantiver no posto que se lhe assinala. Ao invés, parecerão se fundir. Seria esse lugar intencionalmente traçado? Euclides o reconhece e o manipula? Nada parece indicar a intencionalidade (LIMA, 1997, p. 137).

Mesmo sem poder discutir a existência ou não da intencionalidade por parte do autor, os traços de sua escrita que remetem ao quadro literário são instrumentos importantes para tentarmos compreender o seu pensamento. Dessa maneira, na segunda parte de sua obra, desenvolve-se a construção da explicação sobre o que seriam as origens do jagunço e as suas ligações com o determinismo que marcam sua escrita. Costa Lima chama à atenção para a parte em que ocorre uma espécie de exaltação do sertanejo, especificamente, quando o autor começa a tratar de sua formação.

Assim, se a influência do negro africano, “estacou nos vastos canaviais da costa”, acabando por delimitar “distinção perfeita entre os cruzamentos realizados no sertão e no litoral” (CUNHA, 2016, p. 97). O que se observa, portanto, é que “Há um notável traço de originalidade na gênese da população sertaneja, não diremos do Norte, mas do Brasil subtropical”. (CUNHA, 2016, p. 98). Euclides tratará, então, dos aspectos da colonização do vale do rio São Francisco e do papel dos bandeirantes paulistas no desbravamento daquele território. Para isso, são mencionados alguns historiadores, como João Ribeiro e Pedro Taques, que já teriam esboçado a história das constantes migrações e até mesmo determinado que o curso daquele rio revelaria o “grande caminho da civilização brasileira” (CUNHA, 2016, p. 98)⁶⁵

As entradas teriam favorecido o “entrecruzamento dos extremos do país”, chegando, em suas palavras, a aproximá-los no espaço e no tempo, através do comércio de animais. Neste entrecruzamento, os nortistas “lutavam pela autonomia da pátria nascente”, fazendo surgir dessas confluências, “aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (CUNHA, 2016, p. 103).

No que diz respeito especificamente à população canudense, o amálgama entre esses habitantes e as suas misturas teria propiciado (ou teria o potencial para propiciar) o surgimento de uma subcategoria étnica, precursora de uma nova raça, autêntica (ZILLY, 2005, p. 41). Assim, através das observações e dos estudos realizados, Euclides da Cunha delinea os antecedentes que deram origem a este agrupamento humano, tão peculiar e surpreendente, de acordo com o seu ponto de vista.

Ora toda essa população perdida num recanto dos sertões, lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo (CUNHA, 2016, p. 107).

⁶⁵ Essa afirmação, segundo Euclides da Cunha, seria do historiador João Ribeiro.

Na tentativa de compreensão da miscigenação no Brasil, Euclides, ao mesmo tempo em que dedica uma seção ao que poderia ser entendido como efeitos positivos desse processo, que acabaria por gerar o “mestiço bem definido, completo”, na parte seguinte, aponta elementos que vão caracterizando o jagunço negativamente, confundindo o leitor que, desta maneira, não consegue elaborar uma síntese sobre o tema.

Ao tratar do surgimento desta sub-raça, o autor se refere ao passado distante quando se delinearam as características que marcaram esse grupo,

Raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises – quando a roupa de couro do vaqueiro se faz a armadura flexível do jagunço – oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, porém diversa das demais deste país, ela é inegavelmente um expressivo exemplo do quanto importam as reações do meio (CUNHA, 2016, p. 104).

A forma de interação do homem com o meio teria propiciado aos sertanistas, que chegaram à região do vale do rio São Francisco, a manutenção de suas melhores características. Além disso, teriam vencido “[...] em toda a linha o selvagem, depois de o dominarem escravizaram-no e captaram-no, aproveitando-lhe a índole na nova indústria que abraçavam” (CUNHA, 2016, p.103). Surgia, assim, “[...] de um amplexo feroz de vitoriosos e vencidos”, a raça forte.

“Abramos um parêntese...”, escreve, logo depois, Euclides ao iniciar nova seção que será marcada pela contradição de algumas descrições que havia realizado anteriormente sobre a gênese do sertanejo, o cruzamento das raças e a formação do mestiço como um tipo “bem definido e completo”. Nesse trecho, são retomados o que seriam os efeitos negativos da miscigenação, sendo apresentados alguns exemplos da forma como esse processo ocorreu no litoral, reforçando os contrastes entre este e o sertão.

Desta maneira, situação diversa foi encontrada no litoral, onde imigrações e guerras determinaram outro caráter para aquela população. Da mistura de onde surge o mestiço, “mulato, mamaluco ou cafuz”, desponta um tipo que será caracterizado pelo autor como sendo “menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores” (CUNHA, 2016, p. 111).

Euclides tenta estabelecer argumentos que lhe permitam compreender o que vinha ocorrendo no Brasil em termos de formação de uma nação e de seu representante nacional.

Mesmo empenhando-se na descrição de um tipo étnico que, pelo isolamento e pelo meio, teria desenvolvido características aceitáveis para conciliar positivamente a ideia de evolucionismo com a de miscigenação, sua conclusão aponta para os malefícios de tais cruzamentos.

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso (CUNHA, 2016, p. 110).

Segundo Costa Lima, por utilizar os operadores da antropologia biológica, era de se esperar que este parêntese fosse aprofundar a questão da sub-raça sertaneja. Porém, o trecho escolhido é o que reitera a ideia de que a mistura de raças, na maioria dos casos, é prejudicial, surgindo a imagem de decaído e deprimido do mestiço, assim, o autor conclui que “são invioláveis as leis da espécie” (LIMA, 1997, p. 182; CUNHA, 2016, p. 112).

Ainda de acordo com as teorias aplicadas pelo autor, o mestiço pode ser definido como uma espécie de intruso, sujeito aos vários jogos de antíteses que se formam pela dificuldade de criar “qualquer solidariedade entre as gerações opostas”, e quando surgem é “sobre uma moralidade rudimentar, em que se pressente o automatismo impulsivo das raças inferiores” (CUNHA, 2016, p. 111). Isso ocorre devido à “concorrência admirável dos povos”, que os coloca em constante confronto, no qual “a seleção capitaliza atributos que a hereditariedade conserva” (CUNHA, 2016, p. 111).

O mestiço é considerado por Euclides, a partir dessas teorias, um intruso, alguém que não teria lutado contra o meio e superado os aspectos negativos de sua herança. Desse modo, ele seria

[...] alguma coisa de dispersivo e dissolvente; surge, de repente, sem caracteres próprios, oscilando entre influxos opostos de legados discordes. A tendência à regressão às raças matrizes caracteriza a sua instabilidade. É a tendência instintiva a uma situação de equilíbrio. As leis naturais pelo próprio jogo parecem extinguir, a pouco e pouco, o produto anômalo que as viola, afogando-o nas próprias fontes geradoras (CUNHA, 2016, p. 111).

A busca pela semelhança com as raças fortes é vista por Euclides como algo natural, próprio da evolução. E mesmo a mestiçagem, que seria uma fissura no processo contínuo de aperfeiçoamento que move o evolucionismo, não escapa a esta condição, pois, na sua interpretação, não há como alterar as leis que determinam as mudanças das espécies (CUNHA, 2016, p. 112).

3.3 O contraste como paradigma explicativo

O uso de contrastes, como forma de representação em Euclides, já tem sido apontado por alguns autores.⁶⁶ Nesta seção, contudo, vou abordar o assunto através das proposições de Reinhart Koselleck, especialmente no que tange ao desenvolvimento de pares antitéticos.

Como tentativa de compreensão do caso brasileiro, que não parecia se enquadrar nos moldes trazidos pelas teorias evolucionistas, Euclides se apoia em pilares como o da ciência, na concepção de imagens opostas e na busca por analogias e comparações com outros modelos, além de, na maioria das vezes, basear-se na postulação de referências aos antigos ou ao passado colonial brasileiro. Desta forma, torna-se possível pensar as dicotomias da miscigenação que atingiu o litoral e aquela do sertão. Além disso, pode-se sugerir que a tentativa de enquadramento realizada por ele, que se fundamenta na construção de uma distância espacial e temporal, possibilitaria a criação do que podemos chamar de uma hierarquia da diferença.

Assim, os diversos componentes da raça descrita por Euclides remeteriam a uma miscigenação atípica. A mistura de elementos de etnias diversas somada ao isolamento geográfico e a uma paisagem inóspita teriam resultado nessa sub-raça.

Para os mestiços do litoral, são utilizados termos que remetem ao caráter negativo do cruzamento racial, em que a raça fraca (indígena e/ou africana) é esmagada pela raça forte, representada pelos colonizadores. No processo de evolução brasileiro, a civilização é a responsável pela aniquilação desses sujeitos. Por não ter uma cultura própria, por ser uma civilização de empréstimo, ela não pode ser assimilada pelos que ali viviam, pois não teriam atingido o estágio necessário para incorporar as exigências da civilização. Dessa forma,

[...] os mestiços emergentes, variáveis, com todas as nuances da cor, da forma e do caráter, sem feições definidas, sem vigor, e as mais das vezes inviáveis, nada mais são, em última análise, do que os mutilados inevitáveis do conflito que perdura, imperceptível, pelo correr das idades. É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização (CUNHA, 2016, p. 113).

⁶⁶ Além de o próprio Euclides ter uma obra onde a noção aparece em destaque no título – *Contrastes e Confrontos*, outros autores acentuaram, em sua análise, esta problemática, como por exemplo: OLIVEIRA (2018). A análise de Walnice Galvão (2016) demonstra como as figuras de oposição aparecem constantemente em sua obra. E a obra do próprio autor: *Contrastes e Confrontos*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1966c. v. 1, p. 101-220.

Por outro lado, o argumento acerca do nível de desenvolvimento dessas raças serve para explicar como foi possível o aparecimento de uma sub-raça forte no sertão. Por estarem isolados do litoral, por serem considerados pelo autor como um hiato no tempo e espaço, eles não teriam passado pelo estágio exigido para atingir a civilização, sua evolução não estaria completa. Por essa razão, conservariam ainda elementos que os poderiam alçar à categoria, já mencionada, de “rocha viva da nacionalidade”. Assim, os “nossos rudes patrícios dos sertões do Norte” puderam desfrutar dos benefícios do abandono a que foram submetidos. Este, os libertou “[...] da adaptação penosíssima a um estágio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios mais adiantados” (CUNHA, 2016, p. 113).

A análise realizada pelo autor mostra como, para o final do século XIX, a questão das oposições entre primitivo e civilizado ainda desempenhava um papel importante na explicação da sociedade. Euclides necessitava encontrar um equilíbrio entre estas oposições que se estabeleciam para compreender o que ele denominou de “normalidade do tipo antropológico que aparece, de improviso, enfeixando tendências tão opostas”, como anunciado na epígrafe deste capítulo.

O fato de ele utilizar esses pares opostos contribui, igualmente, ao propósito de identificar Canudos como afastada do tempo em que vivia a população litorânea, negando-lhe a coetaneidade e, com isto, limitando seu papel e ação política na construção do ideal de sociedade moderna. Dessa forma, as oposições que surgem em sua narrativa entre bárbaros/primitivos e civilizados podem ser associadas à ideia desenvolvida por Koselleck acerca da formação de pares antitéticos:

Os conceitos antitéticos são especialmente apropriados para conformar as múltiplas relações, de fato e de intenções, entre os diversos grupos, de modo que os afetados por eles em parte são violentados, e em parte – na mesma proporção – adquirem capacidade de ação política. O reconhecimento desse dinamismo exige que se questione o uso dos termos no passado (KOSELLECK, 2006, p. 194-195).

Em relação a Euclides da Cunha, o uso desses termos e sinônimos confluía para a construção do entendimento que ele almejava obter em relação aos personagens e ao cenário onde se desenrolou a guerra de Canudos. Era preciso elaborar o jogo de antíteses que emergia, seja nos aspectos visíveis da paisagem, seja nas características do jagunço. No entanto, a oposição entre bárbaros e civilizados, construída por ele, não resolvia completamente o jogo de antíteses. Ao contrário, ele acaba por elaborar novos questionamentos acerca dos fenômenos que desejava apreender.

Assim, se em um primeiro momento, o uso de pares opostos serve para evidenciar a discrepância que existia entre os dois Brasis – o do litoral e o do sertão -, ele gera, simultaneamente, o próprio questionamento desses pares e a sua inversão. Esta ficará visível, especialmente, na parte intitulada *A Luta*, onde o conceito de bárbaro será utilizado como referência ao exército brasileiro que foi combater os jagunços. Nesse sentido, é importante reconhecer o que Koselleck chamou de “dinamismo dos pares antitéticos”, entendendo como é necessário explicitar seus diferentes usos, no contexto original da fonte e no momento de sua análise. Como consequência, notam-se alterações ao longo de seu uso, que permitem atuações simultâneas.

[...] Por isso nós podemos hoje ocupar-nos tanto com a coexistência das figuras antitéticas de linguagem quanto com a contemporaneidade do não-contemporâneo que pode estar contida em um único par de conceitos, porque nele ingressaram diferentes zonas da experiência histórica (KOSELLECK, 2006, p. 196).

Um exemplo da coexistência de “diferentes zonas da experiência histórica” que contribuiu para reforçar a ideia de permanência e, ao mesmo tempo, manter a distância temporal foi utilizada pelo autor no momento da elaboração da descrição das atitudes, dos costumes e dos hábitos que estariam presentes em populações localizadas em momentos temporais diferentes e que indicariam permanências dessas características. Neste sentido, muitas referências à população sertaneja são seguidas de uma marca temporal que a afasta do presente do autor.

Fora longo traçar-lhes a evolução do caráter. Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes propiciou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoante as novas exigências da vida. – E ali estão com as suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado até o fanatismo, e o seu exagerado ponto de honra, e o seu folclore belíssimo de rimas de três séculos (CUNHA, 2016, p. 103-104).

A imagem do sertanejo vai sendo, assim, construída através da multiplicidade de antíteses e outras figuras de linguagem, que se manifestam constantemente em sua narrativa e que procuram explicar os traços peculiares que a mestiçagem adquiriu sobre aquela população. Desta maneira, para além do uso dos termos bárbaros e civilizados, os sertanejos, na sua gênese, são associados a oposições, como em relação à sua força e às reações diante de determinadas situações.

3.4 As diferentes imagens do jagunço

De certo modo, tudo parece divergir do que se esperava encontrar no sertão. Considerando as concepções que se tinha sobre a nação e a civilização, era possível, então, pensar as incongruências através das disparidades mostradas a partir das imagens acerca da natureza e do jagunço elaboradas por Euclides.

O jagunço, apesar de ser fruto da miscigenação, que contém elementos negativos que enfraquecem e impedem o surgimento de uma nação civilizada, não poderia mais ser apontado como único causador da guerra que se desenvolvia no interior da Bahia. O evento não poderia mais ser narrado exatamente da maneira como Euclides parecia ter pensado ao iniciar seus artigos publicados sob o título de *Nossa Vendéia*, seja pelo distanciamento temporal do autor, seja pela sua observação ao participar da campanha.

Em seu artigo publicado em duas partes no jornal *O Estado de São Paulo* nos dias 14 de março e 17 de julho de 1897, Euclides da Cunha, na primeira delas, refere-se à topografia e à natureza local. Neste momento, já é possível perceber algumas ideias que serão repetidas quando ele escreve *Os Sertões*, especialmente no que diz respeito à forma como se entrelaçam natureza e homem e como a primeira é determinante da constituição daqueles sujeitos do interior da Bahia (BARBOSA, 2017).

Mesmo distante do cenário da guerra, ao escrever este artigo, o autor já estabelece alguns argumentos para explicar a gênese do jagunço e, como mencionado anteriormente, nessa elaboração, a natureza ocupa papel central. Desta maneira, já surgem comparações entre o homem e o meio, bem como o uso dos referentes antigos, na tentativa de atingir uma melhor compreensão do que estava acontecendo naquela parte do Brasil. Assim,

Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, do tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam (CUNHA, 1966, p. 579).

O meio teria, portanto, moldado o jagunço, impondo a ele suas características, as quais estavam, naquele momento, impedindo a vitória do exército brasileiro sobre o sertanejo, pois não havia como “[...] persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso e abrupto” (CUNHA, 1966b, p. 580).

Desta maneira, no uso desses pares assimétricos – bárbaro e civilizado – busca-se estabelecer uma forma de pensar o tipo social sertanejo. Para além da criação de imagens opostas, as inúmeras menções a estes termos permitem igualmente pensar a ideia de um tempo em movimento. Na reunião de um repertório amplo de exemplos, da Antiguidade à contemporaneidade do autor, vai sendo montada a sua ideia do que poderíamos denominar um projeto nacional brasileiro, para o qual apresentar e discutir a noção de civilização era fundamental, a fim de se esclarecer os destinos nacionais e traçar sua trajetória. Esse projeto passava pelos ideais representados pela modernidade, na busca de um constante aperfeiçoamento (evolução) e de progresso.

A associação do conceito de bárbaro ao sertanejo cumpre, desta forma, diferentes funções no texto euclidiano. Pode-se, então, apontar seu papel fundamental em representar e estabelecer a distância entre os pares civilização e barbárie, litoral/sertão. Com isto, configura-se um dos pontos centrais da sua argumentação para a explicação da guerra de Canudos e tudo que se passou naquela região – desconhecida/esquecida pelo litoral. Também a ele são atribuídas características ambíguas que, por um lado, servem para corroborar a ideia de atraso, que permeava o discurso intelectual da época, e por outro, de maneira ainda que enviesada, colocar o sertanejo como representante da nacionalidade brasileira. Um representante ao qual não era permitida a convivência simultânea com o restante da sociedade, ao mesmo tempo em que é apregoada a tragédia latente – extermínio pelas armas ou pela civilização –, isto é, o seu destino estava selado de antemão.

Assim, não causa de todo um estranhamento o jogo de antíteses que se manifesta frequentemente na sua escrita. Se, por um lado, ele não aprofunda os elementos que permitiram a formação desta subcategoria, mantendo o caráter negativo da miscigenação, que estaria de acordo com as teorias estudadas; por outro lado, o apelo a figuras de linguagem que o aproxima, por vezes, do campo literário permite a criação de figuras e imagens que se unem ao passado mais remoto, de certa forma heroico (sobretudo quando Euclides se utiliza das alusões aos gregos e romanos), relacionado ao caráter de formação histórica e também social.

Em meio a esta profusão de imagens que aparecem em *Os Sertões*, uma das mais conhecidas e referenciadas é, justamente, a que evoca as disparidades da figura do jagunço e suas alterações ao interagir com o meio. O meio adquire, muitas vezes, o papel de definidor de situações e personagens, como é o caso do jagunço.

Euclides o descreve como sendo “[...] desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos” (CUNHA, 2016, p. 115). Porém, a aparência de “homem permanentemente fatigado” (CUNHA, 2016, p. 115) desaparece em questão de segundos, quando ocorre qualquer tipo de incidente que demanda que o sertanejo faça uso de suas forças, assim, “[...] da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias” (CUNHA, 2016, p. 116).

Outra vez nos deparamos com os jogos de palavras elaborados por Euclides. Neste excerto, em particular, são colocadas ideias importantes que sintetizam muito de seu pensamento e da construção da imagem do jagunço como figura ímpar de sua narrativa. O uso da expressão Hércules-Quasímodo, por exemplo, tem sido interpretado ora como oxímoro, ora como metáfora, e ambas interpretações colaboram para a compreensão de sua concepção do sertanejo como mestiço e de sua atuação na guerra de Canudos.

Novamente, a influência do escritor francês Victor Hugo se apresenta na escrita de *Os Sertões*,⁶⁷ agora o “empréstimo” ocorre através do personagem Quasímodo, também conhecido como Corcunda de Notre-Dame. Logo, a atribuição de adjetivos como “desgracioso, desengonçado, torto”, é uma referência direta a este personagem que aparece no romance *Notre-Dame de Paris* (HUGO, 2016). Com estes atributos, Euclides da Cunha se refere à origem do jagunço, que, por sua miscigenação e seu isolamento espacial e temporal, “reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos”.

Contrastando com a fraqueza revelada pela feiura, é apresentada ao leitor a figura de Hércules, herói grego muito cultuado pela força e pelos desafios que enfrentou durante sua vida. No caso do jagunço, é no momento de necessidade que o estado de “homem permanentemente fatigado” desaparece, dando lugar a um “desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias”, aparentemente, num paralelo à força hercúlea.

Estas imagens, que são apresentadas pela literatura clássica, desenvolveram-se ao longo dos anos, multiplicando suas interpretações. Desta maneira, se numa situação inicial, aproximam-se os significados deste par, em Hércules-Quasímodo, há uma equação que representa a força ao lado da fraqueza. Dito isso, alguns autores afirmam que o significado pensado por Euclides ultrapassaria os sentidos mais evidentes deste binômio.

⁶⁷ Victor Hugo é uma das referências nas quais se inspirou Euclides da Cunha quando dividiu sua obra em três partes, outro autor que o teria influenciado seria Hippolyte Taine, conforme mencionado anteriormente.

A interpretação de Leopoldo Bernucci, ao analisar as similaridades entre a obra do brasileiro e de Victor Hugo, argumenta que ambos buscavam na Antiguidade clássica modelos para auxiliar a construção de seus personagens. No entanto, ao se referir à criação da imagem Hércules-Quasímodo, o autor diz que ela pode ser vista como “peculiaríssima e merece nossa atenção”:

Como oxímoro, ela pode ser entendida ao contrapormos a suprema e divina força física de Hércules à limitada e humana de Quasímodo. Acrescente-se ainda o físico bem-dotado do primeiro e a deformação grotesca do segundo. Como metáfora, entretanto, as qualidades de ambos se complementam. Do ponto de vista da personalidade, perdendo pela falta de um avantajado intelecto, os dois personagens se deixam dominar pelas fortes emoções e intensas paixões, as quais os tornam perseverantes quanto a seus objetivos (BERNUCCI, 1995, p. 31-32).

Rafael Kunst, em sua dissertação, aprofunda a genealogia dessas personagens utilizadas por Euclides. Para ele, a compreensão da barbárie do sertanejo, tal como descrita pelo autor, passa pelo “[...] uso de diversas figuras provenientes da mitologia ou das tragédias gregas como forma de “domar”, tornar compreensível aos seus leitores algumas das características dos sertanejos que escapariam à racionalidade de sua sociedade” (KUNST, 2012, p. 77).

Uma das mais importantes, que vale destacar, é o fato de que “Quasímodo e sertanejo, ambos quebram a regra da relação entre harmonia e força, ambos são estranhas exceções” (KUNST, 2012, p. 83). Seus atributos negativos,

[...] (fealdade, deformação, desarmonia) que esconde suas características positivas (força, agilidade, coragem); sua posição de excluído, uma anormalidade dentro de sua realidade – o Quasímodo, devido a sua monstruosidade, o sertanejo, pela sua condição de mestiço (uma das condições determinantes de seu aspecto) (KUNST, 2012, p. 84).

Logo, a expressão se reveste de um conteúdo que ultrapassaria a ideia que a figura de linguagem conhecida como oxímoro transmitiria. O oxímoro corresponderia a união de “dois termos incompatíveis, fazendo de conta que não são [...]” (REBOUL, 2004, p. 125). No caso de Euclides da Cunha, as contradições mais aparentes são ultrapassadas, dando origem a novas relações. Assim, de acordo com Kunst,

[...] essa seria quase uma ‘contradição intencional’ tendo em vista, evidentemente, que essa incompatibilidade não é natural e eterna, mas resultado de um *senso comum* que partilha um sentido prévio de cada

termo – no caso euclidiano, para os nomes *Hércules* e *Quasímodo*”.⁶⁸ (KUNST, 2012, p. 77-78).

Deste modo, os sentidos atribuídos a esta imagem criada por Euclides ultrapassam o significado mais aparente de uma dualidade de força e fraqueza. No caso do Quasímodo, ao lado da deformidade que abarca seu aspecto físico e reflete características que o deixariam isolado por representar anormalidades incompatíveis com a ideia de civilização estabelecida, são apontados aspectos positivos, relacionados a uma conduta moral. A fidelidade e a solidariedade são dois sentimentos que o aproximariam da humanidade e o afastariam da barbárie.

Tais aspectos são mencionados por Kunst quando estabelece a comparação entre Quasímodo e o sertanejo. Para o autor, esses elementos ficam evidenciados em ambos: no caso de Quasímodo, nas relações que ele estabelece com a catedral, com o padre Frollo e Esmeralda; já no caso do sertanejo, a fidelidade e a solidariedade estão manifestas quando Euclides descreve

Graças a um contrato pelo qual percebem certa vantagem dos produtos, ali ficam, anônimos – nascendo, vivendo e morrendo na mesma quadra de terra – perdidos nos arrastadores e mocambos; e cuidando, a vida inteira, fielmente, dos rebanhos que não lhe pertencem (CUNHA, 2016, p. 122).

Os donos do rebanho muitas vezes mal sabem o nome desses sertanejos, que, mesmo assim, cumprem “[...] estritamente, sem juízes ou testemunhas, o estranho contrato, que ninguém escreveu ou sugeriu” (CUNHA, 2016, p. 123). A solidariedade, por sua vez, ocorre entre aqueles que desempenham as mesmas atividades, assim, “Solidários todos, auxiliam-se incondicionalmente em todas as conjunturas” (CUNHA, 2016, p. 124). Esses exemplos apontariam para a diferenciação que a mestiçagem teria sofrido no Brasil. Não era tarefa fácil atribuir simplesmente as características de uma raça fraca ao sertanejo, porque mestiça, quando seu olhar de cientista e viajante percebia uma série de incongruências entre as teorias que adotava e a população que se desenvolveu naquela região.

As oscilações permanecem em todo o texto euclidiano, que busca elaborar a ideia de que o sertanejo é - antes de tudo - um forte, mas também retrógrado, pois não acompanha as mudanças do progresso, ao contrário, permanece em contato com um passado que se manifesta na forma de se vestir e de falar, na religião e nos costumes do

⁶⁸ Grifos do autor.

sertanejo. Por outro lado, o isolamento a que está submetido lhe permite manter qualidades que o aproximariam dos civilizados, transformando-o na “rocha viva da nacionalidade”, desde que fosse dado o tempo suficiente para atingir o estado evolutivo de civilizado. Esse isolamento, entretanto, também é visto sob um prisma negativo, como um dos fatores que permitiram sua permanência em um estado de barbárie.

A descrição do isolamento, conforme o trabalho de Kunst, aponta para outra semelhança entre Quasímodo e o sertanejo. No caso do personagem de Hugo, a surdez e o seu aspecto grotesco levavam a efeitos de [...] incompreensão provocados por essa deficiência atuam tanto sobre a selvageria do corcunda, quanto na ignorância de quem o condena ao castigo brutal sancionado pela civilização (KUNST, 2012, p. 100). Do mesmo modo, ao tratar do sertanejo, Euclides teria, de acordo com esse autor, estabelecido o “[...] isolamento temporal e a incompreensão dos ensinamentos do progresso” como condições da barbárie, por sua vez, “[...] atacada brutalmente por uma ‘civilização de empréstimo’” (KUNST, 2012, p. 100).

Outra questão que pode ser mencionada é o fato de a força, elemento desejado e associado à civilização, não estar relacionada apenas à figura de Hércules. Tanto o Quasímodo quanto o sertanejo manifestam “força, agilidade, coragem” (KUNST, 2012, p. 84), em diversos momentos de suas narrativas. Kunst (2012) defende que existiriam outras personagens da mitologia grega que simbolizariam de forma mais eficiente a força idealizada pelo autor, e que sua escolha recairia sobre outros critérios.⁶⁹ Assim, ele conclui que

Ao reavaliar todas essas características do herói grego, acredito que não seja possível destacá-lo como elemento positivo da figura Hércules-Quasímodo. Ao perceber que a extraordinária força física daquele está ligada à barbárie e à violência (aspecto também presente no outro elemento) e que mesmo sendo herói, autor de nobres e grandiosos feitos, sua imagem é “manchada” pelo seu comportamento truculento e pelo marcante assassinato de sua família, sua aproximação com o Quasímodo se esclarece. As relações entre cada um desses personagens e o sertanejo evidenciam que Euclides da Cunha atribuiu sentidos a eles além da suposta oposição de aspectos físicos – o que permite concluir que não havia oposição prévia entre Hércules e Quasímodo, pois, exceto pela aparência, esses personagens carregam uma série de semelhanças (KUNST, 2012, p. 101-102).

⁶⁹ “[...] por que Hércules? Entre diversos personagens da mitologia grega, como Ajáx, Diomedes e Aquiles, heróis destacados na *Ilíada* – obra que provavelmente o autor tenha lido, já que relacionou Canudos a Troia – pela força e habilidade em combate, por que seria escolhido justamente Hércules?” (KUNST, 2012, p.100-101).

Desta maneira, a imagem criada por Euclides da Cunha ultrapassaria o sentido que o oxímoro provocaria, assimilando à sua escrita mais uma metáfora que buscaria apreender a série de eventos que deflagrou a guerra de Canudos, colocando-o em contato com a população sertaneja, tão peculiar, em um ambiente igualmente peculiar e estranho ao que se vivia no litoral.

As diferenças entre litoral e sertão continuavam a ser apontadas por Euclides, a fim de compreender a existência de indivíduos tão diferentes no mesmo país. Para Bernucci, uma estratégia desenvolvida pelo autor para contornar “[...] as dificuldades de retratar o jagunço como selvagem (*ce sauvage grave et singulier*), depois de haver colocado empenho na sua defesa, era aproximar-se obliquamente” (BERNUCCI, 1995, p. 32). A defesa a que se refere o autor é a de “[...] que o sertanejo, sendo um retrógrado, não é um degenerado, como o mestiço do litoral” (BERNUCCI, 1995, p. 38).

Embora esboce traços que se referem a todas as raças que sofreram alterações através da miscigenação, Euclides narra suas desvantagens e expõe os elementos que não permitem o alcance da civilização tal como ele a desejava para o país. No entanto, quando se pensa que, desse emaranhado de teorias, sairá a condenação do jagunço, o autor fisga um traço que coloca em dúvida os malefícios da mestiçagem.

Deste modo, ele argumenta: “[...] De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado” (CUNHA, 2016, p. 110). Com isto, o autor aponta para as dificuldades que as raças inferiores possuem para assimilar os elementos positivos das raças superiores, de tal forma que seu produto gera um elemento desequilibrado.

Não se compreende que após divergirem extremamente, através de largos períodos entre os quais a História é um momento, possam dois ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições mentais diversas, anulando em pouco tempo distinções resultantes de um lento trabalho seletivo (CUNHA, 2016, p. 111).

Em sua visão, as particularidades de cada raça não se somam, mas justapõem-se, causando o desequilíbrio que é mencionado frequentemente e gerando uma espécie de decaído, impotente, que reflete um “jogo permanente de antíteses” (CUNHA, 2016, p. 111). Em contraste com essa posição, a sua postura de observador-viajante lança o olhar científico sobre aquela gente e aquela região, constando que “[...] a observação cuidadosa do sertanejo do Norte mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente” (CUNHA, 2016, p. 112).

O isolamento espacial e temporal em que viviam propiciou que os caracteres da mistura das raças aparecessem de forma distinta naquela população. Assim, “O fator étnico preeminente transmitindo-lhes as tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização”. Tal acontecimento teria preservado a distinção do mestiço sertanejo em relação ao restante dos mestiços, como, por exemplo, o que vivia no litoral. Essa seria a peculiaridade que distinguiria os mestiços do sertão e do litoral, reforçando a distância que se colocava a todo momento na narrativa de Euclides e sua tentativa de compreender o jagunço e a guerra de Canudos.

O meio é, novamente, uma medida que explica as diferenças que se produziram no Brasil. Ele exerce um papel importante porque determina as condições de desenvolvimento das raças, afetando, inclusive, as projeções e as explicações daquela realidade vista por Euclides no interior da Bahia.

[...] O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente (CUNHA, 2016, p. 113).

Esta parece ser uma das razões pelas quais o autor oscila entre atributos negativos e positivos para descrever os habitantes daquela região, além da incerteza de lidar com elementos que eram estranhos às teorias que havia estudado. Por esta razão, para ele, não parecia ser difícil afirmar que o mestiço do sertão era

[...] um retrógado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia (CUNHA, 2016, p. 11).

Desta maneira, para o autor, não havia a possibilidade de o sertanejo não atingir o mesmo estágio evolutivo que os civilizados que habitavam a sociedade litorânea, pois o isolamento a que estavam submetidos auxiliava na progressão desses atributos para o aperfeiçoamento e o surgimento de uma raça forte e, logo, civilizada. Por outro lado, o caminho a percorrer seria longo e árduo, pois as mutações necessárias seriam lentas, necessitavam de tempo. Tempo este que lhes seria negado com a chegada da civilização, representada pelo exército republicano, que acabaria com a chance de evolução daquela população.

Outros elementos que mostram esta versão dualística da figura do jagunço por Euclides são apresentados continuamente ao leitor que, ao tentar seguir sua linha de raciocínio, perceberá os jogos de antíteses a que ele mesmo faz referência na sua obra. Assim, ao comparar o vaqueiro do Sul com o do Norte, novamente se colocam elementos que vão formando a imagem que ele vem estabelecendo do jagunço.

Neste sentido, uma recorrência de seu pensamento é a dependência que o sertanejo tem em relação ao meio. Este, como dito em outras passagens, molda-o conforme suas próprias características. Assim, o vaqueiro do Sul é “[...] filho de plainos sem fim, afeito às correrias fáceis nos pampas e adaptado a uma natureza carinhosa que o encanta, tem, certo, feição mais cavalheirosa e atraente. A luta pela vida não lhe assume o caráter selvagem da dos sertões do Norte” (CUNHA, 2016, p. 117). Porém, ao expor as condições da região Norte, onde se situa o sertanejo, percebe-se como um meio mais inóspito influencia o desenvolvimento de características e de hábitos, assim como a maneira de esse homem se relacionar com o seu entorno.

Atravessou a mocidade numa intercadência de catástrofes. Fez-se homem, quase sem ter sido criança. Salteou-o, logo, intercalando-lhe agruras nas horas festivas da infância, o espantinho das secas no sertão. Cedo encarou a existência pela sua face tormentosa. É um condenado à vida. Compreendeu-se envolvido em combate sem tréguas, exigindo-lhes imperiosamente a convergência de todas as energias (CUNHA, 2016, p. 118).

O autor conclui, ainda, que, sob essas circunstâncias, o sertanejo “Fez-se forte, esperto, resignado e prático” (CUNHA, 2016, p. 118). Como o excerto aponta, ele não teve tempo de cumprir todas as etapas de vida pelas quais passam as outras pessoas. A ele não fora permitido uma existência tranquila em harmonia com a natureza, como o seu representante do Sul que “[...] Desperta para a vida amando a natureza deslumbrante que o aviventa; e passa pela vida, aventureiro, jovial, disertor, valente e fanfarrão” (CUNHA, 2016, p. 118).

Pode-se vislumbrar, no trecho citado anteriormente, que para o sertanejo surgem a todo momento dificuldades que o impedem de cumprir as sequências, os estágios que ele precisaria superar para atingir um nível mais elevado seja fisicamente, culturalmente, politicamente ou ainda religiosamente. Ele não é um degenerado porque não teve a chance de sê-lo ainda. No isolamento em que vive, torna-se difícil participar da coetaneidade de seus pares ou opostos que vivem no litoral. Uma vez que todas as suas energias estão voltadas para a sobrevivência, pois ele é “condenado à vida”, não lhe sobriam elementos

para cumprir todas as fases do desenvolvimento humano. E sendo um condenado, teria ele possibilidade de escolha a não ser participar do “combate sem tréguas”?

Os momentos cruciais que se colocam para aquela população, como a época da seca e a guerra, são os momentos em que o autor atrela aqueles habitantes às características que os distinguiriam do resultado, sempre negativo, da mestiçagem. Nessas circunstâncias, surgem os atributos que qualificariam uma grande raça – força, destreza, agilidade, esperteza, praticidade. A sua compleição física se transforma diante das dificuldades que lhe são impostas. Então, ele

[...] se transfigura. Não é mais o indolente incorrigível ou o impulsivo violento, vivendo às disparadas pelos arrastadores. Transcende a sua situação rudimentar. Resignado e tenaz, com a placabilidade superior dos fortes, encara de fito a fatalidade incoercível; e reage” (CUNHA, 2016, p. 132).

É no embate, nesta luta constante contra o meio, que ele se transfigura, uma vez que o “[...] heroísmo tem nos sertões, para todo o sempre perdidas, tragédias espantosas” (CUNHA, 2016, p. 132). Elas surgem de um conflito que ninguém narra, pois o isolamento em que vivem não permite a aproximação temporal, como já dito pelo próprio autor na *Nota Preliminar* que antecede *Os Sertões*, separa-os do restante do Brasil “uma coordenada histórica – o tempo” (CUNHA, 2016, p. 11).

Assim, Euclides parece se colocar como o único que poderia alcançar algum sucesso na empreitada em que se impôs de compreender a gênese da sub-raça que se formou no interior da Bahia. Na sua condição de viajante observador, ele não atravessaria o espaço somente, mas, com seu olhar treinado, ele poderia igualmente alcançar a temporalidade na qual estava inserido o jagunço, ultrapassando o isolamento imposto pela terra ignota.

No entanto, esses instantes não são suficientes para o progresso da raça mestiça. Outros fatores se assomam aos tempos de crise que o impedem de alcançar um estágio mais elevado, além do fato de que mudanças evolutivas ocorrem na longa duração, não há modificações que possam ser construídas rapidamente.

Insulado deste modo no país que não o conhece, em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária, nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação mais alta (CUNHA, 2016, p. 136).

Ou seja, como “nômade ou mal fixo à terra”, ele não preenche os requisitos necessários para a vida coletiva que se pressupõe como compartilhamento de valores morais e políticos que são a base de uma nação civilizada e em constante progresso. Ele se encontra nas fases iniciais do desenvolvimento social, não parecendo ser possível acelerar a passagem para estágios mais avançados. Caso isso fosse possível, provavelmente não haveria tanta disparidade entre litoral e sertão. A miscigenação poderia ter sido bem-sucedida, os caracteres da raça forte poderiam ter se imposto na confluência dos tipos antropológicas que vagavam pelo Brasil.

Tal incapacidade também é demonstrada pelo autor quando ele vai tratar da influência religiosa que se desenvolveu entre os canudenses, destacando como ela é reveladora do estágio evolutivo no qual permaneciam.⁷⁰ Antônio Conselheiro é retratado como o exemplo de um anacronismo que reflete as épocas mais primitivas. Esses argumentos também servem como forma de estabelecer as rupturas temporais entre sertão e litoral. Esta distância espacial e temporal que se estabeleceu é responsável por criar um afastamento de três séculos entre eles, ou mesmo colocá-los fora do tempo.

É um exemplo belíssimo da identidade dos estados evolutivos dos povos. O retrógado do sertão reproduz o *facies* dos místicos do passado. Considerando-o, sente-se o efeito maravilhoso de uma perspectiva através dos séculos...

Está fora do nosso tempo. Está de todo entre esses retardatários que Fouillée compara, em imagem feliz, à *des coureurs sur le champ de la civilisation, de plus en plus en retard* (CUNHA, 2016, p. 161).

Logo, o pensamento religioso do jagunço também é visto como uma forma primitiva que ajuda a definir a inferioridade do seu estágio cultural e civilizacional. De acordo com o autor, a sua religião é indefinida e variável, eles seriam “herdeiros infelizes de vícios seculares” (CUNHA, 2016, p. 138).

avançado também é negado à população que habitava Canudos. Eles não são considerados como se estivessem vivendo a infância de sua vida e, por isso mesmo, seriam incapazes de escolher e seguir de forma autônoma e independente uma religião com um grau maior de abstração e sofisticação, como seria o catolicismo. “[...] Por isto, como um palimpsesto, a consciência imperfeita dos matutos revela nas quadras agitadas, rompendo dentre os ideais belíssimos do catolicismo incompreendido, todos os estigmas do estágio inferior” (CUNHA, 2016, p. 138).

⁷⁰ Sobre a religiosidade n’*Os Sertões* ver o trabalho de CASTRO-KLARÉN (2008).

Isto contribui para a explicação do papel desempenhado por Antônio Conselheiro na narrativa de Euclides.⁷¹ Ele representaria um efeito negativo, assim como o missionário moderno, sobre todos que o circundavam e que o seguiriam em sua loucura, que culminou com a guerra de Canudos.⁷² “[...] A alma de um matuto é inerte ante as influências que a agitam. De acordo com estas pode ir da extrema brutalidade ao máximo devotamento”. Euclides pode corroborar tais afirmações porque, no instante em que fala, ele reporta a sua experiência como observador no cenário da luta. Com isso, conclui: “Vimo-la, neste instante, desvairada pelo fanatismo. Vejamo-la transfigurada pela fé”. (CUNHA, 2016, p. 140).

Neste momento, surgem na sua escrita diversos elementos que podem reforçar a ideia de distanciamento que o autor projetou para o cenário onde se desenvolveram os fatos narrados por ele. De modo que, a vida do jagunço foi pensada como estando sob forte influência do meio e sob o prisma de estágios evolutivos díspares, que, por sua vez, identificavam uma defasagem temporal.

A discrepância temporal provocava efeitos positivos e negativos, conforme se tentou esboçar anteriormente. Se, por um lado, o isolamento espacial os salvaguardaria das exigências de civilização que um meio mais adiantado exigiria – diferentemente do que ocorreu com o litoral, cujo efeito se fazia sentir no que ele chama de “mestiços neurastênicos do litoral” (CUNHA, 2016, p. 115), os quais se desenvolveram não absorvendo as mudanças necessárias para o estágio civilizacional em se encontravam; de outro lado, o isolamento lhes serviu como forma de criar um abismo temporal, colocando-os distantes três séculos da população litorânea, ou mesmo, em alguns momentos, fora do próprio tempo.

Simultaneamente, essas oscilações colaboram para que se perceba, através dos diversos impasses que sua obra apresenta, como se manifestam os deslocamentos temporais a partir da perspectiva euclidiana. Assim, tanto os pares antitéticos como as próprias transformações que o conceito de história vinha enfrentando, são contemplados nesses momentos de rupturas e permanências temporais, nos jogos de antíteses e no uso da linguagem figurada, tentando abarcar, desta forma, a experiência de um tempo que não

⁷¹ Sobre Antônio Conselheiro e a questão da religiosidade ver ELMORE, 2008. Também: LIMA, 1997.

⁷² Sobre o papel dos missionários nos sertões, Euclides afirma que eles trouxeram mais malefícios que benefícios para aquela população. “[...] Salvo raríssimas exceções, o missionário moderno é um agente prejudicialíssimo no agravar todos os desequilíbrios do estado emocional dos tabaréus. Sem a altitude dos que o antecederam, a sua ação é negativa: destrói, apaga e perverte o que incutiram de bom naqueles espíritos ingênuos, dos quais não tem o talento e não tem a arte surpreendente da transfiguração das almas” (CUNHA, 2016, p. 142).

é mais linear e que não pode ser mais representado por intermédio da imagem de uma flecha em direção ao futuro e ao progresso, mas sim por estratos de tempo que se entrelaçam num jogo que se caracteriza pela contemporaneidade do não-contemporâneo.

3.5 O tempo do jagunço

Nesta seção buscaremos aprofundar as reflexões acerca da representação do tempo em *Os Sertões*, chegando ao ponto que interessa mais de perto a esta pesquisa, articulando com os elementos trabalhados até aqui neste capítulo.

A questão temporal n’*Os Sertões* tem sido apontada como um dos elementos que ajudam a esclarecer e até mesmo a construir a imagem do sertão e do jagunço por Euclides da Cunha. A elaboração destas personagens cumpre um papel central em seu trabalho, demonstrando as discrepâncias que conviviam no Brasil da virada do século XIX para o XX, e as dificuldades de se compreender uma realidade tão peculiar e ao mesmo tempo tão próxima, espacialmente, e tão distante do que se buscava elaborar como um modelo de nação, civilizada e atrelada ao progresso e modernidade. A distância aqui não se dava tanto pela extensão territorial, mas pelo isolamento que condicionava esse afastamento que remetia a camadas temporais, dos primórdios da terra passando por diferentes períodos históricos.

O “tempo do jagunço” está relacionado, muitas vezes, com outros tempos e personagens históricos. Ao utilizar o termo primitivo para se referir tanto a população canudense quanto a paisagem do sertão, Euclides está reforçando a ideia de separação temporal e espacial, pois este termo, de acordo com a interpretação de Nicolazzi, exerce a função de separar os espaços, como já mencionado.⁷³

Além disso, ao reforçar temporalmente o isolamento, que de outro modo poderia ser simplesmente percebido como geográfico, Euclides poderia atribuir ao jagunço o epíteto de “rocha viva da nacionalidade”, como já repetido inúmeras vezes nesse texto,

⁷³ A análise se refere ao excerto que foi reproduzido na seção intitulada *O espaço como elemento de distanciamento*. “Diante do civilizado, portanto, o jagunço encontra lugar, sobretudo, como um selvagem, um bárbaro e primitivo, mesmo que em algumas ocasiões lhe seja concedida a estatura de um herói e, “antes de tudo, um forte”. A inexatidão e a ambiguidade são a única maneira de inseri-lo na narrativa, a única figura que pode assumir no discurso. Paradoxalmente, todavia, essa aproximação entre objeto e discurso é utilizada apenas para fins de distanciamento, pois, como sugere Anthony Pagden (1982, p. 15), termos como bárbaro, selvagem, primitivo têm a função primordial de separar os espaços [...] (NICOLAZZI, 2010, p. 269).

argumentando que o jagunço seria um ser inacabado ou em transição. Assim, mais do que representá-lo através da inexatidão e ambiguidade, ele seria um tipo em construção, o que permitiria descrevê-lo como primitivo e, ao mesmo tempo, considerá-lo como base da nacionalidade brasileira.

A sua narrativa aparece entremeadada a este jogo de oposições onde os pares moderno e selvagem, aparecem ora como civilização e barbárie (primitivo), ora nas palavras que sugerem uma oposição geográfica, litoral e sertão, mas que configuram igualmente uma oposição temporal. Nestas estruturas são estabelecidos um dinamismo que marca a peculiaridade do caso brasileiro, logo, para além destes pares, é pertinente afirmar a configuração de um binômio ainda não delimitado pelos estudiosos do tema: isolamento e fusão, como argumentarei a seguir. Estes refletem igualmente as discrepâncias temporais entre duas realidades distintas, onde através do isolamento e abandono, apaga-se a coetaneidade do sertão. Isto é, o sertão deixa de ser contemporâneo ao litoral por não estar em contato com ele. A interrupção dos fluxos entre um e outro espaço provoca um descompasso, pois enquanto o tempo escoar no litoral, estanca no sertão. Somente um contato permanente entre esses espaços, com a livre e fluente passagem de ideias e vivências entre um e outro garantiria a fusão de seus ritmos temporais.

Euclides menciona que seria preciso incorporar o sertanejo à civilização, pois do contrário o que haveria sido realizado naquele interior teria sido um “crime inútil e bárbaro”. Dessa maneira, era necessário aproveitar o caminho aberto pela “artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários” (CUNHA, 2016, p.470). No entanto, “[...] sob a pressão de dificuldades exigindo solução imediata e segura, não havia lugar para essas visões longínquas do futuro” (CUNHA, 2016, p. 470). De acordo com a interpretação de Rosenfield, o “[...] desinteresse e a indolência da sociedade e do governo que forçou a segregação do sertanejo, condenando-o à não-luta e abortando assim um enfrentamento que poderia ter constituído um progresso histórico (ROSENFELD, 2005, p. 86). A autora realiza uma leitura a partir dos pressupostos hegelianos que estão presentes no texto de Euclides da Cunha, o que leva à conclusão de que o autor via no enfrentamento com o jagunço a possibilidade de uma reflexão sobre a identidade brasileira, que amiúde não se concretizou, pois, a população foi exterminada no final da guerra e o governo se mostrou obtuso para compreender as verdadeiras razões que originaram o conflito. Nas palavras de Euclides, “[...] insistamos numa proposição

única: atribuir a uma conjuração política qualquer a crise sertaneja, exprimia palmar insciência das condições naturais da nossa raça” (CUNHA, 2016, p. 332).

Desta maneira, o olhar de Euclides sobre aquele cenário e população, deixa transparecer uma certa experiência de tempo cujas implicações podem ser sentidas nas concepções elaboradas pelo autor acerca do espaço e do jagunço, onde era necessário dar conta da especificidade do caráter populacional brasileiro e de sua construção que escapavam, por vezes, das experiências e processos vividos por outros países que serviam como inspiração e espécie de modelo para a intelectualidade brasileira. A dicotomia “[...] o ainda não civilizado e o já civilizado” ajudaria a “[...] definir com maior precisão o que é a civilização, além de fornecer os princípios básicos para a tarefa política e moral de civilizar” (NICOLAZZI, 2010, p. 265).

Como uma das figuras centrais da análise, o jagunço vai ser caracterizado, muitas vezes, de forma dúbia pelo autor, pois no decorrer de sua experiência a visão que ele tinha desse tipo antropológico vai reforçando o contraste que ele reconhece como sendo intrínseco aquela população. Este “[...] Revela-se a todo o momento, em todos os pormenores da vida sertaneja – caracterizado sempre pela intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas” (CUNHA, 2016, p. 114). Nas situações de confrontos e rupturas, descritos em sua narrativa, pode-se indagar sobre uma movimentação temporal marcada por contínuos saltos que criam distâncias no tempo e no espaço.

Após atravessar o sertão demonstrando as suas peculiaridades, elaborando uma minuciosa descrição do meio, da paisagem e de todas as estruturas que poderiam conformar seu pensamento científico ligado as teorias do evolucionismo, que atribuíam um papel importante do meio na formação das raças, Euclides em seu esforço de apreensão, revela ao tratar do homem na segunda parte de seu livro, que iria fazê-lo “[...] sem método, despreziosamente, evitando os garbosos neologismos etnológicos” (CUNHA, 2016, p. 114). Apesar de certo estranhamento que causa este enunciado, Euclides continua sendo um autor muito preocupado com a ciência e, por consequência, com o desenrolar da sua análise. Desta maneira, ele se coloca como alguém que irá procurar desenvolver da melhor forma possível a população sertaneja, ou como ele gostava de se referir: “[...] a figura original dos nossos patrícios retardatários” (CUNHA, 2016, p. 114).

O uso do termo retardatário aponta para uma referência temporal. Esta expressão é importante no contexto de sua obra, pois estabelece uma distinção significativa em

relação à mestiçagem e, também em relação à separação dos espaços – litoral e sertão – que estarão em sintonia com a criação da distância temporal que os termos barbárie/civilização e isolamento/fusão apontam. Para Rosenfield (2005, p. 86), Euclides veria no sertanejo

princípio autêntico que foi condenado ao isolamento no tempo (durante três séculos, a sociedade litorânea não se interessou pelas outras populações) e no espaço (o sertão não faz parte da geografia imaginária da sociedade).

Complementando a análise da autora, destaco que a temporalidade “retardatária” dos sertanejos, portanto, estará em sintonia com a criação da distância temporal apontada não apenas pelos termos barbárie/civilização, mas principalmente pela oposição configurada entre isolamento/fusão. Em muitos trechos d’*Os Sertões*, ao sertanejo são atribuídas características positivas, como forte, ágil e potente, pronto para encarar situações desfavoráveis e até extremas como a seca e a guerra. No entanto, ao lado destas, são mostrados os limites e os aspectos negativos que atingem as raças que são oriundas da miscigenação.

O isolamento ou hiato causado pelas circunstâncias, que vêm sendo apresentadas ao longo do texto, permitem sugerir que o rompimento desta distância poderia ser feito de forma parcial, se fossem cumpridas determinadas condições mínimas. Euclides, ao se colocar como um homem de ciência, quiçá um etnógrafo do sertão, conseguiu realizar a travessia desses espaços ao lançar outro olhar para aquela região e tentar apreendê-la na sua diversidade, mesmo que, por diversas vezes, fiquem expostos certos preconceitos e determinismos, reflexos igualmente provenientes de suas escolhas intelectuais.

Estas discrepâncias, acerca da miscigenação e do jagunço em geral, já foram interpretadas por diversos autores. Costa Lima vê nesses elementos a produção do que ele denomina de um axioma que irá guiar Euclides da Cunha na escrita de seu livro. Tais premissas se resumem na afirmação de que era

[...] inquestionável o caráter negativo dos cruzamentos: o mestiço traz diminuída a capacidade intelectual do ascendente superior e restrita a capacidade física do ascendente inferior. É de posse deste axioma que ele se proporá entender a guerra que há cinco anos testemunhara (LIMA, 1997, p. 39).

O entendimento mencionado por Costa Lima passa pela construção de algumas ideias que permitem também depreender, um pouco mais, porque *Os Sertões* se tornou uma obra quase que incontornável para se compreender o Brasil. Neste sentido, uma

questão importante que ele aponta é, justamente, a da nacionalidade – como se configura a nação? Esse tema vinha sendo tratado, por diversos autores, desde o início do século XIX, e pelo visto ainda precisava ser melhor elaborado frente ao regime republicano.

No caso de Euclides, se colocavam questões como a mudança de regime político pela qual havia passado o Brasil recentemente, as ilusões e decepções criadas pela república, fato que repercutiu de forma particular sobre o autor, que desde a mocidade havia se colocado ao lado dos republicanos. Sua obra reflete, em grande parte, este contexto.⁷⁴ Para ele, a figura do jagunço se coloca como fundamental para tratar o que ele imaginava como sendo a essência nacional, ou como ele gostava de escrever, “o cerne da nacionalidade”.

As descrições e contradições da figura do sertanejo se relacionam com o propósito acima mencionado. Por esta razão, boa parte de sua argumentação se baseava no esforço de incorporar ou, quem sabe, de encontrar o que seria o representante ideal da nacionalidade brasileira. Este objetivo não era exclusivo de Euclides, Sevcencko destaca que a busca por um tipo etnográfico ideal para a nação brasileira ia ao encontro do desejo de melhor conhecer o Brasil, além de buscar um melhor entendimento da configuração da nação brasileira, que ainda não parecia estar finalizada.

Ao escrever *Terra Ignota*, Costa Lima aborda a obra *Os Sertões* a partir de diversas perspectivas. Entre as mais significativas está a ideia de que “[...] a) através de operacionalizações distintas, a atitude nacionalista mantém viva uma ideia de *essência do nacional*, que, em Euclides, se precipitara a partir de uma indagação que se queria científica; [...]” (LIMA, 1997, p. 23).

A dificuldade continuava sendo a aplicação de uma “indagação científica” a contextos tão diversos como aquele que havia se formado no Brasil. O reconhecimento de que havia um “[...] notável traço de originalidade na gênese da população sertaneja,

⁷⁴ Em carta a Oliveira Lima, Euclides escreve contando sobre o concurso de Lógica, que no final das contas não era dessa área e sim filosofia, em sua forma mais abrangente. Vivendo no Rio de Janeiro, ele reclama para o amigo da sua situação profissional: “[...]Felizmente, mudei-me para Copacabana, onde estou numa situação maravilhosa... para ver navios! A ver navios! Nem outra coisa faço nesta adorável República, loureira de espírito curto que me deixa sistematicamente de lado [...]”. CUNHA, 1966, vol. II, p. 707. Na análise de Sevcencko, a ascensão da República não trouxe as mudanças esperadas pelos intelectuais que a defenderam, ao contrário, com o avançar do regime, eles foram sendo deixados de lado. Sobre sua situação o autor coloca que: “[...] menos ainda puderam ser aceitos como os líderes e condutores da nação no sentido das reformas que propalavam. [...] Daí o destino particularmente trágico [...] Sua cruzada modernizadora, se bem que vitoriosa, largou-os à margem ao final” (SEVCENCKO, 2003, p. 107).

não diremos do Norte, mas do Brasil subtropical” (CUNHA, 2016, p. 98), instigou a investigação a qual procedeu Euclides.⁷⁵

No ambiente da jovem república brasileira, diversas análises foram sendo apresentadas na tentativa de compreender a nação que se constituiu até aquele momento. As influências exteriores, particularmente dos estados nacionais europeus, promoviam uma homogeneidade que não se aproximava do cenário brasileiro. Com isso, os intelectuais se atribuíam o papel de pensar um projeto nacional em harmonia com os ideais civilizacionais da Europa.

Indispensável ainda para compreender as condicionantes dessa geração, e da germinação de seu esforço fremente para o conhecimento do Brasil, foi, naturalmente, a atmosfera de instabilidade e indefinição que envolveu todo o período de decadência do Império e consolidação da República. Uma sensação de fluidez e falta de pontos fixos de referência se difunde e palpita incessantemente na profundidade dos textos (SEVCENCKO, 2003, p. 106).

Em meio as vicissitudes do período, Sevcencko evoca duas linhas de interpretação acerca da situação do país que foram defendidas, em linhas gerais, pelos intelectuais da Primeira República. Uma delas se centrava na ideia de futuro, nele o Brasil teria atingido toda a sua potencialidade e se igualado as nações desenvolvidas. Sevcencko aponta este caminho como sendo o mais simplista, onde se tratava de “[...] sublimar as dificuldades do presente e transformar a sensação de inferioridade em um mito de superioridade: é a ideologia do país novo, do “gigante adormecido, cujo destino de grandiosidade se cumprirá no futuro”. Do outro lado, havia a perspectiva de conhecer a realidade do Brasil em sua forma mais profunda. É nela que Euclides se insere, buscando, junto com seus contemporâneos, “[...] poder encontrar um veredicto seguro, capaz de descobrir uma ordem no caos do presente, ou pelo menos diretrizes mais ou menos evidentes, que permitiriam um juízo concreto sobre o futuro” (SEVCENCKO, 2003, p. 106).

Na busca deste futuro, era inevitável a integração de todo o país. Ao se deparar com uma população que em tudo escapava a realidade do litoral, que de certa forma servia como parâmetro para a ideia de Brasil, Euclides necessitava elaborar uma explicação para

⁷⁵ Sevcencko afirma que a elite letrada do período que compreende a geração de 1870 e a que surge a seguir, que atravessou o século XIX e viveu no início do século XX, se deparava com questões políticas, sociais e culturais, que perpassam seus escritos. Influenciada por uma cultura europeizada, mas pretendendo se colocar além e pensar a realidade brasileira em suas especificidades, os intelectuais destas gerações exerceram um “[...] empenho sério e consequente de criar um saber próprio sobre o Brasil, na linha das propostas do cientificismo, embora não necessariamente comprometido com ele” (SEVCENCKO, 2003, p. 105).

o hiato que havia sido produzido no sertão brasileiro. Canudos representava a heterogeneidade, o descompasso da nação brasileira, impedindo a estabilidade necessária para o avanço do progresso.

Durante sua estadia junto ao exército nacional na campanha de Canudos, o autor escreveu em sua *Caderneta de Campo* que não contava com os instrumentos adequados para realizar os estudos que interessariam o campo geográfico e afins. O mesmo ocorre em relação ao estudo da população e de Antônio Conselheiro, figura central usada na argumentação do caso único que resultou do isolamento geográfico e temporal a que o arraial de Canudos estava submetido.

No que se refere a ela, o autor declara: “Faltaram-nos, do mesmo passo, tempo e competência para nos enredarmos em fantasias psíquico-geométricas, que hoje se exageram num quase materialismo filosófico, medindo o ângulo facial, ou traçando a *norma verticalis* dos jagunços”. Ao mesmo tempo em que esboça uma espécie de desculpa, Euclides se coloca como alguém que irá fazer algo muito mais simples, mas que nem por isso deixará de ter impacto sobre as discussões a respeito da miscigenação no Brasil (CUNHA, 2016, p. 98).

Por outro lado, ele não seria o único autor a se deparar com estas questões acerca do lugar que as populações mestiças e não europeias ocupariam na história do Brasil. Durante boa parte do século XIX ocorreram discussões sobre o lugar e o papel dos indígenas e africanos na história brasileira.

Neste sentido, um dos textos mais importantes que foram produzidos ainda na primeira metade do século XIX, é a monografia escrita por Karl Friederich von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicada pela *Revista do IHGB* em 1844 e vencedora do concurso de melhor trabalho sobre história naquele ano. Este trabalho foi recebido positivamente entre os letrados da época, sendo premiado, em que pese na sua elaboração apareça uma questão ainda não definida naquele momento. Como compreender o papel e como inserir na história da nação os elementos indígenas e africanos que estão no cerne da miscigenação ocorrida no Brasil? (CEZAR, 2013)⁷⁶

A dissertação de Martius apresentava quatro subcapítulos, descritos a seguir: 1- Ideias gerais sobre a história do Brasil; 2- Os índios *e sua história como parte* da história

⁷⁶ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RIHGB: 6, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Imprensa Nacional, 1844. CEZAR, Temístocles. Varnhagen entre os antigos, os modernos e os “selvagens”: estudo introdutório de “A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia (org.) *Francisco Adolfo de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p.317-345. Grifos meus.

do Brasil; 3- Os portugueses *e seu papel na história* do Brasil; 4- A raça africana *e suas relações com a história* do Brasil. Cezar assinala que esta divisão sinaliza um aspecto cronológico importante, ao colocar os índios como anteriores à chegada dos portugueses, e ressalta o papel secundário atribuído a raça africana, que participa da história apenas através das relações que eles estabeleceram com os habitantes do Brasil (CEZAR, 2013, p. 324-325).

Na narrativa euclidiana, por exemplo, o africano aparece algumas vezes, mas seu papel na miscigenação ocorrida no sertão não é colocado como algo significativo. Na visão de Euclides, a economia canavieira somada a elementos naturais e sociais teriam “determinado o olvido dos sertões” na época da colonização. Assim, o “elemento africano de algum modo estacou nos vastos canaviais da costa, agrilhado à terra e determinando cruzamento de todo diverso do que se fazia no recesso das capitânicas” (CUNHA, 2016, p. 97). Com isso, operava-se uma distinção significativa entre o sertanejo do sertão e os mestiços do litoral, pois o “sertanejo é antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (CUNHA, 2016, p. 115).

No esquema apresentado por Martius, opera-se uma hierarquização das três raças, cada uma cumprindo papéis distintos dentro da sociedade brasileira. Nem todos os elementos estavam fadados ao mesmo destino e sua influência na identidade nacional não seria nem um pouco equivalente. No entanto, apesar do reconhecimento de seu trabalho, suas ideias não foram unanimemente aceitas pelos letrados da época.

Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado o primeiro brasileiro a escrever a história nacional, foi um dos letrados que discordou do esquema sugerido por Martius. Para ele, os indígenas não compunham um elemento primordial para o estabelecimento da identidade e história brasileiras. Assim, em sua obra mais importante, *História Geral do Brasil*, a população indígena aparece somente nos capítulos VII e VIII. Após polêmicas e acusações em função da ordem dos capítulos, Varnhagen se defende afirmando que

os capítulos compreendidos entre o VII e o X poderiam ser deslocados para o início sem alterar a harmonia da obra. A disposição original teria sido estabelecida pois lhe havia parecido o caminho mais correto para integrar o Brasil à história da humanidade (CEZAR, 2013, p. 326).

De acordo com a análise de Cezar, a explicação de Varnhagen vinha da resolução que ele havia dado para o problema da origem da população indígena. Assim, o historiador havia “[...] provado com o auxílio da história, da etnografia e da filologia

comparada, a verdadeira origem de nossos “selvagens”: ela estava lá, em algum lugar remoto do mundo antigo, possivelmente em companhia dos egípcios...” (CEZAR, 2013, p. 326).

No entanto, assim como no caso de Martius, nem todos os letrados do período concordariam com a leitura realizada por Varnhagen acerca das populações originárias do Brasil. As discussões continuariam se desenvolvendo durante o século XIX. Euclides conhecia o trabalho de Varnhagen, inclusive ele o cita em *Os Sertões*, porém sua preocupação parece se direcionar ao estabelecimento de características positivas que pudessem advir da interação e mistura das raças e o papel que poderiam exercer na fundação de uma nação moderna e civilizada.

Costa Lima, em sua leitura, analisa a tentativa de resolver o impasse que a degenerescência da mistura de raças causaria na fabricação de uma nação moderna. Segundo ele, para Euclides, aceitar a degenerescência causada pela mestiçagem significava acreditar no poder regenerador da imigração. No entanto, para o autor d’*Os Sertões*, a vinda do imigrante europeu não garantia um melhoramento da população. Ao contrário, ele

[...] encarava com extremos maus olhos a europeização do litoral, estava ele forçado a fundar o cientificismo em algo transcendente, *i.e.*, em algo anterior à experiência. [...] N’*Os Sertões*, ao contrário, a ideia da “rocha viva” visa a marcar a extrema descontinuidade de um instante primeiro, onde o cruzamento do índio com o bandeirante, impedido de prosseguir pelo *isolat* sertanejo, se contraporía à presença do mestiço proteiforme. A “rocha viva”, por mais improvável que fosse explicá-la por hipótese “científica”, é o precipitado oriundo de o jogo evolucionista processar-se no tabuleiro tropical (LIMA, 1997, p. 49).

Deste modo, Euclides rejeita o que denomina de “fantasias psíquico-geométricas”, pois acredita que “Se nos embaraçássemos nas imaginosas linhas dessa espécie de topografia psíquica, de que tanto se tem abusado, talvez não os compreendêssemos melhor.” O autor escolhe, então, seguir por outro caminho, no qual desempenhará, aparentemente, um papel mais modesto, afirmando que o melhor seria adotar a postura do que ele denomina de “Sejamos simples copistas” (CUNHA, 2016, p. 114).

Ainda nesta linha de pensamento, ele conclui esta seção anunciando a forma como irá proceder no que tange as próximas partes de seu livro que tratarão do sertanejo, “Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos [...]”, ao avistar Canudos “numa volta do sertão” (CUNHA, 2016, p. 114). Essa, no entanto, não seria uma volta qualquer, já que ao contorná-la Euclides se depararia com

“[...] aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos” (CUNHA, 2016, p.114).

A perspectiva temporal aparece por vezes explícita no texto euclidiano, como no excerto acima, onde se refere à uma distância temporal marcada pela contagem dos séculos. Outras vezes, a referência se constrói através de palavras, que remetem a uma percepção da passagem do tempo. Esta se relaciona, em muitas ocasiões, a diferentes estágios e sensações como um tempo imóvel ou lento, que marcaria a sociedade sertaneja.

Assim sendo, o jagunço se encontrava inserido numa temporalidade diferente daquela que marcava o presente do litoral, pois quase tudo naquela paisagem remetia a um descompasso do tempo em relação à civilização. Assim, naquelas paragens o tempo se arrasta, são “[...] os mesmos dias longos de transe e provações demorados” (CUNHA, 2016, p.135).

Aquela população reproduz na sua evolução, em diversos âmbitos, as características de estágios de desenvolvimento diversos. Reitero, portanto, a importância do isolamento como categoria fundamental da narrativa de Euclides da Cunha, não somente das configurações temporais. A distância e o isolamento permitiram certa uniformidade no desenvolvimento, possibilitando que o autor descrevesse o homem do sertão como sendo

[...] feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mamaluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondedo; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzidos nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes”. (CUNHA, 2016, p. 110).

O que resulta, segundo o autor, no surgimento de uma “subcategoria étnica já constituída”. Diferente da mestiçagem que ocorreu no litoral, a capacidade do jagunço de absorver no tempo certo, e quase sempre marcado pela lentidão, as mudanças necessárias para atingir a civilização, poderiam elevá-lo a categoria de um mestiço que representaria a conjunção das diferentes etnias que constituíram a identidade nacional. Porém, este movimento só poderia ocorrer no decurso do tempo, num ritmo próprio e sem muitas interferências externas, sem que houvesse um aumento do cruzamento racial. Logo, a população sertaneja lá ficou “evolvendo em círculo apertado durante três séculos, até à nossa idade, num abandono completo, de todo alheias dos nossos destinos, guardando, intactas, as tradições do passado” (CUNHA, 2016, p. 110).

Na construção da população sertaneja, Euclides, em seu esforço para compreender o interior do Brasil e os desdobramentos que culminaram com a guerra de Canudos, cria estratégias que o possibilitem conciliar um fenômeno peculiar às teorias que ele acreditava que explicariam o período no qual o Brasil se encontrava. Estas estratégias reforçam a ideia do tempo como elemento chave para compreender seu pensamento.

A etnografia é uma das formas pelas quais se manifesta a importância que a temporalidade assume em diferentes discursos. Rodrigo Turin analisa a configuração e a elaboração do discurso etnográfico na sociedade brasileira, mapeando diferentes conjuntos de textos e autores em períodos diversos. Para ele, Euclides da Cunha, juntamente com Capistrano de Abreu, Silvio Romero e Celso de Magalhães, “[...] promoveram uma naturalização e uma secularização do tempo histórico” (TURIN, 2013, p. 14).

Eles teriam sido responsáveis pela desconstrução da tradição que havia sido firmada pelo IHGB acerca do saber etnográfico, assim como, realizaram um entrelaçamento entre “discurso etnográfico e histórico, mantidos, até então, devidamente separados”. Deste modo,

“[...] Ao aplicar o discurso etnográfico como meio de interrogar a identidade nacional, incluindo assim, não apenas os indígenas – como o fizeram os sócios do IHGB e os cientistas do Museu Nacional –, mas também africanos e europeus, acabaram por produzir uma narrativa da história nacional pautada por uma temporalidade mais profunda e anônima. O discurso etnográfico, nesse sentido, foi usado de maneira herética como um modo de reescrever a história nacional a partir de novas expectativas intelectuais e políticas (TURIN, 2013, p. 14-15).

A reescrita implica no aparecimento de novas temporalidades e novas funções para conceitos e campos dos saberes que estavam sendo delimitados, no Brasil, desde o início do século XIX. Como dito anteriormente, o advento da República trouxe consigo a frustração das expectativas de certo grupo de intelectuais, que viam nela a possibilidade de uma mudança que produziria um efeito de progresso e inserção na história das nações consideradas altamente civilizadas.

O encontro com uma realidade particular permitiu o delineamento de novas ideias acerca do tempo. Sevcencko, bem como outros autores, colocou que havia uma sensação de descompasso que se incutia na forma como eram percebidas as mudanças do período.⁷⁷

⁷⁷ Entre os principais autores que se dedicaram ao assunto mencionado estão: NICOLAZZI (2011), MELLO, (2009; 2011).

A conciliação entre passado e presente se fazia necessária para a execução do projeto de nação que almejavam os letrados do período.

Assim, ao ser revelado para o restante do país, Canudos reforçava a heterogeneidade que o país vivia, não conseguindo manter uma linearidade e simultaneidade dos processos em todas as regiões brasileiras. O jagunço representava, desse modo, um tempo inerente àquela comunidade e que contrastava imensamente com o tempo vivido pela população litorânea.

Canudos, portanto, pode ser entendido como uma temporalidade não coetânea ao restante do Brasil. Para Euclides, a temporalidade do jagunço era mais que um hiato ou vácuo, sua narrativa constrói a percepção de que aquela população pertencia a um tempo diverso, afastado da contemporaneidade, ou seja, um tempo particular do jagunço. Ao isolamento físico daquela comunidade pode ser acrescentado um isolamento temporal, onde o tempo adquire características próprias marcadas, especialmente, por uma lentidão e imobilidade que atingia os diversos âmbitos de suas vidas, desde o desenvolvimento físico, o qual manifestava uma homogeneidade que não era percebida nas etnias litorâneas, até o desenvolvimento de características sociais e morais que, normalmente, estavam vinculadas as populações consideradas modelo de civilização e com um grau menor de mestiçagem.

A percepção e a compreensão dos fenômenos que se desenvolveram durante a guerra e, mesmo a formação daquela comunidade, não poderiam ser facilmente interpretados. Eles necessitavam de alguém que fosse capaz de lançar um olhar efetivo sobre aquelas paragens e aquelas pessoas. Como descreveu José Verissimo, no lançamento de *Os Sertões* em 1902:

[...] é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um *etnógrafo*; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que *sabe ver e descrever*, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato do homem [...] (CUNHA, 2016, p. 634).

“Sabe ver e descrever”, eram ações importantes para garantir a legitimidade de seu conhecimento. Além disso, ao ser retratado como *etnógrafo* por Verissimo, Euclides pode ser pensado como aquele que sabe e outorga um olhar sobre o hiato que havia se formado no interior do Brasil. A impressão que se tem, é que apenas o autor possuiria a autoridade e a habilidade necessária para, ao atravessar o sertão, promover o encontro

entre a civilização e a barbárie, avançando sobre o isolamento físico e temporal em que se encontrava Canudos.

Desse encontro, não se poderia esperar uma fusão de culturas diferentes, mas um embate entre forças díspares. O choque entre duas temporalidades diversas manifestado através da violência e do embate inevitável, onde coube ao etnógrafo do sertão a tarefa de negar-lhes a coetaneidade para, dessa maneira, ao estabelecer a distância entre litoral e sertão, ele determinar o que deveria ser resgatado daquela temporalidade que ia se perdendo conforme o exército ia avançando sobre Canudos. Euclides, aparentemente, se colocava como o único capaz de cruzar as diferentes temporalidades que separavam o litoral do sertão. Ele seria o agente capaz de integrar as disparidades que envolviam o país naquele momento, contrariamente ao exército, que cumpriria a função de aniquilamento que populações consideradas atrasadas sofreriam por não serem capazes de superar o estágio atrasado em que viviam em busca das transformações necessárias para o pertencimento a uma identidade e a uma vida nacional e moderna.

3.6 Atravessando temporalidades

Viajante observador, como já mencionado, é a categoria criada por Nicolazzi para se referir ao papel da viagem e do olhar de Euclides da Cunha sobre o interior do país. Proponho aqui, a partir dos desdobramentos desta imagem, uma modificação sutil nesta categoria: de viajante observador, para etnógrafo viajante. Ou seja, como etnógrafo, ele realizaria a observação do outro (jagunço) distanciando-o da contemporaneidade vivida pelo litoral. Como viajante seria igualmente capaz de, ao cindir temporalidades, atravessá-las, garantindo, deste modo, um outro conhecimento acerca do sertão, que não poderia ser alcançado pelo exército ou pelo governo, mas somente pelo viajante que fosse também um etnógrafo.

É na última parte de seu livro, denominada *A Luta*, que Euclides delinea contornos descritivos um pouco diverso das partes anteriores. Nela, o autor está preocupado em narrar os episódios vividos pelo exército com riqueza de detalhes, como se ele estivesse participando das campanhas desde o começo.⁷⁸ Além disso, são expostos

⁷⁸ Euclides parte da Bahia em 31 de agosto, chegando a Canudos em 12 de setembro. Em razão de sua saúde, agravada pelas condições da Campanha, o autor retorna a capital antes da “queda” de Canudos, em 06 de outubro de 1897. CUNHA, Euclides. *Canudos. Diário de uma Expedição*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2016, p. 157.

uma série de particularidades que descrevem os acontecimentos de forma quase diária. Muitos destes eventos foram escritos primeiramente em sua *Caderneta de Viagem* e no *Diário de uma Expedição* (CUNHA, 2016; 1966).

Desde sua chegada à Bahia, Euclides se dedica a pesquisar informações sobre o conflito, o arraial e, especialmente, a figura de Antônio Conselheiro. O fato de ter sido obrigado a aguardar quase um mês antes de poder viajar para Canudos, deixava-o preocupado e quiçá um tanto irritado, pois tinha certeza que ao chegar lá o exército teria derrotado os jagunços. Por essa razão também que ele aproveitou sua estadia dessa maneira.

No entanto, tais temores se revelaram infundados, e ao avistar Canudos, entre as diversas sensações que o acometeram, o que primeiro lhe chamou a atenção foi a disposição do relevo e como a comunidade se aproveitou, intencionalmente ou não, da paisagem que os cercavam. O jogo de antíteses que vinha marcando a narrativa euclidiana agora se transmuda num jogo de ilusões. Nada do que o olhar abarca é percebido em sua totalidade, há uma dificuldade em enxergar com clareza.

Conforme os batalhões adentram o sertão, opera-se uma transformação que os leva a “[...] um recuo prodigioso no tempo; um resvalar estonteador por alguns séculos abaixo” (CUNHA, 2016, p. 512). Este recuo temporal até o tempo do jagunço faz com que reavive o embate secular em que jaz aquela região. O jagunço, em seu estado primitivo, estaria destinado à luta para assim superar o estágio evolutivo no qual se encontrava e adentrar a temporalidade litorânea.

O enfretamento, no entanto, não ocorre de forma justa ou igualitária, pois o exército, ao romper a temporalidade sertaneja só poderia fazê-lo através da violência. Dessa forma, Euclides vê no revidar do jagunço uma reação normal, pois da forma como a situação vinha sendo conduzida pelo governo, não restavam muitas alternativas a não ser se utilizar igualmente da violência e, assim, “A campanha de Canudos despontou da convergência espontânea de todas estas forças desvairadas, perdidas nos sertões” (CUNHA, 2016, p. 212). Forças essas, unidas através de instintos primitivos voltados à sobrevivência, que despertavam as piores reações, uma vez que ao descer

[...] as vertentes, em que se entalava aquela furna enorme, podia representar-se lá dentro, obscuramente, um drama sanguinolento da Idade das Cavernas. O cenário era sugestivo. Os atores, de um e de outro lado, negros, caboclos, brancos e amarelos, traziam, intacta, nas faces, a caracterização indelével e multiforme das raças – e só podiam unificar-se sobre a base comum dos instintos inferiores e maus (CUNHA, 2016, p. 512-513).

O tempo da civilização se apresenta como aniquilador, pois não há como incorporar o atraso da população sertaneja na temporalidade moderna em que vive o litoral, marcada pela aceleração constante. Desta maneira, “[...] Era preciso que saíssem afinal da barbaria em que escandalizavam o nosso tempo, e entrassem repentinamente pela civilização adentro, a pranchadas” (CUNHA, 2016, p. 242). A não ser que este tempo fosse representado pelo olhar e pela presença “neutra” do etnógrafo. A neutralidade se refere aqui a possibilidade que se abriria a Euclides, ao assumir o papel de etnógrafo viajante, de transitar entre as temporalidades sem interferir de forma violenta, como fazia o exército, na realidade sertaneja, com isso a incorporação do sertanejo à sociedade civilizada, poderia ter-se dado de outra forma que não fosse pela exterminação do jagunço.

Neste sentido, nota-se que a guerra de Canudos parece ter embaralhado ainda mais as diversas temporalidades que existiam entre o sertão e o litoral. Com o avançar das tropas, regressa o tempo igualmente. O isolamento a que estavam submetidos os jagunços é rompido por meio do embate com as forças republicanas. O embate já era algo recorrente para aquela população, primeiro a própria natureza havia sido moldada através de justaposições, perturbações e rompimentos que ocorriam desde os tempos mais remotos, em seguida o homem, também é moldado e molda a natureza, enfeixando a luta pela vida, assumindo o confronto que parece cercar aquele local e ser intrínseco a existência da vida no sertão.

O conflito contra os jagunços apontou novos indícios acerca dos antagonismos existentes entre a civilização e a barbárie. Em determinados momentos do texto, Euclides promove uma inversão destas categorias, atribuindo a selvageria aos representantes litorâneos e modos civilizados aos jagunços.

[...] Revelou que pouco nos avantajáramos aos rudes patrícios retardatários. Estes, ao menos, eram lógicos. Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas (CUNHA, 2016, p. 332-333).

Assim, para Euclides, o estágio evolutivo do jagunço não permitia a abstração necessária para compreender o significado do regime republicano e da nação como vinha sendo pensada pelos intelectuais do período, fortemente moldada pelos valores

civilizacionais europeus, como já dito em outro momento do texto. Para o autor, eles se encontravam na fase “evolutiva em que só é conceitável o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro” (CUNHA, 2016, p. 191).

Por essa razão, para ele, não havia como pensar a guerra de Canudos a não ser em termos de “um refluxo em nossa história”. A sobrevivência de traços do que ele chama de “uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doudo”, que não era possível conhecer em razão do isolamento que cercou aquela região (CUNHA, 2016, p. 191). O notável era que a sobrevivência desses traços se tornava mais uma prova do embate entre a barbárie e a civilização, acusando as discrepâncias temporais e evolutivas que existiam no Brasil, uma vez que elas

[...] despontam em todos os tempos e em todos os lugares como anacronismos palmares, contrastes inevitáveis na evolução desigual dos povos, patentes sobretudo quando um largo movimento civilizador lhes impele vigorosamente as camadas superiores (CUNHA, 2016, p. 191).

Neste sentido, para Rosenfield, “O atraso do sertanejo não é resultado de uma degenerescência racial, mas de um desencontro histórico” (ROSENFELD, 2005, p. 87). Assim,

[...] Euclides utiliza o vocabulário técnico da filosofia hegeliana; em outras palavras, ele insinua que o sertanejo era destinado a um conflito (que não ocorreu), mas que poderia tê-lo transformado em agente-mediador de um processo histórico que poderia ter tirado o Brasil da ‘margem da história’ (ROSENFELD, 2005, p. 87).

A ideia de desencontro histórico de que trata a autora pode ser confrontada com a leitura que Costa Lima realizou acerca de *Os Sertões*. Ele vê na noção de rocha viva, que permeia a obra euclidiana, o que seria a origem para uma nação que teria alcançado, posteriormente, o ápice de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, a evolução teria sofrido reveses, como por exemplo, a ruptura ocasionada pela “civilização de empréstimo”, que tomou conta do litoral. Outro caso seria o próprio sertão, onde uma sociedade inteira surge como fruto de um desenvolvimento interrompido. O jagunço representaria a chance de um desdobramento mais produtivo, se as peculiaridades daqueles sujeitos tivessem sido levadas em conta, dando-lhes a oportunidade de um enfrentamento histórico equilibrado.⁷⁹

⁷⁹ Costa Lima também comenta algo semelhante ao estabelecer que “[...] Só a lenta passagem do tempo daria consistência e sentido à opção pelo sertanejo. Pois, só a longo prazo, mantendo-se estáveis as instituições, *i.e.*, não aumentando ainda mais a distância entre o país real e o seu aparato jurídico, o Brasil teria condições de se integrar ao concerto das nações” (LIMA, 1997, p. 44).

Na defasagem temporal que existiria entre sertão e litoral, entre atraso e progresso, o que poderia ter mudado o curso da história brasileira era ter permitido o confronto justo entre as duas realidades distintas. De acordo com Rosenfield, a representação construída por Euclides é de que este embate deveria ter ocorrido no passado, quando seria possível igualar as forças entre ambos, pois não estariam em estágios evolutivos tão desiguais.

[...] o sertanejo poderia ter sido agente da história universal, se uma constelação favorável tivesse permitido um confronto entre o litoral e o sertão antes do avanço da civilização científica e industrial. Este tipo de confronto poderia ter incluído o Brasil na marcha da História (ROSENFELD, 2005, p. 87).

No entanto, o que ocorreu foi o oposto. Os representantes da civilização foram encarregados da eliminação da diferença que lá se colocava. Euclides ressentia-se por não ter sido aproveitada a oportunidade de estudar o fenômeno que abarcava aquela sociedade, ao invés de atacá-los.

Entre nós, de um modo geral despertou rancores. Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmos-las, corrigirmos-las ou anularmos-las. Não entendemos a lição eloquente (CUNHA, 2016, p. 333).

As dicotomias entre as categorias mencionadas até aqui – civilização e barbárie, atraso e progresso, isolamento e fusão – continuarão a projetar as diferenças temporais que se instituíam no Brasil.

3.7 Exército e jagunço: o choque e a subversão das temporalidades

Se Euclides opera uma inversão de papéis entre exército e os jagunços, pode-se igualmente apontar uma alteração na passagem do tempo, como passaremos a discutir. Neste refluxo para o passado, o exército invade uma temporalidade lenta, quase imóvel que abarca inteiramente o sertão, pois, diferentemente do etnógrafo viajante, ele não conseguiria transpor o hiato temporal que havia se estabelecido naquela região. Assim, o choque entre duas temporalidades distintas seria inevitável.

Na luta que se instaura, por diversas vezes de nada adiantavam as vantagens do “progresso”, vislumbradas especialmente no armamento que será utilizado pelo exército

ou na linha férrea que cruzava aquela região.⁸⁰ O sentimento que se abatia sobre os soldados era o de estar penetrando um mundo desconhecido em nada semelhante ao que estavam acostumados. Euclides considerava que

Está-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra. O vaqueiro encourado emerge da caatinga, rompe entre a casaria desgraciosa, e estaca o campião junto aos trilhos, em que passam vertiginosamente, os patrícios do litoral, que não o conhecem (CUNHA, 2016, p. 466).

Neste momento, ocorre o rompimento das temporalidades que separavam litoral e sertão. Ao invadirem o sertão, a vertigem da mudança é estancada pela imobilidade daquela sociedade, pelos quadros estranhos que os transportavam para o tempo do jagunço.

Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam essa transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria (CUNHA, 2016, p. 466).

Esse longo afastamento parecia ainda mais dilatado pelo fato de que tudo era mais demorado no sertão. Nada se realizava de forma rápida, sem transtornos, tudo parecia se arrastar.

A entrada no arraial de Canudos, por exemplo, era realizada de forma lenta, desordenada, o que acarretava diversas baixas no exército. No entanto, em meio à descrição acerca da confusão com a qual os soldados buscavam avançar sobre os jagunços, Euclides volta a elaborar comparações com outros períodos históricos, ao que parece, sob o pretexto de compreender melhor o cenário e as motivações que a luta incitava, bem como as ações impensadas que levaram à morte diversos soldados. Por outro lado, nesta narração quase diária do ataque a Canudos, começam a despontar elementos que irão, repetidas vezes, culminar com a inversão dos papéis, como mencionado mais acima.

⁸⁰ “A linha férrea corre no lado oposto. Aquele liame do progresso passa, porém, por ali, inútil, sem atenuar sequer o caráter genuinamente roceiro do arraial” (CUNHA, 2016, p. 466).

Desta maneira, alguns soldados serão descritos como protagonistas de “arrojados lances”, onde se poderia notar “[...] um traço singular de heroicidade antiga, revivendo o desprendimento doentio dos místicos líderes da média idade” (CUNHA, 2016, p. 419). Isto, porque em sua opinião, é perfeitamente normal encontrar nas sociedades “retrocessos atávicos notáveis”, processo que estava ocorrendo no Brasil desde o início da República, onde a luta pelo novo regime adquiriu contornos, “[...] sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrara todo o estado emocional, desvairando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados” (CUNHA, 2016, p. 419).

Neste paralelo com as Cruzadas do período medieval, Euclides escreve que mesmo não carregando consigo o símbolo da cruz, estes combatentes possuíam “[...] colgada ao peito esquerdo, em medalhas de bronze, a efígie do marechal Floriano Peixoto [...]” (CUNHA, 2016, p. 420). Estas similitudes culminariam com o que o autor vinha percebendo do agir do jagunço e daquela população insulada, onde muitas atitudes eram compreendidas como pertencendo a estágios mais atrasados de desenvolvimento. Deste modo, quando os soldados que portavam a figura do marechal, estavam prestes a sucumbir nunca deixavam de saudar a sua memória. Euclides percebe nestas atitudes, “[...] o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática, com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro...”, marcando assim os traços de um primitivismo recorrente as religiões. (CUNHA, 2016, p. 420).

Para além do fanatismo religioso que a política os induzia, tanto quanto o Conselheiro o fazia com a população sertaneja, outra marca da inversão de papéis que sinalizava Euclides está nas consequências da guerra e na atuação dos soldados no ataque ao arraial de Canudos. O desconhecimento da região, seu isolamento e quiçá o fato de adentrarem em outra temporalidade, mais primitiva, como o autor aludiu diversas vezes, demonstrou o despreparo do exército. Não havia uma logística adequada, as táticas praticadas não funcionavam naquela região com caracteres tão particulares, não sendo nem mesmo possível manter o abastecimento adequado das tropas, entre outros problemas que foram surgindo referentes a organização das campanhas.

A natureza bárbara que circundava uma população igualmente bárbara, na visão do autor, parecia trazer à tona traços atávicos, hereditários, que resultavam em ações similares a de trogloditas que em nada lembravam a vivência dentro de um estado civilizacional, ainda que não ideal, no qual se situava a população litorânea. O estado geral das tropas, onde muitos desertavam, vagando na tentativa de voltarem para casa,

acabava gerando o que Euclides chamou de “[...] bandos revoltos rompiam-no espalhando estragos, como se foram restos de uma caravana de bárbaros claudicantes” (CUNHA, 2016, p. 436).

Os atos, considerados bárbaros, que seguiam sendo realizados pelo exército, e a forma como os sertanejos se portavam ao descobrirem que seriam mortos através da degola, aumentava a percepção da excentricidade daquela população cujos traços oscilavam entre barbárie e civilização.⁸¹ Em determinadas situações ficavam explícitos elementos que seriam desejáveis para toda a população de um país e apreciados pelas nações consideradas civilizadas, como por exemplo, a força, o porte estoico visto nos jagunços, especialmente em seus momentos derradeiros, encarando seu destino fatal – sua extinção pelas armas.

Nessas ocasiões, Euclides os descrevia como participantes de uma inversão de estágios evolutivos. Os jagunços, que foram considerados como bárbaros/selvagens/primitivos ao longo do livro, são capazes de agir conforme os preceitos impostos pela sociedade litorânea, cumprindo o que se esperava de pessoas tidas como civilizadas.

É o caso retratado pelo escritor quando fala de um dos poucos “negros puros”, que havia sido preso no final de setembro de 1897. Para os soldados não havia necessidade de perder tempo tentando interrogá-lo, haja visto que, na sua visão, ele apresentava traços animalescos. Ao preparem a corda pela qual o levariam ao derradeiro destino, ele mesmo auxiliou a colocação dela em torno de seu pescoço. A iniciar a caminhada “para o suplício”, operou-se nele uma transformação completa. No lugar de traços rebaixados e de “longas pernas murchas, despontaram, repentinamente, linhas admiráveis – terrivelmente esculturais – de uma plástica estupenda” (CUNHA, 2016, p. 510). Estas alterações surpreendiam Euclides, que parecia ver naquela população, especialmente nesses instantes, traços que os distinguiam do tipo de mestiçagem que havia ocorrido no litoral. Ainda sobre esse episódio, ele escreveria:

[...] Seguiu impassível e firme; mudo, a face imóvel, a musculatura gasta duramente em relevo sobre os ossos, num desempenho impecável, feito uma estátua, uma velha estátua de titã, soterrada havia quatro séculos e aflorando, denegrada e mutilada, naquela imensa ruína de

⁸¹ Entre as escassas informações que o exército conseguia por meio dos prisioneiros, descobriram que, para os jagunços a morte por uma “lâmina fria” (degola) era a pior forma possível de acabar com a sua existência. “[...] Como se sabia, o supremo pavor dos sertanejos era morrer a ferro frio, não pelo temor da morte se não pelas suas consequências, porque acreditavam que, por tal forma, não se lhes salvaria a alma” (CUNHA, 2016, p. 508).

Canudos. Era uma inversão de papéis. Uma antinomia vergonhosa... (CUNHA, 2016, p. 510).

É possível que, a demonstração de tais características tenham inspirado Euclides a designá-los como “rocha viva da nossa nacionalidade”, justamente por surpreenderem o autor com a capacidade de agir de forma contrastante com o estágio civilizacional em que se encontravam, ou melhor, que a eles era atribuído, especialmente por estarem isolados do restante do país e a separação se caracterizar não apenas por meio da distância espacial, mas de forma igualmente marcante, pela distância temporal que se impunha entre litoral e sertão.

O choque da civilização com a barbárie – teria transformado, como já dito, civilizados em bárbaros e vice-versa – em uma luta que era inevitável, segundo Euclides, pois os jagunços estavam fadados a desaparecerem de uma forma ou de outra, ainda assim, pode-se dizer que as temporalidades se mesclaram momentaneamente, permitindo ao jagunço ser mais forte, mais justo e civilizado que o próprio integrante do exército. Esta vantagem, no entanto, desaparece ao longo da luta, prevalecendo as suas características primitivas, de atraso civilizacional – a luta não poderia ser justa, pois não se localizava na mesma época.

É o desencontro histórico de que falava Rosenfield, uma vez que as condições do exército eram superiores por pertencerem “[...] a uma fase de desenvolvimento (tecnológico e econômico) que lhe garante uma supremacia material sobre os sertanejos atrasados, de forma que os aniquila [...]” (ROSENFELD, 2005, p. 82).⁸² A partir da ideia de desencontro histórico da autora pode-se inferir também o peso da multiplicidade de estratos temporais que coexistem e não podem mais ser enumerados a fim de produzir uma sucessão linear e ordenada, perseguindo a ideia de um constante progresso.

A guerra de Canudos conduziria a outras estranhezas no que tange às relações e inversões entre as temporalidades de jagunços e litorâneos, como por exemplo, a inesperada supremacia dos jagunços, que durante dez meses fizeram frente a um exército bem armado, sendo que estes em todos os aspectos se localizavam em níveis inferiores de desenvolvimento. Assim, se esta campanha representou um refluxo para o passado,

⁸² A autora conclui que “Estes desencontros significam, na história brasileira, chances abortadas de entrar na história universal”. Esta categoria hegeliana é utilizada por ela para analisar a obra de Euclides da Cunha. Assim, “Uma série de detalhes (por exemplo, a valorização do heroísmo sertanejo) indica que Euclides compartilha a ideia hegeliana da ‘luta à morte’, isto é, de um enfrentamento pondo à prova a autenticidade dos termos conflitantes (princípios imediatos)”. Porém, este por “à prova”, só poderia se concretizar entre estágios culturais semelhantes (ROSENFELD, 2005, p. 81).

mesmo que as tropas não tenham sido capazes de superar o hiato temporal que se colocava entre eles e os sertanejos, esta distância temporal não deixou de produzir um efeito.

Deste modo, “[...] reeditando por nossa vez o passado, numa entrada inglória, reabrindo nas paragens infelizes as trilhas apagadas das bandeiras...”, os soldados reafirmaram, de certa forma, o legado que a civilização havia imposto a eles (CUNHA, 2016, p. 192). A violência da guerra e da conquista, no entanto, não os deixaria de surpreender, uma vez que ao adentrar o sertão não havia como escapar dos efeitos da temporalidade que ali dominava.

[...] uma monotonia acabrunhadora... A sucessão invariável das mesmas cenas no mesmo cenário pobre, despontando às mesmas horas com a mesma forma, davam aos lutadores exaustos a impressão indefinível de uma imobilidade no tempo” (CUNHA, 2016, p. 400).

A forma de luta que se instaurou no sertão permite entrever uma mudança importante nas relações que se estabeleceram entre as duas partes do conflito. Ao se embrenharem no interior da Bahia com equipamentos modernos, as tropas pareciam indicar que o conflito se extinguiria de forma rápida devido a desproporcionalidade material que existia entre ambos. No entanto, o que parece ter acontecido foi que a temporalidade lenta do sertão acabou produzindo um retardamento no encerramento do conflito. A tecnologia, símbolo da modernidade, não acelerava a luta, ao contrário, ela produzia e reforçava a lentidão que abarcava a vida sertaneja.

Deste modo, a entrada na temporalidade sertaneja invertia de certa forma o movimento temporal. A aceleração tecnológica dava lugar a lentidão e monotonia, enquanto o jagunço, dentro de sua temporalidade se movia de forma ágil e ordenada, o que lhe oferecia vantagens e lhe dava uma certa supremacia, que perdurou durante boa parte do conflito.

Como lutadores primitivos, Euclides coloca que intencionalmente ou não, eles desenvolveram táticas importantes que impediam o avançar das tropas republicanas.⁸³ Utilizando-se de estratégias de separação e trincheiras naturais, pois a natureza, de forma geral, é colocada como a grande aliada dos jagunços, ao mesmo tempo em que é considerada pelo autor como a grande adversária do exército. A partir destes métodos, o inimigo se torna invisível, causando “Então estranha ansiedade [que] invade os mais provados valentes, ante o antagonista que vê e não é visto” (CUNHA, 2016, p. 226).

⁸³ “A tática invariável do jagunço, expunha-se temerosa naquele resistir as recuadas, retribuindo-se em todos os acidentes da terra protetora” (CUNHA, 2016, p. 390).

Os ataques dos jagunços passam a ser narrados de forma a indicar a agilidade, o movimento e a ordem que os determinavam. Sendo assim,

O inimigo apareceu outra vez. Mas *célere, fugitivo*. Algum piquete que bombardeava a tropa. Dirigia-o Pajeú. O quadrilheiro famoso visara, à primeira vista, um reconhecimento. Mas, de fato, como o denunciaram ulteriores sucessos, trazia objetivo mais inteligente: renovar o delírio das cargas e um marche-marche doudo, que tanto haviam prejudicado a expedição anterior. Aferrou a tropa num *tiroteio rápido*, de flanco, *fugitivo*, acompanhando-a *velozmente* por dentro das caatingas. *Desapareceu. Surgiu*, logo depois, adiante. Caiu num arremesso vivo e *fugaz* sobre a vanguarda, feita neste dia pelo 9º de infantaria. Passou, num *relance*, acompanhado de poucos atiradores, por diante, na estrada. *Não foi possível distingui-los bem*. Trocadas algumas balas, *desapareceram* (CUNHA, 2016, p. 354).⁸⁴

Contrastando com as táticas dos sertanejos, o exército republicano ainda estava preso as formações clássicas utilizadas em diversas guerras ao longo do tempo. Sistema que se mostrou inútil frente as peculiaridades do sertão, pois naquela temporalidade a “ordem” era determinada de outra forma, e o efeito alcançado pelas táticas guerrilheiras era exatamente o oposto de sua intenção. Diante do choque com o selvagem,

Ninguém deliberava. Todos agiam. Ao acaso, estonteadamente, sem campo para o arremesso das cargas ou para a manobra mais simples, os pelotões englobados atiravam a esmo em pontarias altas para não se trucidarem mutuamente, contra o inimigo sinistro que os rodeava, intangível, *surgindo por toda a parte e por toda a parte invisível* (CUNHA, 2016, p. 364).⁸⁵

Os jagunços impunham essa forma de luta, pois eles haviam percebido a importância de formar o que o autor vai chamar de “tropas irregulares”, que adquiriam vantagens sobre a forma de relevo e organização que era colocada, por exemplo, pelas forças representantes do governo, e isso, eles haviam percebido há mais de um século.⁸⁶ “Devíamos, num transe igual, adotá-la. Era sem dúvida um recuo inevitável à guerra primitiva. Mas quando não o impusesse o jagunço solerte e bravo, impunha-o a natureza excepcional, que o defendia” (CUNHA, 2016, p. 225).⁸⁷

⁸⁴ Grifos meus.

⁸⁵ Grifos meus.

⁸⁶ Euclides escreve: “Foi o que perceberam, desde muito, os nossos patrícios de há mais de cem anos”. O autor localiza o uso dessas táticas a partir do século XVII, na figura dos chamados *capitães do mato*, que se embrenhavam nas matas em pequenos grupos para atacar quilombos e revoltosos. A tática, no entanto, tinha uma origem mais antiga, “[...] Imitando o próprio sistema do africano e do índio, os sertanistas dominavam-nos graças à mesma norma que se traduz por uma fórmula paradoxal: - dividir para fortalecer”. E esta é a tática que o autor recomendava para o exército que lutava em Canudos (CUNHA, 2016, p. 224; CUNHA, 2016, p. 225), respectivamente.

⁸⁷ Ainda de acordo com o autor: “A natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu, indomável. É um titã bronzado fazendo vacilar a marcha dos exércitos” (CUNHA, 2016, p. 230).

A natureza, que como já deve estar nítido neste trabalho, ocupa um papel central na narrativa euclidiana, desempenhando um protagonismo manifesto em cada parte do livro. Como personagem importante da trama, na luta ela adquire a posição de defensora dos jagunços, se transformando numa guerreira. Assim, “[...] as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem” (CUNHA, 2016, p. 225-226). Elas o transformam em um “guerrilheiro-tugue, intangível...”, ao mesmo tempo em que elas “[...] não o escondem apenas, amparam-no” (CUNHA, 2016, p. 226).⁸⁸

Por meio desta aliança entre a natureza e o homem, o jagunço se fortalece e consegue passar despercebido no cenário da luta. Durante todo o período do conflito nunca se teve absoluta certeza da quantidade de antagonistas que o exército enfrentava.⁸⁹

A incerteza fazia parte do cotidiano da luta, ao mesmo tempo, a sensação que se cria era de que o tempo do jagunço levava a uma inversão na função do olhar, conforme argumentei até aqui. À medida em que o olhar do etnógrafo e sua presença no sertão produzia conhecimento, o mesmo não ocorria com o exército. O olhar do civilizado desaparecia em meio ao sertão, uma vez que a presença das tropas republicanas promovia uma transformação violenta da experiência social do tempo. Os soldados não viam o inimigo.

A cegueira possivelmente fosse resultado da impossibilidade de superar o hiato temporal que existia entre eles e os jagunços, restando apenas o recurso da violência como ação. Diferentemente do que acontecia com Euclides, que ao se colocar na posição de etnógrafo viajante, realizava a travessia entre diferentes regimes de historicidade, sem alterá-los, ou seja, sem provocar mudanças significativas, fossem elas positivas ou negativas, diversamente dos soldados que chegavam de forma avassaladora.

A impossibilidade de atravessar as fronteiras da temporalidade sertaneja tornava-os cegos para o inimigo e igualmente, sem possibilidade de compartilhar o mesmo tempo, o que trazia como consequência a incompreensão do que se passava naquela região. Por outro lado, a análise das inversões propostas por Euclides da Cunha apresentou também a questão da aceleração temporal, que aqui apareceu contraditoriamente ao lado dos

⁸⁸ Euclides escreve ainda que a “A luta é desigual. A força militar decai a um plano inferior. Batem-na o homem e a terra”. (CUNHA, 2016, p. 229).

⁸⁹ “No fim de três horas de fogo os atacantes não tinham adquirido um palmo de terreno. A quinhentos metros dos adversários, não tinham – milhares de vistas fixas nas vertentes despidas – lobrigado um único sequer. Não lhes avaliavam o número” (CUNHA, 2016, p. 375).

jagunços, mas que a seguir será observada do ponto de vista de sua adequação à temporalidade da civilização.

3.8 Aceleração como produtora de diferenças

Além das questões colocadas acima, Euclides menciona que não se tratava somente de questões políticas, não era propriamente um ataque à república o que acontecia nos recantos do interior da Bahia, mas o que parecia estar em jogo eram questões ligadas ao cerne da nacionalidade brasileira. A abordagem do problema de Canudos pelo governo é criticada em diversos momentos do texto euclidiano. O ponto de vista do autor não fica claro ao longo das páginas de seu texto. De certa maneira, não parecia se assentar sobre a defesa do jagunço e da mestiçagem em si, mas sim do reconhecimento dos limites do regime republicano, da decepção que ele produziu no círculo intelectual e o quão distante se colocava a construção de uma nação forte e alinhada com os ideais civilizacionais.⁹⁰

Assim, para o autor, Canudos “Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta. Entretanto enviamo-lhes o legislador Comblain; e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador – a bala” (CUNHA, 2016, p. 194).

. Mesmo não sendo possível viver coetaneamente, as tropas de alguma maneira eram afetadas pela temporalidade primitiva do sertão. A violência do ataque aos sertanejos repercutia sobre o ânimo dos soldados que acabavam manifestando características bárbaras, nos dizeres de Euclides. Atos vis eram protagonizados pelos representantes oficiais da república, como se esse tênue ponto de contato entre as temporalidades tivesse o efeito de aflorar os piores traços da miscigenação.⁹¹

⁹⁰ Costa Lima aponta para as interpretações que sua obra sofreu, especialmente no que tange ao papel da mestiçagem e a alcunha de rocha viva atribuída em diversos momentos por Euclides à sociedade sertaneja. Assim, “[...] não é cômodo o perfil da brasilidade – tomar a “rocha viva” como base, fonte ou origem, equivaleria a ressaltar uma sociedade de entes biologicamente retrógrados. Isso talvez explique a tendência dos comentadores de Euclides, que, quanto mais simpáticos às teses do autor, mais descartam suas considerações étnicas, considerando-as decorrências de uma ciência ultrapassada, e preferem realçar o que lhes parece decisivo: a afirmação de uma essência que orientaria o projeto de nacionalidade e a denúncia da “civilização de empréstimo”” (LIMA, 1997, p. 44-45).

⁹¹ Exemplo são as mortes realizadas pelo exército com a sanção de seus superiores, onde as tropas se revestem desse caráter mais primitivo, invertendo o comportamento que seria condizente com seu estágio evolutivo. Na opinião de Euclides: “Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades” (CUNHA, 2016, p. 507).

A visão negativa que Euclides desenvolveu em sua escrita estava igualmente atrelada a sua concepção de civilização. Para ele, o litoral e o Brasil de uma forma geral, teriam cultivado o que ele chamou de “civilização de empréstimo”.

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos das outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos... (CUNHA, 2016, p. 191-192).

Sendo considerada como uma “civilização de empréstimo”, dificilmente funcionariam aqui os mesmos ideais e elementos que destacavam outras sociedades a ponto de serem consideradas como modelo a seguir. Deve-se ainda, refletir acerca do impacto da colonização sobre a formação social brasileira. Euclides parecia notar que a dificuldade do Brasil também residia no que se poderia chamar de falta de liberdade e de tempo para construir uma nação moderna e civilizada, devido as imposições e urgências que foram colocadas desde a chegada dos portugueses até seu presente, onde o regime republicano estava sendo instituído.

Nestes momentos é possível notar o efeito de um tempo em constante aceleração que acaba reforçando o atraso brasileiro num sentido duplo: o da sociedade como um todo, incapaz de alcançar no “tempo certo” o desenvolvimento das outras nações, e o abandono de uma parte da população, representada pela comunidade sertaneja, especialmente quando se pensava a partir dos parâmetros perseguidos pela população litorânea.

As ideias apresentadas por Koselleck acerca das mudanças temporais em suas múltiplas perspectivas, podem ser usadas, mesmo que de forma parcial, para pensar a noção de aceleração enquanto “desnaturalização da experiência temporal que se conhecia até então”. Essa concepção, ao longo do tempo, deu origem a uma série de diferenças, que em determinados contextos serão utilizadas para o estabelecimento de uma hierarquia e, conseqüentemente, uma separação (KOSELLECK, 2014, p. 142).⁹²

⁹² Acerca do termo “desnaturalização do tempo”, o autor ressalta que é impossível dissociá-lo da ideia de natureza (astros e os processos biológicos). No entanto, sua teoria está mais preocupada em demonstrar que “[...] os fatores introduzidos na experiência temporal pelo homem, como ser histórico, resultam em sua

No caso da obra de Euclides, pode-se propor algumas interpretações acerca de como se manifestam as distintas camadas temporais. Duas ideias principais podem ser apontadas. A primeira delas se relaciona com a própria noção de aceleração proposta por Koselleck. De acordo com o autor, a aceleração “[...] é sempre também um conceito em perspectiva, que extrai a sua evidência da comparação entre gerações contemporâneas, as quais compartilhavam um espaço de experiência comum, mesmo que refratado” (KOSELLECK, 2014, p. 153).

Deste modo, proponho pensar a sociedade sertaneja a partir da noção de aceleração e seus desdobramentos para a população que habitava a região canudense. Neste caso, a ideia de contemporaneidade das sociedades litorânea e sertaneja é aplicada enquanto tempo natural e, por isto, ele poderia ser compartilhado. No entanto, quando se trata do tempo histórico, o que Euclides descreve ao longo de sua narrativa é a incompatibilidade temporal que existia entre as duas sociedades.

Tal pensamento pode ser interpretado de diversas maneiras, pois não reconhecer a coetaneidade do sertanejo também era uma forma de estabelecer através da alteridade uma identidade, e com isso determinar quais parâmetros deveriam ser usados para se pensar a nação brasileira. Ao mesmo tempo, ao estabelecer a não contemporaneidade dos jagunços em relação ao restante do Brasil, pelo fato de estarem afastados três séculos em relação ao tempo do litoral ou ainda, muitas vezes por estarem localizados fora do tempo, Euclides reforça a concepção de que esta comunidade não pertenceria ao tempo histórico reconhecido pelo litoral.

Sendo assim, as atitudes suspeitas que os soldados executaram durante a campanha de Canudos não poderiam ser julgadas. Não haveria com o que se preocupar pois, o fato de a população sertaneja se encontrar à margem ou mesmo fora do tempo, impedia que a História chegasse até o interior da Bahia, e com isso um certo julgamento das suas ações. Para o autor, tratava-se muitas vezes de um fenômeno que não deixava de o surpreender – a selvageria que se manifestava de diversas maneiras durante a luta, inúmeras vezes protagonizada pelos representantes da civilização litorânea. O quadro que se desenhava naquela região era descrito como o retorno de características jamais desejadas para uma nação dita moderna.

A animalidade primitiva, lentamente expungida pela civilização, ressurgiu, inteiriça. Desferrava-se afinal. Encontrou nas mãos ao invés

autonomia relativamente maior perante essa natureza da qual o ser humano sempre dependerá. A aceleração causada exclusivamente pelo próprio ser humano é um indício inequívoco desse processo” (KOSELLECK, 2014, p. 142).

do machado de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina. Mas a faca relembra-lhe melhor o antigo punhal de sílex lascado. Vibrou-a. Nada tinha a temer. Nem mesmo o juízo remoto do futuro (CUNHA, 2016, p. 513).

Não havia a possibilidade de intervenção dos poderes públicos a fim de coibir as ações desnecessariamente violentas que se realizaram durante a campanha de Canudos. No excerto transcrito, a faca representaria as ações de degola que eram realizadas pelos soldados. A violência aparecia, dessa maneira, sancionada e amparada pelo Estado.

E lá não chegaria, certo, a correção dos poderes constituídos. O atentado era público. Conhecia-o, em Monte Santo, o principal representante do governo, e silenciara. Coonestara-o com a indiferença culposa. Desse modo, a consciência da impunidade, do mesmo passo fortalecida pelo anonimato da culpa e pela cumplicidade tácita dos únicos que podiam reprimi-la, amalgamou-se a todos os rancores acumulados, e arrojou, armada até os dentes, em cima da mísera sociedade sertaneja, a multidão criminosa e paga para matar (CUNHA, 2016, p. 512).

Não se cogitou resgatar e inserir na temporalidade litorânea os patrícios retardatários do sertão. Não estava previsto um futuro para os jagunços, e isso estava claro desde a nota preliminar de *Os Sertões*.

Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo (CUNHA, 2016, p. 10).

Concomitantemente, ao penetrar no sertão o choque temporal se manifestava de forma irrecusável. Abandonava-se a contemporaneidade, onde se localizava a população do litoral, para, sem efetivamente atravessar o tempo, violar a temporalidade do sertão, resguardada pelo isolamento físico e temporal que cercava a comunidade dos jagunços. “Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava” (CUNHA, 2016, p. 512). O isolamento contribuía para a preservação do tempo do jagunço e o seu desenvolvimento em uma velocidade distinta do restante do país.

Neste abandono, o tempo natural prevalecia como o elemento em comum entre as duas sociedades, pois no que tange ao tempo histórico, ele não chegaria da mesma forma. “Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali”.

(CUNHA, 2016, p. 512).⁹³ Sem essa aproximação temporal não seria possível ultrapassar o hiato que resguardava Canudos.

Ao mesmo tempo, não haveria tempo hábil que pudesse aproximar as duas sociedades. Desse modo, a reação do exército ao se aproximar dos sertanejos durante a invasão a Canudos, mostrou o quão distante os primeiros se encontravam em relação ao restante do Brasil. A incompreensão era reforçada pela falta de coetaneidade que parecia existir entre duas realidades tão distintas. Assim, o desconhecimento e a dificuldade de superar as diferenças que os afastavam tornava o uso da força como uma das alternativas mais viáveis.

A noção de atraso pode ser pensada a partir do referencial teórico desenvolvido por Koselleck. Desta maneira, os desníveis existentes entre as sociedades poderiam, ao menos parcialmente, serem explicados através do grau de desenvolvimento de cada uma – desenvolvimento social, político, econômico e cultural. Entre as consequências desta forma de interpretação estão a criação de hierarquizações, que surgem a partir das discrepâncias que se colocam entre as sociedades, que por sua vez, são cada vez mais exigidas em termos de atualizações visando estar a par do progresso.

Apesar das duas leituras possíveis de seu texto, a do sertanejo como forte ao mesmo tempo que bárbaro e retrógrado, fica a impressão de que sobressai a segunda; na descrição do Quasímodo, Hércules é uma figura de segundo plano, talvez meramente retórica. O selvagem do sertão é aquele que é preciso empurrar para fazer acompanhar a marcha da civilização; é aquele que é preciso trazer para o “nosso” tempo. Ou o progresso ou nada. Subsumido ao discurso da ciência, o sertanejo atrofia: ou é o produto exótico da exacerbação lírica do autor ou é caricatura da espécie, uma “caqueirada humana”, como acusam suas palavras impiedosas (NICOLAZZI, 2011, p. 266).

Com isso, o afastamento de todas as formas da civilização reforçava a distância que se instaurava de diversos modos na narrativa, e que não poderia ser diminuída, uma vez que o atraso só poderia ser recuperado, neste momento,

[...] por meio de uma aceleração. Também aqui aparece a simultaneidade do assíncrono, que contém um grande potencial de conflito. Além disso, apresenta-se nela um enlaçamento de experiência e expectativa, cuja diferença contém o desafio de ser superada de modo acelerado” (KOSELLECK, 2014, p. 163).

⁹³ O autor conclui este capítulo afirmando: “Mas que entre os deslumbramentos do futuro caia, implacável e revolta; sem altitude, porque a deprime o assunto; brutalmente violenta, porque é um grito de protesto; sombria, porque reflete uma nódoa – esta página sem brilhos...” (CUNHA, 2016, p. 513).

A concomitância de temporalidades díspares se chocava no encontro entre soldados e jagunços, que no confronto produziam uma aceleração que não era capaz de aproximá-los, ao contrário, a luta levaria ao extermínio dos sertanejos retardatários. Nicolazzi caracteriza este movimento como uma inversão do tempo, mas também da natureza e do homem, que perpassaria todo o livro. O tempo imóvel ou muito lento, não permitia perceber suas variações, provocando o descompasso no qual aquela região e população estavam inseridas. “[...] *Os sertões* não deixam dúvidas: trata-se sempre de um deslocamento contrário ao movimento fluente da História e que empurra constantemente para fora de *nossa* temporalidade” (NICOLAZZI, 2011, p. 227).

3.9 Inversão e aceleração do tempo: a travessia do etnógrafo viajante

O afastamento, como já dito, não era apenas físico, mas também temporal, provocando em alguns momentos dúvidas em relação à existência daquele espaço tão isolado, descrito por Euclides como um hiato, um vácuo que não existia.⁹⁴ Para Nicolazzi, o sertão é marcado “[...] pela ideia de desequilíbrio e de excesso, obstáculos impertinentes para o observador”. Deste modo, a instabilidade “[...] assume a função primordial no livro de instaurar e sempre manter viva a diferença e a distância”, aspectos estes que se encontram muito bem delineados ao longo de sua narrativa (NICOLAZZI, 2011, p. 229).

Assim, o sertão comprometeria o tempo moderno ao não ser capaz de promover um avanço que pudesse diminuir a distância em relação à civilização, logo, em relação ao litoral brasileiro. No entanto, mais do que uma inversão, é possível pensar, através da narrativa euclidiana, que este isolamento poderia ser interrompido, desde que se utilizasse os instrumentos adequados para a viagem no tempo que se colocava como necessária.

O exército brasileiro, ao chegar na região, só poderia ver através dessa ótica do atraso e da regressão, eles não conseguiriam compreender o quadro que se delineava diante deles. A violência da qual eram portadores, como se falou mais acima, deixava clara qual era a sua tarefa, ao mesmo tempo, ela produzia uma estranha aproximação dos traços primitivos da sociedade a qual foram combater. Euclides percebe na ação dos representantes do governo um perigo que se traduziu na inversão de papéis que se aludiu

⁹⁴ “Deste modo, Monte Santo surge desgracioso dentro de uma natureza que lhe cria em roda – como um parênteses naquele sertão aspérrimo – situação aprazível e ridente” (CUNHA, 2016, p. 240).

mais acima.⁹⁵ Para o autor, ainda de acordo com Nicolazzi, era “[...] inadmissível um tal retrocesso por parte da sociedade modernizada, pois se o tempo lhe incutiu suspeitas em relação ao Regime Republicano, nada jamais abalou sua fé nos progressos da ciência e da civilização” (NICOLAZZI, 2011, p. 231).

Portanto, era como homem de ciência e esclarecido que ele aplicava seu olhar sobre o sertão. Postura essa que o permitia adentrar a temporalidade que isolava as realidades litorânea e sertaneja, podendo assim realizar a sua travessia e se aproximar daquela temporalidade retrógada característica da região.

Pode-se apontar o fato, de que ele se utiliza da ciência, como uma forma de explicar o retrocesso que prevalecia no sertão. Desta maneira, a primeira parte de seu livro ocupa um papel importante na argumentação que ele engendrou sobre a formação e a permanência de aspectos tão primitivos e, portanto, tão contrários ao desenvolvimento do litoral. Nesta busca por um sentido,

[...] prender o tempo do sertanejo ao tempo da terra, e não simplesmente por conta do determinismo mesológico que invade algumas páginas do livro, é uma maneira segura de tornar significativa a experiência do sertão; ou seja, uma estratégia prudente de produzir sentido histórico compreensível na própria ausência do movimento esperado da História: parados no tempo ou, o que é o mesmo, fora do tempo daquele que os observa, o sertão e o sertanejo, equivalem a estratos geológicos existentes sob camadas que os encobrem e que apenas o choque entre elas, semelhante a uma irrupção vulcânica, permite tornar visível, com todas as consequências que tal acontecimento ocasiona” (NICOLAZZI, 2011, p. 263-264).

A identificação de diversas rupturas caracteriza a concepção de um tempo moderno, que enfatiza a mudança constante. Pode-se argumentar que o tempo geológico está igualmente ligado as alterações contínuas, porém pouco perceptíveis, por essa razão ele pode servir como parâmetro para compreender a gênese de Canudos e de sua população. Ao mesmo tempo, o movimento geológico permite o aparecimento de camadas múltiplas que, muito invariavelmente, não se localizam em uma mesma temporalidade.

Euclides dispendo de seu arsenal científico poderia transpassar os diversos estratos temporais e, assim, chegar ao presente do jagunço. Como uma espécie de etnógrafo-viajante, ele precisava superar os hiatos temporais para conhecer o seu objeto,

⁹⁵ Também Nicolazzi (2011, p. 231), aponta para esta questão ao escrever que “O perigo de Canudos, sua diferença absoluta, está justamente no risco de tornar a civilização selvagem e o litoral deserto; o sertão vira mar, o mar virando sertão, como nos ditos da trova popular”.

se colocando na mesma contemporaneidade do jagunço. Somente através do olhar treinado ele poderia propor uma compreensão acerca do que vinha acontecendo a nação brasileira, pois ao se deparar com o jagunço, o autor percebia a fragilidade das instituições políticas do país.⁹⁶ A defasagem temporal gerava incompatibilidade de se pensar uma nação homogênea.

Por outro lado, como observador viajante ele reforçava a distância que se estabeleceu entre litoral e sertão. Durante toda a sua narrativa é possível, como colocou Nicolazzi, perceber a alternância realizada por Euclides entre as noções de alteridade e identidade. Assim, “[...] *Os Sertões* é todo ele atravessado pela alteridade, sem conseguir jamais se desvencilhar da figura do duplo que o acompanha: outro lugar, outra gente, outro tempo” (NICOLAZZI, 2016, p. 233).

Diante destas duas figuras é possível alegar que, mesmo que ambos, ao fim e ao cabo acabem por estabelecer a distância através da não contemporaneidade entre litoral e sertão, a importância da imagem do etnógrafo viajante se deve ao fato dele se inserir naquele hiato temporal de forma pacífica, buscando apreender, mesmo que não livre de preconceitos, a origem e propagação daquela população e seu papel na história brasileira.

No papel atribuído a ele, caberia reforçar as disparidades ou, como colocou Nicolazzi, a alteridade que caracterizaria a sua escrita. Como etnógrafo, sua função seria a de estabelecer uma ruptura na coetaneidade que poderia existir entre os dois mundos. O antropólogo Fabian coloca como, ao longo do desenvolvimento do campo da antropologia e da etnografia, estes saberes foram se consolidando como uma forma de estabelecer diferenças e hierarquizar grupos sociais. Na retrospectiva que ele promove acerca desta disciplina, Fabian afirma que “[...] toda a etnografia em particular é, em última análise, referente às relações gerais entre culturas e sociedades. De fato, se recordarmos a história

⁹⁶ Acerca dos anos 1875-1880, Euclides faz um balanço de como o Brasil vinha mudando e, ao mesmo tempo, como o “progresso” e a “civilização”, que foi imposta, provocava um certo descompasso. “[...] A nossa gente, que bem ou mal ia seguindo com os seus caracteres mais ou menos fixos, entrou, de golpe, num suntuoso parasitismo. Começamos a aprender de cor a civilização: cousas novas, bizarras, originais chegando, cativando-nos, desnortando-nos, e enriquecendo-nos de graça.” Ainda em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, a respeito do patrono de sua cadeira, ele falava: “Castro Alves foi dos nossos últimos românticos. Depois dele, em todo o período que vem de 1875 até hoje, temos mudado muito e vamos mudando ainda sem que se note uma situação de parada, das que se fazem ao menos para se avaliar quanto se andou”. Ou seja, se a aceleração não era suficiente para superar o hiato que existia no sertão, ela tampouco agregava apenas elementos positivos à civilização do litoral, sem uma “situação de parada” ficava difícil de interpretar a nação brasileira por outro viés que não o de uma “civilização de empréstimo” plena de “meros copistas”. *Discurso do Sr. Euclides da Cunha*. <http://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/discurso-de-posse> Acesso em: 25 fev. 2020.

de nossa disciplina, ela trata, afinal, da relação entre o Ocidente e o Restante” (FABIAN, 2013, p. 64).

A instauração deste campo de saber importa na medida em que estava intimamente ligado à ideia de construção da diferença como uma manifestação de poder. Este poder, por sua vez, esteve muitas vezes associado a temporalização do tempo, ou a sua naturalização, fazendo com que se manifestassem concepções de tempo homogêneas ou universais.

[...] o discurso temporal da antropologia, visto que foi decisivamente concebido sob o paradigma do evolucionismo, repousava sobre uma concepção de Tempo que não era apenas secularizada e naturalizada, como também completamente espacializada. Desde então, devo argumentar, os esforços da antropologia em estabelecer relações com o seu Outro por meio de mecanismos temporais sugeriram uma afirmação da diferença como *distância* (FABIAN, 2013, p. 52).

Assim, parece ter ocorrido um apagamento da multiplicidade de estratos temporais que se manifestam em todos os processos históricos, como se fosse possível a existência simultânea, no presente, de toda a humanidade, como questionou Ernst Bloch.

A naturalização de categorias como passado presente e futuro numa linearidade quase que infinita, estabeleceu diversas hierarquias entre as sociedades. Nesse sentido, entre distintos processos, o projeto de colonização e a própria instauração da modernidade foram importantes para constituir o pensamento de estágios que levou a linearidade do tempo e a hierarquização das sociedades em função de suas diferenças.

Deste modo, no papel de etnógrafo, Euclides poderia criar a ruptura entre presente e passado que marca a sua obra. Ao mesmo tempo, a figura de observador-viajante, como proposta por Nicolazzi, assumiria a função de elaborar um conhecimento científico e de legitimar o uso de fontes como os relatos de viajantes, que sustentam boa parte de sua narrativa. Para Nicolazzi (2011, p. 191), “[...] A criação de um personagem serve justamente para contornar o fato desse conhecimento indireto utilizado no livro: se o saber resulta de uma observação, o sujeito que o produziu nem sempre coincide com o sujeito que observou”.

Logo, a dissociação entre narrador e observador produz uma interpolação entre primeira e terceira pessoa do discurso, que por sua vez estabelece aproximações e distanciamentos entre o autor e a sociedade que ele observa, legitimando sua escrita. A construção destes dois pares, etnógrafo-viajante e observador-viajante, apontam sutis

diferenças que colaboram para o entendimento de sua narrativa, como se intentou apontar mais acima.

Em ambos os termos, viajante mantém significado semelhante, pois ele é aquele que busca conhecimento desvendando territórios e paisagens que lhe são ignotos. Assim, como observador ele se vê preso entre a teoria e o que ele observa, engendrando campos antagonicos, que não permitiam uma fácil conciliação. No entanto, como etnógrafo viajante, Euclides poderia atravessar os limites impostos pela sua posição de observador.

Desta forma, sugiro que a imagem de etnógrafo cumpriria o papel de diminuir os antagonismos provocados pelo par observador-viajante. Nesse papel ele poderia “vencer” a temporalidade e os obstáculos que o sertão oferecia. Como escreveu Nicolazzi (2011, p. 197), “[...] Objeto indócil, o sertão expulsa e violenta o observador-viajante”. Portanto, eventualmente, ao se investir do papel de etnógrafo, Euclides poderia superar parcialmente os obstáculos que se impunham aos viajantes que ousavam adentrar aquela região. Ele estaria apto a realizar a travessia física e temporal que seu objeto exigia.

Outro elemento que merece ser mencionado acerca do papel de etnógrafo atribuído a Euclides reside no objeto de conhecimento que ele busca construir na viagem que efetua em direção ao sertão, seja ela presencial ou através dos documentos de que fez uso durante a elaboração de seu livro. Entre os objetos de estudo da antropologia, destacam-se as sociedades consideradas como primitivas, por se situarem em um ritmo de desenvolvimento muito próprio, o qual durante anos serviu, de certa forma, para contrastar e hierarquizar os diferentes povos.

Na obra euclidiana, a sociedade sertaneja será aproximada, constantemente, à ideia de uma sociedade primitiva, onde o selvagem ocupará um lugar proeminente. Nas relações que se buscam analisar acerca deste objeto, o selvagem aparece como o outro que serve, inúmeras vezes, de parâmetro para construção da noção de civilizado. Ao mesmo tempo, a imagem de barbárie delineada por Euclides se embaralha até o ponto onde ocorrem inúmeras inversões de papéis. Deste modo, bárbaros se tornam civilizados e vice-versa.

Assim, nesse “suposto” officio como etnógrafo, o autor não apenas atravessa a multiplicidade de temporalidades que vão perpassando litoral e sertão, como também, ao atingir a temporalidade retrógada de Canudos, ele consegue através dessa inversão de características entre bárbaros e civilizados, resgatar elementos importantes da temporalidade que havia sido perdida pela “civilização de empréstimo” que marcava o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos intelectuais já analisaram *Os Sertões*, sob os mais diversos vieses e nas mais variadas áreas de conhecimento. Deste modo, o que propus realizar foi a leitura de seu texto a partir da temática da experiência temporal dialogando com a bibliografia que estudou especificamente e aproximadamente o tema. Como procurei demonstrar ao longo do trabalho, o tempo aparece como um elemento importante de sua escrita. A argumentação que Euclides desenvolveu está baseada em fundamentos que pressupõe o estabelecimento de uma separação total entre o sertão e o litoral. Esta será construída pelo autor por intermédio da criação de uma distância que não se limitará ao espaço físico, mas irá abranger também um afastamento temporal.

A oposição entre as duas regiões brasileiras se insere em questões mais amplas que afetavam a sua escrita. As mudanças que acometeram o Brasil no período de 1889 e nos anos seguintes, permitiram o surgimento de um grupo de letrados que se uniram na construção de um novo modelo de nação, baseada nos pressupostos do progresso e da civilização, valores importados das nações europeias. Tratava-se de produzir um saber mais preciso sobre o Brasil e a sua configuração histórico-social.

No caso de Euclides da Cunha estava em pauta um projeto nacional que englobasse as disparidades existentes no território brasileiro. No entanto, um dos elementos que dificultava a tarefa eram os pressupostos teóricos nos quais estava baseada a sua interpretação do mundo. A dificuldade em conciliar alguns dos principais elementos da teoria evolucionista num país cuja formação de sua população estava fortemente calcada na miscigenação étnica, o levou a produção de uma narrativa onde são apresentadas uma série de contrastes e oposições, promovendo o que ele denominou de um *jogo permanente de antíteses*.

Na primeira parte de seu livro intitulada *A Terra*, o autor transforma a paisagem em personagem central de sua história. A forma como são descritas a flora, fauna, relevo e aspectos geológicos da região sertaneja, colocam em movimento uma série de informações que são essenciais para a compreensão da experiência temporal em sua obra. Assim, ao antropomorfizar a natureza dotando-a de ações e sentimentos, Euclides produz um efeito de distanciamento que se materializa sob diversos aspectos, como por exemplo, a sensação de imobilidade e monotonia daquela paisagem. O isolamento garantido pelos aspectos geográficos e geológicos permite que o autor interprete o espaço sob o ponto de

vista temporal, criando uma cesura entre o tempo moderno da nação e o tempo arcaico do sertão.

Nas fissuras que se instauram ao longo da narrativa, é possível perceber que, quando se trata do sertão, a temporalidade é marcada pela lentidão e quase imobilidade. Tal movimento, ou a falta dele, pode ser sentida também em relação à natureza. Ela cumpre um papel importante no apagamento da coetaneidade e reforça o hiato que abarca aquela região. No entanto, neste jogo de contrastes, a natureza muitas vezes desempenha papel ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que ela demonstra e reforça a lentidão temporal percebida por Euclides, ele mesmo, na escolha dos verbos que usa para descrevê-la, atribui movimento ao sertão. As palavras escolhidas apontam para sentimentos e ações que se projetam como defesa e, muitas vezes, ataque, deixando nítida a hostilidade que surge naquele lugar, como por exemplo, nos termos *regime brutos* ou *regime bárbaros*, que remetem ao embate secular que se estabeleceu na região.

O tempo lento das transformações aponta, igualmente, para a ideia de um estágio evolutivo atrasado, dito mais primitivo. Nele as mudanças não poderiam se processar de forma mais rápida ou acelerada, como indicava o tempo moderno em que vivia Euclides, onde as distâncias pareciam se encurtar de maneira mais veloz. A desaceleração ou esse tempo lento do sertão, era responsável pelo hiato que se formava e que não poderia ser superado facilmente.

Neste sentido, da maneira como foi dividida a sua obra, a natureza acaba prefigurando o surgimento do jagunço, subcategoria étnica, resultado do cruzamento principalmente das raças indígena e europeia. Este se equipara à natureza, que o teria moldado a sua semelhança – bárbaro, selvagem, primitivo. A própria escolha do vocabulário já expõe uma questão temporal, pois o uso destes termos alude a um estágio evolutivo que difere do presente do interlocutor.

Euclides avança em sua reflexão acerca da região, que apresenta tantas diferenças, concluindo, ainda na abertura de seu livro, que o que afastava aquela população do restante do país era uma coordenada histórica – o tempo. Sendo assim, por meio do olhar e da viagem que realiza para o sertão, amparado pelo rigor científico, o autor conseguiria atravessar o isolamento produzido pela natureza que protegia Canudos do contato com sua contemporaneidade.

Entre as estratégias para a superação da lacuna mencionada, pode-se apontar a ideia de travessia das temporalidades. Ela se forja a partir dos conceitos defendidos por Euclides ao longo de sua obra. É na posição de etnógrafo viajante que ele realiza o

movimento de cruzar os estratos temporais, com o objetivo de penetrar em uma temporalidade diversa da sua. Como representante da civilização, é através do conhecimento que ele realiza o exercício de transpor as fronteiras sem que sua presença seja detectada como invasão ou choque.

Ao adentrar aquele espaço, o autor se depara com uma realidade que em tudo contradizia seu presente. Assim, para apreender a guerra de Canudos e sua população era necessário estabelecer uma comparação que, por diversas vezes, criava fortes oposições. Surgem desta análise o que podemos designar como pares contrastantes, denotando as disparidades que atingiam o país. Entre eles, podemos assinalar civilizado e primitivo, progresso e atraso, litoral e sertão, que reuniam em si as condições dos pares anteriores e por fim, a ideia amplamente desenvolvida, da oposição entre isolamento e fusão.

O isolamento garantia a preservação de costumes que existiam há séculos naquele lugar, além de permitir que o desenvolvimento da miscigenação ocorresse de forma menos prejudicial que no litoral. Com isso seus efeitos negativos estariam, de certa forma, preservados. No entanto, a fusão da população sertaneja ao restante da população brasileira seria tarefa quase impossível, seja pela multiplicidade de temporalidades que afetavam o sertão, seja pela lentidão e quase imobilidade do tempo do sertanejo que contrastava com o tempo acelerado do litoral.

Logo, se a miscigenação em si é negativa, para Euclides parece que os jagunços, pelas circunstâncias peculiares em que viveram até o advento do exército, tiveram condições distintas que os fizeram, aparentemente, sofrer menos com os aspectos negativos que a mistura das raças trazia consigo. A eles não teria sido exigida a adequação a “momentos superiores”, que não correspondiam ao seu estágio evolutivo, a exemplo do que ocorreu no litoral com a “civilização de empréstimo”.

Por essa razão, seriam considerados retardatários dentro do processo histórico que se desenvolvia no Brasil. Este termo é significativo para que se possa compreender mais adequadamente o problema da interação racial no Brasil, uma vez que se configurará de formas diversas. A miscigenação litorânea será associada pelo autor a degeneração, resultado do descompasso existente entre o modelo civilizacional almejado e o contexto de colonização brasileiro, que impedia o surgimento dos atributos necessários para um amplo e geral desenvolvimento da nação. Por outro lado, na configuração imposta ao sertão, o cruzamento das diferentes raças poderia se desenvolver em diversos espectros. Alguns deles, inclusive, apontando para os mesmos efeitos negativos existentes no litoral.

Contudo, ao tratar do sertanejo, o isolamento imposto pelas condições físicas, teria promovido um desenvolvimento diferenciado dos efeitos decorrentes das misturas das raças. O jagunço, por exemplo, teria pouquíssima influência do elemento negro, que estaria mais concentrado na costa brasileira, o que parece aludir a existência de hierarquização entre as raças. O resultado da interação entre as etnias somados a ideia de hiato desenvolvida por Euclides, teriam criado as condições para o aparecimento do que ele denominou de “subcategoria étnica”. Esta, seria invariável nas suas características principais, como que formada, por aquilo que o autor denominou de “molde único”, gerando uma uniformidade que não se limitaria aos aspectos genéticos como a cor da pele, formato do rosto, cor do cabelo etc., mas atingiria igualmente aspectos sociais e culturais como a fala, os hábitos, o trabalho, entre outros. Essa homogeneidade teria levado Euclides a atribuir aspectos positivos a estes mestiços sertanejos, bem como apontá-los, pelo seu estado isolado, como o exemplar típico da brasilidade, criando para eles o epíteto de “cerne da nacionalidade”.

Ao mesmo tempo, Canudos representava a heterogeneidade e o descompasso da nação brasileira, o que reforça a ideia de que o Brasil era perpassado por inúmeros estratos temporais, muitas vezes, responsáveis por essa sensação de descompasso sentida por ele e por outros letrados do período. Torna-se visível aqui, a importância do conceito de contemporaneidade do não-contemporâneo, que auxilia a pensar a fragmentação das experiências sociais, políticas e, sobretudo, temporais que recaíam sobre a população brasileira. O presente existia apenas nessa confluência de experiências temporais diversas e, ele não era unísono. Na ânsia pelo futuro baseado no progresso e na civilização, tornava-se necessário e urgente criar uma homogeneização, diminuir as distâncias espaciais e temporais, bem como as discrepâncias regionais em prol de um futuro.

Sendo assim, o jagunço, candidato a “rocha viva da nacionalidade”, como mencionado diversas vezes, tem uma passagem efêmera pelo curso da história brasileira, pois já aparece fadado ao desaparecimento. Esse, se não tivesse sido produzido pelas armas do exército nacional, teria sido pela civilização, pois seu ritmo de vida e desenvolvimento não conseguiria absorver os estágios evolutivos mais avançados e aparelhados com os ideais de progresso e civilização. Ou seja, a distância e, portanto, o isolamento, termos importantes para a compreensão da construção destes contrastes e confrontos, não assegurou a salvação aos jagunços. A distância não se tornou intransponível, uma vez que, como etnógrafo viajante, Euclides conseguia atravessar inúmeras vezes o hiato que havia se instaurado entre sertão e litoral. O tempo do jagunço

só poderia ser acessado pelo autor, naquele momento, seja porque ele o criou, seja em função de seu olhar de especialista, que permitia esse vai e vem entre as temporalidades, sem que houvesse uma intervenção nessas paisagens. Euclides, na posição de observador-viajante atingiria um entendimento mais abrangente da natureza, por sua vez, quando assumia a postura de etnógrafo-viajante ele se encontraria em melhores condições de compreender os seres humanos.

O jagunço então, como suposta forma de existência em transição, reflete as diversas experiências de tempo que são descritas por Euclides. Assim, na sua narrativa é possível mapear o surgimento de distintos estratos temporais que demonstram como a contemporaneidade absoluta da humanidade é um projeto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Natureza, Cultura, Sertões: O encontro de Euclides da Cunha e Araripe Júnior. In: XXII ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. *GT Pensamento Social no Brasil*. Caxambu, MG, 1998. Trabalho apresentado.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Euclides da Cunha; perfil do acadêmico. [2018]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/biografia>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento; A Geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Francisco José. D'Os Sertões como obra historiográfica. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras Editora, 2006.

ARAÚJO, Valdeir L. *A experiência do tempo; conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. p. 185-188.

ASSMANN, Aleida. Transformations of the modern regime of time. In: BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. *Breaking up time; negotiating the borders between present, past and future*. Alemanha: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.

BARBOSA, Saulo Vinícius Souza. Da Vendaia ao sertão: dois momentos da visão de Euclides da Cunha sobre Canudos. *Humanidades em Diálogo*, v. 8, p. 199-207, 2017.

BERNUCCI, Leopoldo. *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

_____. *A imitação dos sentidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

BERNUCCI, Leopoldo (org.). Cientificismo e aporias em Os Sertões. In: BERNUCCI, Leopoldo (org.). *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up Time. Negotiating the Borders between present, past and future. *Storia della Storiografia*, Pisa/Roma, v. 63, n. 1, 2013.

BLOCH, Ernst. *Héritage de ce temps*. Traduction et présentation de Jean Lacoste. [1935/1967] Paris: Klincksieck, 2017.

CARDOSO, Eduardo W. *Em busca da cor local: os modos de ver e fazer ver nas obras de José de Alencar e Euclides da Cunha*. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016.

_____. A visualização da paisagem nacional: apreensões diversas da *cor local* em José de Alencar e Euclides da Cunha. *História Unisinos*, v. 22, n. 1, p. 62-74, jan./abr. 2018.

CASTRO-KLARÉN, Sarah. In-formando o corpo do homem da Caatinga. In: BERNUCCI, Leopoldo (org.). *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen entre os antigos, os modernos e os “selvagens”: estudo introdutório de “A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia (org.). *Francisco Adolfo de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 317-345.

CUNHA, Euclides. *Caderneta de Campo*. Introdução, notas e comentário Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p.121.

_____. *Canudos*; Diário de uma Expedição. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2016.

_____. Contrastes e Confrontos. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1966c. v. 1, p. 101-220.

_____. Juízos Críticos. Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. 2.^a edição corrigida —1903. Um volume nitidamente impresso, contendo numerosas estampas e mappas da região, brochado 81000, encadernado 10\$000. Rio de Janeiro: LAEMMERT & C., 1904.

_____. *Obra completa de Euclides da Cunha*. Volume I. Organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: GB, Companhia José Aguilar Editora, 1966a. Comemorativa do Centenário.

_____. *Obra completa de Euclides da Cunha*. Volume II. Organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: GB, Companhia José Aguilar Editora, 1966b. Comemorativa do Centenário.

_____. *Os Sertões*. São Paulo: Ubu Editora/Edições Sesc São Paulo, 2016.

_____. Terceira Parte - Independência à República (Esboço Político*), publicado em 1900, no Estado de São Paulo com o título de *O Brasil do século XIX*. In: CUNHA, E. *Obra completa de Euclides da Cunha*. Volume I. organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: GB, Companhia José Aguilar Editora, 1966d.

ELMORE, Peter. Renan, Euclides, Cunnighame, Borges: a chave gnóstica. In: BERNUCCI, Leopoldo (org.). *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

FABIAN, Johanes. *O tempo e o outro*; como a antropologia estabelece seu objeto. Com prefácio de Marti Bunzl. Tradução Denise Jardim Duarte. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GALVÃO, Walnice. Apresentação e fortuna crítica. In: CUNHA, E. *Os Sertões*. São Paulo: Ubu Editora/Edições Sesc São Paulo, 2016.

GALVÃO, Walnice N.; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GOMES, Gínia Maria (org.). *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

HANNOUM, Abdelmajid. What is an order of time? *History and Theory*, v. 47, p. 458-471, Oct. 2008.

HARTOG, François. *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade Éditions, 2005.

_____. Du parallèle à la comparaison. In : *Anciens, Modernes, Sauvages*. Paris: Galaade Éditions, 2005. p. 251-279.

_____. *Le miroir d'Hérodote*. Paris: Éditions Gallimards, 2001.

HUGO, Victor. *Notre-Dame de Paris*. Les classiques de poche. Paris: Librairie Générale Française, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo; Estudos sobre História*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Puc-Rio, 2014.

_____. *L'expérience d'histoire*. Édité et préface par Michael Werner. Paris: Gallimard/Seuil, 1997.

_____. *Futuro Passado; Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

_____. *Passado Futuro; Uma contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

KUNST, Rafael Vicente. *Os usos da Antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra Os Sertões*. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA, Luiz Costa. Os Sertões: história e romance. In: BERNUCCI, Leopoldo (org.). *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

_____. *Terra Ignota. A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo* [online], v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

_____. *A República Consentida; Cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora UFGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

_____. A república e o sonho. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 121-139, jan./jun. 2011.

MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica*; Ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de História*; A viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *A temporalização do espaço*; Euclides da Cunha e a experiência do tempo d'Os Sertões. Palestra a em Natal, nov. de 2017.

_____. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens; Leitura de Os sertões. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 261-285, jul. 2010.

NOGUEIRA, Nathália Sanglard de Almeida. *Um peregrino entre selvas e desertos*: as viagens ao Brasil ignoto e a escrita do outro de Euclides da Cunha. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. 311p.

OLIVEIRA, Haroldo do Carmo. *A potência literária dos contrastes e confrontos nos sertões euclidianos*. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. 98 p.

PIRES, Francisco Murari. Dizer o outro. *Jornal de Resenhas. Folha de São Paulo*. 11 de setembro de 1999. Acesso em: 17 abril 2020.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSENFELD, Kathrin, H. Euclides e o luto do espírito trágico: ponderações sobre a reflexão política e histórica. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Euclides da Cunha*: literatura e história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p.79-91.

SANTANA, José Carlos Barreto. Ciência e arte: aspectos da construção do discurso científico em Os Sertões. In: BERNUCCI, Leopoldo (org.). *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

_____. Geologia e metáforas geológicas em Os sertões. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v.5 (supl.), p. 117-131, 1998.

SEVCENCKO, Nicolau. *Literatura como missão; Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. Estudo Liminar. In: CUNHA, E. *Obra completa de Euclides da Cunha*. Volume II. organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: GB, Companhia José Aguilar Editora, 1966. Comemorativa do Centenário, p.15.

TURIN, Rodrigo. *Tessituras do Tempo*. Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha*; Esboço biográfico. Organizado por Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Fortuna crítica*. In: CUNHA, E. *Os Sertões*. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

_____. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. 5 (supl.), p. 133-147, 1998.

ZILLY, Berthold. Um patriota na era do imperialismo: o brilho cambiante de *Os Sertões*. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.